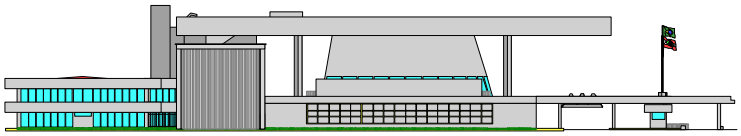
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX | FLORIANÓPOLIS, 01 DE OUTUBRO DE 2009 | NÚMERO 6.092

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grando
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 2092**
1ª EDIÇÃO - 06 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 084ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 24/09/2009 2
Ata da 017ª Sessão Especial da 16ª realizada em 28/09/2009 .. 14
Ata da 085ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 29/09/2009 .. 19
Ata da 40ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 29/09/2009 32
Ata da 41ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 29/09/2009 32

Atos da Mesa
Ato da Mesa..... 41

Publicações Diversas
Aviso de Licitação..... 41
Extratos..... 41
Portarias 42
Redações Finais..... 42

P L E N Á R I O

ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Moacir Sopelsa - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig -Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reclama da falta de diálogo entre o governo e os servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (aparte) - Solicita apoio para que o 7º Batalhão PM não seja removido do espaço que ocupa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre a terceira idade e a Semana do Idoso.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Defende a implantação do transporte marítimo na capital.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Opina que os líderes políticos e comunitários devem reunir-se para discutir o transporte coletivo da Grande Florianópolis.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discorre sobre a questão da mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Concorda com a importância de uma política nacional de transporte urbano.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Defende o governo federal.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Marcelino Chiarello e do ex-vereador Mauro João Postal, de Chapecó.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Manifesta sua total discordância do governo federal no caso de Honduras, na compra de armamentos e no cortes de recursos para Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Explicita a posição do PPS no tocante à situação em Honduras.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Discorre sobre a viagem que empreendeu à Europa em missão oficial.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Conta da satisfação com os conhecimentos adquiridos e as oportunidades de negócios que se apresentaram para SC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se sobre o Dia Estadual de Combate à Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Critica a postura da deputada Ana Paula Lima no seu discurso sobre a violência sexual infanto-juvenil.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Convida para seminário que abordará a necessidade de conscientização da população para a Síndrome do X Frágil; registra o centenário do Ifet/SC; condena a compra de armamentos pelo governo Lula.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Manifesta satisfação pela ampliação da Udesc e dos Ifets

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Reconhece o acerto do governo federal na ampliação da educação técnica profissionalizante.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Rebate comentário do deputado José Natal que considerou deselegante.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Explica sua posição à deputada Ana Paula Lima e reclama das limitações do parlamentar para solucionar problemas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Denuncia política salarial na Segurança Pública do estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Alerta para os altos índices de violência em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que políticos podem ocupar cargos desde que comprometidos com o bem comum.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta-se sobre a SC-450, notadamente ao acesso ao município de Passo de Torres; coloca a posição do PT quanto ao asilo diplomático a Manuel Zelaya; responde as críticas sobre os repasses federais a SC.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença das vereadoras-mirins de Rio do Oeste, acompanhadas pelo presidente da Câmara Municipal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Reporta-se à necessidade de o governo estadual convocar a Conferência de Comunicação.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Anuncia a presença de Ciro Gomes em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, eu falei ontem acerca da viagem do governador e do vice-governador e que esse fato oportunizará ao nosso presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, assumir o Poder Executivo do estado de Santa Catarina, pelo que entendi, por cerca de 15 dias.

É evidente que é motivo de satisfação para nós termos um colega, embora na importante posição de presidente do Legislativo estadual, exercendo a função de governador do estado. Mas traçava outros comentários, até porque as notícias de ontem relacionavam as diversas cidades, países que o governador e o vice-governador visitarão e as missões que desempenharão. E uma das várias missões do vice-governador será ir aos Estados Unidos e ao Canadá para ver formas de melhorar a segurança pública de Santa Catarina.

Eu fiz um pronunciamento bastante indignado aqui porque da forma como a notícia saiu, na lógica do governo, as possibilidades de melhorar a segurança pública em Santa Catarina estariam esgotadas e que seria preciso que o atual vice-governador e governador daqui a quatro meses, para melhorar a segurança pública, fosse aos Estados Unidos e ao Canadá, que fica mais longe do que Honduras, para melhorar um pouco a segurança pública em Santa Catarina.

Eu fiz uma manifestação muito indignada e quero recolocar a questão e até reiterá-la, no sentido de que para melhorar a segurança pública em Santa Catarina não há necessidade de ir até os Estados Unidos ou ao Canadá. Evidentemente que é importante que o vice-governador, que vai ser o governador daqui a pouco, repito, em viagem internacional preocupe-se também com esse assunto e busque saber como é no Canadá e nos Estados Unidos a questão. Ele perceberá diferenças, com certeza, entre um país e outro e em qualquer país da América Latina. Por quê? Porque nenhuma das outras polícias é militar. Mas se ele não prestar bem atenção, vão tentar convencê-lo do contrário, que são militares, quando não são.

Eu quero recolocar, então, que embora sejam importantes novas formas de agir e novas tecnologias para melhorar a segurança pública de Santa Catarina, o fundamental é prestar atenção nos nossos problemas. A melhor tecnologia do mundo não resolve o problema da segurança pública de Santa Catarina, se o efetivo - policiais, bombeiros, agentes prisionais, policiais civis e monitores - não confiar nas autoridades constituídas.

Muitas coisas podem ser feitas e eu posso gastar aqui uma semana inteira de tribuna para falar tudo o que pode ser feito para melhorar a segurança pública em Santa Catarina sem precisar ir para outro país. Mas a primeira postura do governante para melhorar a segurança pública em Santa Catarina a partir de amanhã é dizer para a maioria dos servidores, dos trabalhadores da Segurança Pública que quer dialogar dentro dos pressupostos que vinham sendo discutidos em 2003, 2004, 2005, 2006, porque o que ficou para ser feito e para ser discutido a partir de janeiro de 2007 travou e regrediu.

Então, há muita coisa para fazer aqui e a primeira delas é dizer que podemos dialogar, é trazer a maioria dos trabalhadores para discutir saídas, é romper o protocolo, é sair dos espaços previamente construídos de forma tendenciosa para dar impressão à autoridade que está tudo certo. É aí não sei quem é mais irresponsável, se é quem organiza o protocolo, a estrutura, a agenda ou se é a autoridade que, podendo romper esse cerco, deixa-se ficar dentro dele.

Então é disso que estamos falando e o vice-governador pode muito bem prestar atenção nesses detalhes, nesses aspectos, nessas questões que, na verdade, não são detalhes. Talvez para quem organize a agenda o protocolo seja um detalhe, mas para a Segurança Pública de Santa Catarina é a essência. É essencial a possibilidade de diálogo entre os servidores, entre os trabalhadores e as autoridades. Diálogo que foi rompido, que foi suprimido, que não existe. Vinha numa situação de vamos ver, de vamos conversar, assim eu não converso. E nos últimos oito meses: cadeia neles! Foram punidos de forma exemplar, com ação na Justiça até para dissolver, para fechar as entidades representativas.

Então, é preciso mudar essa realidade! O governador e o vice-governador podem fazer isso em Santa Catarina conversando com os policiais. A melhor tecnologia do mundo não é melhor do que a cabeça do servidor da Segurança Pública, que é boa, que quer e sabe que pode melhorar o setor no estado desde que haja reciprocidade de interesses, de vontades, de compromissos assumidos e encaminhados.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Muito obrigado, serei rápido, quero somente dizer que em qualquer trabalho, se não for valorizado o profissional, o serviço não será tão eficiente. Por isso compartilho com essa luta e com esse sentimento.

Mas gostaria de pedir a sua ajuda, porque ontem estive na Câmara Municipal de São José que se comprometeu de conversar com o prefeito Djalma Berger, sobre o espaço que hoje ocupa o 7º Batalhão da Polícia Militar, porque com a construção do cadeião em Potecas querem tirar aquela corporação de lá.

Esteve conosco o tenente-coronel Cleres Alberto Steffens pedindo a nossa ajuda e gostaríamos de contar com a ajuda de v.exa. nesse esforço conjunto de impedir que o 7º Batalhão seja removido do espaço que hoje ocupa. E isso é muito importante em função do alto grau de violência naquela região da nossa cidade, justificando plenamente a presença do 7º Batalhão naquele espaço geográfico, próximo à BR-101.

Por isso, espero contar com a contribuição de v.exa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Círio Vandresen, com certeza nós iremos trabalhar nesse sentido.

Não vou poder abordar aqui o fato de que Florianópolis tem a tarifa urbana de ônibus mais cara do Brasil. Embora o vice-prefeito e secretário municipal, que, inclusive, é meu amigo, negue, a passagem custa R$ 2,80. Ela é mais barata apenas para quem paga adiantado. Então, é R$ 2,80, é a mais cara do Brasil e na semana que vem voltarei a esse assunto.

Quero dizer também que em Honduras estão fechando os canais de televisão e, inclusive, a Rádio Globo não pega mais nem na *internet.* O Canal 36 também foi tirado do ar e os outros canais estão transmitindo programação absolutamente fora da conjuntura, fora da realidade, tocando música ou reprisando programas religiosos, evitando dar notícias nacionais. Mas isso ninguém diz desta tribuna, ninguém reclama! Ninguém esperneia com relação ao golpe, mas se trata de uma situação com a qual devemos, evidentemente, preocupar-nos.

Amanhã haverá um ato, realizado pelo Sindicato dos Jornalistas, na esquina democrática, das 11h às 14h, em protesto contra o golpe e em solidariedade ao povo hondurenho e pela democracia naquele país.

Sobre a questão que o deputado Círio Vandresen levantou, eu lamento não haver mais tempo para falar, mas querem pegar a segurança pública e colocar ao lado do esgoto da Grande Florianópolis, junto com o cadeião. Querem tirar a cavalaria, o

7º Batalhão, daqueles terrenos nobres e jogar tudo para trás do morro.

Evidentemente que esse não é o interesse da comunidade de Potecas, da comunidade de Barreiros; não é o interesse dos policias militares que construíram aquilo na enxada. Agora querem jogá-los dentro do mato, o que além de não ser uma medida inteligente em termos de segurança pública, pois há interesses comerciais nesses terrenos e nós temos que avaliar junto...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, concedemos a palavra ao deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPTUADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, hoje eu gostaria de me reportar, desta tribuna, a um segmento da sociedade muito importante, os idosos.

(Passa a ler.)

"Aqueles que aproveitam a 'melhor idade', não podem deixar de comemorar esta semana.

Anteriormente festejada em 27 de setembro, o Dia do Idoso agora é 1º de outubro, já que a data foi alterada em 2006, por decreto do presidente da República, visando unificar as festividades com outros países. Nesta quinta-feira, porém, iniciamos os festejos da Semana do Idoso.

Aproveito para destacar que há uma clara tendência indicando o aumento progressivo da população de idosos nas próximas décadas, considerando-se aqui idoso aquele que tem 65 anos ou mais, embora para muitos o limite dessa faixa populacional inicie aos 60 anos.

Para dar ideia do que representa a progressão dessa população, lembro que no início do século passado, num país como os Estados Unidos, somente 4% da população atingia os 65 anos de vida; já em 1980, 12% da população atingiam essa idade.

No Brasil, há 50 anos a expectativa média de vida de um brasileiro era de 43 anos. Já em 1997, os catarinenses viviam em média 72 anos.

Hoje, a expectativa de vida em Santa Catarina é a maior do Brasil, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais de 2008, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. A expectativa de vida - descrita como 'esperança de vida ao nascer' - alcançou 75 anos em nosso estado.

Só um adendo, no município de Campo Alegre a expectativa de vida alcança os 78 anos. Claro, com o oxigênio da serra, é maior a longevidade dos munícipes de Campo Alegre.

As mulheres alcançaram o melhor resultado e têm uma expectativa de vida de 78 anos. Os homens catarinenses vivem em média 72 anos.

Particularmente, tenho a satisfação de representar nesta Casa o planalto norte, região de pessoas cuja média de vida é longa para a nossa felicidade.

Estima-se que até 2025 ocorrerá um aumento de 30% na população de idosos, o que deve em grande parte ser atribuído ao desenvolvimento da medicina, tanto no que diz respeito ao processo curativo quanto à prevenção de doenças. A esses fatores somam-se a prosperidade econômica e o aprimoramento na alimentação.

Em Santa Catarina isso tem a ver também com o bom momento da nossa economia, apesar de tantas provações que enfrentamos, com tornados, enxurradas e tragédias como a de Blumenau, de Itajaí e de municípios vizinhos.

Voltando aos dados, destaco que a Organização Mundial de Saúde aponta o Brasil como o sexto país do mundo em número de idosos, com mais de 18 milhões de pessoas acima de 60 anos. Em Santa Catarina vivem mais de 480 mil idosos, e há um esforço efetivo do governo estadual para atender essa população.

A secretaria de estado da Saúde, por exemplo, vem procurando difundir o uso da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, para facilitar a comunicação dos pacientes que têm mais de 60 anos com seus médicos. Além da identificação da pessoa, nessa caderneta consta seu histórico de saúde, medicamentos utilizados, informações sobre internações e alergias diagnosticadas. Também há espaço para o controle de pressão arterial, glicemia, vacinas, peso e consultas médicas, além de telefones úteis. É uma atenção que pode parecer simples, mas, como médico, posso afirmar que faz grande diferença.

De outra parte, quero dizer que embora muitos associem o passar dos anos ao acúmulo de doenças, significando que, invariavelmente, teremos que conviver com problemas de saúde e limitações impostas pela idade avançada, os atuais conceitos científicos demonstram que o processo natural de envelhecimento não é um fator impeditivo para a maioria das atividades cotidianas de um adulto em qualquer idade. As verdadeiras responsáveis pelas deficiências e disfunções atribuídas à velhice são as doenças que podem ser prevenidas ou tratadas eficientemente na maioria das vezes.

O conhecimento dessa realidade pode mudar completamente a nossa atitude e assim, em vez de lamentar por estarmos envelhecendo, em vez de buscar as modernas fontes da juventude ou tentar disfarçar os efeitos aparentes do passar dos anos, deveríamos estar atentos aos verdadeiros inimigos da saúde em qualquer idade, ou seja, os fatores determinantes e predisponentes das doenças.

Nesse sentido, a inatividade ou o sedentarismo se constitui um comportamento praticamente epidêmico. Todos, em qualquer idade, são estimulados cada vez menos ao movimento. Com isso o tempo de inatividade se responsabiliza pela progressiva disfunção dos idosos, frequentemente atribuída à própria idade. O desuso pode ser mais deletério que a velhice.

Com essa linha de raciocínio, como deputado e incentivador das atividades físicas na integração das pessoas da melhor idade, apresentei nesta Assembleia projeto que resultou na Lei n. 13.846, de 2006, que criou os Jogos Abertos da Terceira Idade em Santa Catarina, evento que a Fesporte já realizou com grande competência no ano passado em Chapecó e este ano em Gravatal.

Tenho opinião de que as pessoas devem manter-se ativas, integradas e participativas tanto nas suas famílias, nos clubes de idosos e de mães, nas entidades como também, por que não, na política.

Para finalizar, gostaria de estimular os agentes públicos, especialmente os nossos prefeitos, a pensar nos idosos, equipando as praças de suas cidades com academias de ginástica ao ar livre apropriadas para os mais velhos, com equipamentos que estimulem a mobilidade sem impacto.

Ao mesmo tempo, quero estimular os jovens a cultivar o respeito e a atenção aos mais velhos, pois foram eles que abriram o caminho para a vida dos que hoje aproveitam a juventude. Todo jovem de hoje também deve ter a expectativa de que um dia será considerado idoso na sociedade e também gostará de ser respeitado por ela.

Um grande abraço a todos os idosos do estado de Santa Catarina, pois no dia 1º de outubro comemoramos a Semana do Idoso em nosso estado."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaria que todos nos ajudassem a formar uma corrente no sentido de sensibilizar os técnicos, as autoridades e até mesmo setores ligados à ciência, com relação à implantação do transporte marítimo em Florianópolis.

Durante a nossa administração na prefeitura de Florianópolis criamos duas cooperativas de transporte marítimo, que até hoje funcionam na Lagoa da Conceição. E o companheiro Edison Andrino, que também administrou a capital de todos os catarinenses, sabe da importância do transporte marítimo para quem vive numa ilha.

Por que eu estou falando isso? Porque há apenas um dia comemoramos o Dia da Mobilidade. Ora, a mobilidade vem sendo estudada e, inclusive, técnicos de outros estados estiveram aqui para mostrar como poderíamos melhorar o transporte público. Mas o tempo vai passando e não conseguimos explicar o fato de ainda não termos em nossas baías o transporte marítimo, apesar de tudo favorecer a sua implantação.

E temos exemplos práticos, pois dentre as alternativas futuras de mobilidade, o transporte marítimo é uma das melhores, das mais coerentes e corretas. E vou mais longe, se formos pensar no turismo, Florianópolis é o melhor destino turístico do país, Santa Catarina é o melhor destino turístico do país. Mas se um turista, ao chegar à nossa capital, quiser dar uma volta à ilha, que é tão bela e onde podem ser realizados excelentes programas, talvez os melhores do mundo, não vai encontrar nada organizado, pois não possuímos transporte marítimo. Aliás, nem para turismo, nem para transporte de massa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado, esse é um assunto para ser bastante debatido, mas é necessário que todos os partidos políticos e todos os movimentos sociais se organizem e pensem alternativas de transporte para a Grande Florianópolis. E o transporte marítimo é, possivelmente, a solução mais barata e menos poluente. Além disso, é bom tanto para a população, como para os turistas, que poderiam contar com linhas de passeios.

Pessoas nascem e morrem aqui sem nunca terem conhecido a nossa costa. Isso é um absurdo do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental e, inclusive, do ponto de vista econômico porque se perdem grandes oportunidades.

Eu agradeço o aparte, deputado, e voltaremos a debater essa questão do transporte na capital.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Srs. deputados, 23 escunas começaram a realizar o transporte marítimo após a construção do trapiche de Canasvieiras, e hoje já existe um roteiro seguro para visitar a baía dos golfinhos e a ilha de Anhatomirim, o que mostra que apenas organizando um pouco, as coisas podem acontecer.

Durante 89 dias também tivemos a experiência de transporte marítimo entre o trapiche da avenida Beira-Mar e Canasvieiras. Depois, contudo, o Deter proibiu. Chegou também a ser lançada a licitação para a rota marítima com saída da Passarela Nego Quirido, mas não foi adiante.

Quem teve a oportunidade de visitar a Exponáutica em Biguaçu sabe que o rio Biguaçu pode servir de ligação, através do transporte marítimo, entre os municípios da Grande Florianópolis, o que desafogaria sobremaneira a BR-101. Ou seja, podemos ter uma mobilidade maior entre os grandes municípios que ficam em torno da capital.

Eu tive a oportunidade de conhecer o transporte marítimo que faz a ligação entre Buenos Aires e Montevidéu, o *buquebus*, que enfrenta ondas com mais de quatro metros e que leva, inclusive, carros. Dentro do buquebus há *free shop* para os passageiros e ele desenvolve uma velocidade de até 105km/hora, pois o percurso de 210km entre as duas capitais é feito em duas horas.

E mais, recentemente em Istambul vimos navios maiores ainda do que aqueles catamarãs do tipo australiano que ligam Buenos Aires a Montevidéu. Em Istambul vimos carretas e mais carretas, caminhões, entrando direto nos navios e atravessando o estreito de Bósforo e toda aquela região do Chifre de Ouro sem problema nenhum, apesar das ondas enormes.

Nós aqui, durante três ou quatro dias por ano, no máximo, quando o vento sul entra muito forte, temos ondas de dois metros de altura. Portanto, sempre de forma tranquila as nossas baías têm condições de absorver esse meio de transporte. Inclusive, há embarcações disponíveis no mundo com tecnologia bem avançada. É necessário apenas colocar na internet, fazer a licitação, que aparecerão embarcações apropriadas para realizar de forma experimental ou de forma definitiva o transporte marítimo em nossas baías. E já existe demanda para isso.

Obviamente que falta um pouco de vontade. Por quê? Porque o poder público, seja estadual ou federal, nada vai gastar para viabilizar esse transporte. O transporte é uma concessão pública que se faz através de licitação, que se oferece como alternativa. Eu até estranho como os empresários de Florianópolis não se inscrevem, não procuram esse tipo de transporte, que poderia ser uma alternativa sem gasto nenhum para o setor público.

Deputado Edison Andrino, v.exa. que foi prefeito conhece a concessão pública do transporte coletivo de Florianópolis. E pasmem os senhores, a prefeitura ainda paga as empresas de ônibus mensalmente, a prefeitura dá um subsídio a elas. Ou seja, é como se uma pessoa que tem um quiosque na praça XV, um lugar público, uma concessão pública, ainda ganhasse um dinheiro para explorar o tal quiosque. Pois bem, as empresas de ônibus têm uma concessão pública e ainda ganham dinheiro do município para fazer o transporte. É inédito, é o único caso que eu conheço no país.

Discute-se mobilidade, discute-se ciclovia, discute-se outras alternativas. E temos essa possibilidade do transporte marítimo, que outras cidades não têm, como Curitiba, sem gastos públicos, simplesmente a prefeitura organizando em parceria com o governo estadual e com os municípios da Grande Florianópolis. Então, vamos continuar lutando por esse transporte marítimo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, o assunto que eu pretendia abordar na manhã de hoje, quinta-feira, seria outro. Mas conhecendo esse lado marinheiro do deputado Professor Grando, ex-prefeito e ex-vereador desta cidade, gostaria de também fazer algumas referências sobre o transporte urbano não só em Florianópolis, em Santa Catarina, mas no Brasil.

Eu tive a honra de criar o primeiro sistema de transporte marítimo de Florianópolis. Tombamos a Costa da Lagoa como patrimônio natural e criamos a primeira alternativa de transporte marítimo de Santa Catarina. Foi a prefeitura, através da Comcap, que construiu os barcos que depois foram passados para as cooperativas dos pescadores, aí então já com a participação do prefeito que nos sucedeu, Sérgio Grando.

Mas não existe, deputado Professor Grando, solução para o transporte coletivo do Brasil, das cidades grandes e de porte médio, enquanto não houver uma política nacional de transporte coletivo. Ainda hoje vi uma propaganda de televisão em que o artista que fazia a propaganda era o Ratinho, que dizia o seguinte: "Compre um automóvel em 60 meses e comece a pagar daqui a três meses". Ou seja, em uma cidade como Florianópolis, onde mais de 70% do espaço físico está localizado na Ilha de Santa Catarina, com uma topografia difícil e complicada, com um morro no meio da cidade, com uma série de problemas de ordem ambiental, o mar do lado, uma prefeitura sem recursos para desapropriar, entram em média 1.200 automóveis por mês. Então, há solução o transporte coletivo?

É bem verdade que v.exa. tem razão. As baías que banham o grande aglomerado urbano formado por São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis precisam ser utilizadas assim como é utilizado o Canal da Mancha, que liga a Inglaterra à França, através dos famosos *hovercrafts*, aqueles barcos que funcionam em cima de colchões de ar, onde se pode fazer a travessia de Calais para Dover e vice-versa. Mas é preciso que haja uma política nacional de transporte coletivo urgente.

Agora, não haverá solução se depender somente da prefeitura municipal de Florianópolis, pois ela não tem recursos para isso. Eu diria, sem medo de errar, deputado Professor Grando, que mais de 50% do Orçamento de uma prefeitura como a de Florianópolis é destinado para o sistema viário, para o automóvel. Se fizermos um elevado hoje, teremos que fazer outro amanhã. Já se construíram duas ou três pontes, mas sempre será preciso mais pontes. Não é possível isso! Entram 15 mil automóveis por ano em Florianópolis. E estou falando só da capital do estado, fora São José, Palhoça e Biguaçu. E Florianópolis é uma cidade que tem uma população flutuante muito grande por ser a capital do estado.

Então, o governo federal não pode investir bilhões para comprar 30 aviões de guerra, alguns submarinos e uma plataforma submarina, quando temos problemas muito mais urgentes. O que é mais importante? Será que estão pensando que o Brasil irá entrar em alguma guerra? O que é mais importante para o Brasil hoje? É resolver a questão da mobilidade dos centros urbanos como Florianópolis? É investir no transporte coletivo? Então, o certo seria investir em ferrovias, porque os países mais desenvolvidos do mundo fazem o seu transporte de carga em cima de navios e em cima de ferrovias. Mas aqui no Brasil isso é feito pelo transporte rodoviário, em cima do asfalto.

Os nossos portos estão completamente sucateados, assim como a saúde pública. Todos nós, deputados, somos procurados constantemente, deputado José Natal, para pedidos de emprego, bolsas de estudo, mas principalmente para quebrar o galho para fazer um exame de saúde, porque o SUS não contempla a população brasileira. É grande a fila nas emergências dos hospitais.

Entretanto, o governo social do PT pretende gastar R$ 30 bilhões para comprar 30 aviões, alguns submarinos nucleares e para fazer uma plataforma nova de submarinos nucleares. Inclusive, há uma disputa entre a Suécia, a França e os Estados Unidos para saber quem vende mais barato e com transferência de tecnologia.

Então, é isso, deputado Professor Grando, que precisamos discutir aqui, porque as ideias de v.exa., do deputado Sargento Amauri Soares, do prefeito Dário Berger, do Ipuf e do Deinfra não resolvem se não houver uma política nacional de transporte coletivo.

Agora, o governo federal precisa priorizar onde colocar os recursos da Nação. O que é prioritário para um país de terceiro mundo? É o transporte coletivo? É a saúde? É o ensino de terceiro grau? Por que cortar os recursos do Orçamento da União destinados à prevenção das cheias de Santa Catarina? Para combater as cheias, deputada Ana Paula Lima, de Blumenau cortaram uma montanha de dinheiro, mas vão gastar R$30 bilhões em submarinos, em aviões de guerra.

Por isso, a questão do transporte coletivo também passa obrigatoriamente pela prioridade que deve ser dada no uso dos recursos federais e por uma política nacional que envolva o governo federal, o governo do estado e as prefeituras brasileiras.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. apontou algumas direções. Quanto à questão dos aviões e submarinos, vou deixar para falar em outra oportunidade, até porque tenho uma visão um pouco diferenciada da que v.exa. expõe.

Quanto à questão dos transportes, concordo plenamente com v.exa. de que é preciso ter uma política nacional que trabalhe na perspectiva de baratear o transporte de massas, o transporte coletivo. Seja o transporte marítimo, ferroviário e mesmo rodoviário, porque nunca vamos poder prescindir dele.

Eu não estou aqui atirando no governo federal, só estou dizendo que é preciso uma política da sociedade brasileira, do estado brasileiro, para baratear o custo do transporte coletivo, porque senão será o caos social no Brasil. E infelizmente, aqui em Florianópolis talvez o caos chegue antes de outras cidades, porque existe uma situação de estrangulamento, de impossibilidade de deslocamento, o que afeta a sociedade, afeta a segurança pública, afeta as necessidades sociais e afeta, inclusive, a nossa economia, sem falar do meio ambiente.

Temos, portanto, que inverter essa lógica. E concordo com v.exa. que é urgente.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não! Só disponho de um minuto, sra. deputada, mas gostaria de ouvi-la.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado, por sua gentileza e por inúmeros temas que v.exa. abordou faço uma pergunta a v.exa. e ao governador Luiz Henrique da Silveira: que projetos sua excelência apresentou ao governo federal para resolver esse problema em Santa Catarina?

Quanto à questão das enchentes, o dinheiro federal veio - v.exa. não está bem informado -, veio muito dinheiro para Santa Catarina, para o vale do Itajaí e, inclusive, para o oeste.

Mas renovo o desafio: que projetos o governador mandou para o presidente Lula para resolver o caos em Santa Catarina, na questão do transporte urbano?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu estou inscrito no horário dos Partidos Políticos, sr. presidente, e vou abordar esse tema.

Mas quanto ao corte dos recursos para a prevenção das cheias, deputada, v.exa. sabe que é verdade porque foi divulgado pela imprensa. Houve um corte das emendas dos deputados ao Orçamento da União, que se destinavam ao combate das enchentes em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu gostaria de registrar e agradecer a presença de duas lideranças da nossa querida cidade de Chapecó, o vereador Marcelino Chiarello, do Partido dos Trabalhadores, e o companheiro, ex-secretário municipal e ex-vereador Mauro João Postal, que visitam este Parlamento nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sejam bem-vindos ao Parlamento de Santa Catarina.

A Presidência, de posse de um requerimento subscrito por todos os seus líderes, suspende a sessão antes do horário dos Partidos Políticos, para a realização de ato em referência ao Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, sendo que usará a palavra o presidente do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, sr. Miguel Minguillo, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, deputadas, amigos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar o jovem Miguel Minguillo, que fez um pronunciamento alusivo ao Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. A continuidade dessas ações por entidades não governamentais é que tem realmente propiciado a muitas e muitas pessoas o acesso a "n" coisas que os governos, em todos os níveis, não proporcionam aos menos favorecidos.

Então, parabéns a todos que estão engajados nessa causa e em outras causas que, com certeza absoluta, têm ajudado muitos a viver um pouco melhor, já que os governos não propiciam a essas pessoas tal situação, apesar de ser uma obrigação constitucional.

E levando nesse parâmetro, deputada Ana Paula Lima, quero dizer que ouvi o pronunciamento do deputado Edison Andrino, e julgo-o extremamente pertinente. O deputado colocou claramente desta tribuna os problemas enfrentados por Santa Catarina e, por que não, também pelo nosso país. O colega peemedebista falou das grandes mazelas praticadas pelo governo federal - é verdade que alguns programas sociais criados pelo governo do PSDB foram aperfeiçoados, sim, pelo PT - e lembrou que R$ 30 bilhões estão sendo disponibilizados pelo presidente para comprar aeronaves e submarinos nucleares.

Quero dizer, deputado Edison Andrino, srs. parlamentares e catarinenses, que eu também não concordo com isso, até porque uma coisa puxa outra. E vou dizer aqui e agora o que eu disse lá em Maravilha, anteontem à noite: o presidente Lula, num dos seus rompantes, pensando que é o rei da cocada e que tem aquilo roxo, como dizia um ex-presidente, concedeu abrigo a Manuel Zelaya na embaixada brasileira! O presidente Lula é um louco porque está provocando uma guerra civil naquele país!

O deputado Sargento Amauri Soares até foi a Honduras recentemente, como observador, porque é favorável ao retorno de Manuel Zelaya ao poder naquele país, mas talvez não nas condições em que voltou anteontem. E a imprensa mundial tem colocado e mostrado isso.

Talvez esses aviões que o presidente Lula está querendo comprar, catarinenses e brasileiros, seja porque ele também já esteja querendo juntar-se a Hugo Chávez, que é outro louco, e a outros que há por aí. Mas a sociedade brasileira e o povo de Santa Catarina não concordam que esse dinheiro, que deveria servir para melhorar a educação, a saúde, o Bolsa Família, o desemprego, que sempre foram bandeiras do PSDB, seja utilizado na compra de material bélico para satisfazer as vaidades pessoais do presidente Lula, mancomunado com Chávez. Talvez esse dinheiro seja empregado num "propinoduto" - propina, dinheiro - do presidente Lula para comprar essas aeronaves, porque ele, no dia Sete de Setembro, Dia da Independência do Brasil, trouxe o presidente da França, pois a proposta da compra dos aviões já estava praticamente fechada.

É lógico que, como alguns atentos, porque nem todo mundo é tolo neste país, começaram realmente a verificar por que o presidente Lula estava dando preferência à França para a aquisição das aeronaves - e tinha que haver uma licitação para alguns outros países realmente terem a possibilidade de participar -, ele já recuou. E recuou porque percebeu que, com certeza, os brasileiros e os parlamentares que estão em Brasília não aceitariam fazer do jeito que ele pensa que tudo pode ser feito neste país, porque não pode!

Então, deputada Ana Paula Lima, Santa Catarina sofre com as questões climáticas, e não é de hoje. E a bancada catarinense que está lá em Brasília tem feito, e toda vida fez, as suas emendas para ajudar o estado e os municípios. E num ato autoritário do governo, foi cortada, sim, essa reserva de R$ 160 milhões do Orçamento, que eram recursos das emendas parlamentares que poderiam, sim, ajudar o estado de Santa Catarina.

Enquanto isso, o presidente quer gastar R$ 30 bilhões. Talvez, deputado Edison Andrino, com os R$ 30 bilhões, ele esteja tirando de Santa Catarina a fatia melhor e maior e reservando esse dinheiro para comprar os caças e submarinos com o dinheiro de todos os brasileiros. E continua havendo problemas gravíssimos na saúde, e não quero ser repetitivo, continua havendo problemas na educação e tantas outras coisas.

Nós precisamos que o presidente Lula levante a cabeça e continue pensando da seguinte forma: eu vou continuar baixando a taxa de juros deste país para propiciar a manutenção das empresas brasileiras. Eu vou baixar a taxa de juros deste país porque quero que aumente o nível de emprego e não cresça a taxa de desemprego! Porque cresceu! Os jornais de ontem e hoje mostram que a taxa de desemprego cresceu de 8% para 8,1% no país.

Sr. presidente, precisamos que o presidente esteja atento a isso. Já que temos reservas cambiais, e sabemos disso, em função de medidas adotadas pelo governo do PSDB - e o PT deu continuidade, é verdade -, o presidente tem que propiciar a todos os catarinenses e brasileiros uma melhor qualidade de vida.

O presidente, quando esteve aqui por duas oportunidades, fez promessas, e lá no alto vale há muita coisa para ser resolvida. Se ele mandou o dinheiro e não foi suficiente, poderia mandar mais.

Eu estava em Brasília, na semana passada, deputado Décio Góes - e v.exa. estava também -, e circulava lá, através da imprensa, a notícia de que o presidente viria novamente a Santa Catarina para constatar o que, lamentavelmente, aconteceu com municípios do oeste catarinense, principalmente em Guaraciaba, que foi, e quem lá esteve sabe disso, uma coisa jamais vista.

Se o presidente Lula visse o que aconteceu em Guaraciaba poderia pensar o seguinte: já que eu cortei R$ 160 milhões do Orçamento das emendas parlamentares de Santa Catarina, agora, quando retornar, vou conversar com os parlamentares catarinenses e dizer-lhes que vou mandar repor os recursos, a fim de que a população de Guaraciaba possa recuperar-se, assim como os demais municípios atingidos.

O prefeito de Monte Castelo, o popular Kibe, e alguns outros prefeitos sofreram também prejuízos em seus municípios, devido ao vendaval e à tempestade. Diversas casas foram destelhadas e não existe recurso suficiente no governo do estado para a recuperação, não existe recurso no governo da República, talvez, para a reconstrução, mas em função daquilo que aconteceu lá, se ele tivesse realmente bom senso, deveria ter enviado um pouco mais de recursos para todos os catarinenses, porque o nosso estado dá retorno.

Então, o PSDB não comunga com o pensamento do presidente Lula de gastar R$ 30 bilhões em armamento bélico, um material inútil, porque o nosso é um país da solidariedade, um país que vive realmente em harmonia. O presidente Lula não precisa arrumar encrenca com ninguém, mas comprando material bélico pode, talvez, ajudar outros a cometer alguma loucura, já que em alguns momentos de insanidade ele não sabe o que faz nem o que diz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria apenas de agradecer ao deputado José Natal pelo aparte que nos concedeu aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, no horário partidário não poderia deixar de manifestar a posição do PPS - e sempre o faço às quintas-feiras. O partido é pequeno, mas tem um posicionamento nacional, e nós sempre procuramos divulgar o nosso posicionamento.

Deputada Ana Paula Lima, mais do que nunca, nós, como ex-comunistas, sabemos da importância da ajuda comunitária, dos direitos humanos, do respeito aos pactos internacionais com relação àqueles que discordam politicamente, do respeito ao direito de asilo político, e como tal somos totalmente favoráveis ao posicionamento humanitário e ao asilo político em relação a Honduras. É para isso serve o relacionamento internacional entre as embaixadas dos diferentes países.

Então, a nossa visão clara é que realmente houve um golpe de estado em Honduras, porque foi interrompido pela força o mandato de um presidente eleito. Mesmo que discordemos do seu pensamento e do que pretendia, não se justifica o golpe, a interrupção do mandato de quem foi eleito pelo povo. Por isso defendemos o retorno do presidente Zelaya de Honduras.

Agora, temos que ter cuidado com relação ao que está ocorrendo lá. O presidente nacional do PPS, Roberto Freire, não vê justificativa para que a embaixada brasileira sirva de palanque para essa tentativa de retorno ao poder, que vem gerando muita violência. Não podemos omitir que já haviam ocorrido até ontem à noite três mortes! E hoje a imprensa traz o quê? Saques a supermercados e farmácias. Quer dizer, novamente a população mais pobre acaba sofrendo as consequências.

Catarinenses, mais de 113 pessoas foram detidas pela polícia hondurenha e isso nos coloca numa posição questionável porque o presidente Zelaya está usando a embaixada brasileira como palanque! Mais do que isso, está pedindo asilo, mas não quer sair da embaixada, não quer que o Brasil lhe dê asilo. Ele quer continuar na embaixada para usá-la como palanque! Isso está errado! Por quê? Porque o governo brasileiro é um dos mais respeitados da América Latina para servir de interlocutor na busca do retorno de Honduras à democracia. O próprio mandato de Zelaya é o grande aval para que o seu retorno ocorra com respeitabilidade através da OEA e da ONU.

Assim, não pode o Brasil, de repente, ser utilizado de uma maneira que não aquela que estabelece o relacionamento internacional, que preceitua que aquele que recebe asilo tem que guardar silêncio até ver restabelecidos os seus direitos, no caso em tela, a volta à Presidência de Honduras através da interlocução internacional. Não pode servir o Brasil, repito, de palanque, porque isso está causando contradições e conflitos, e nesse caso todos perdem. Admitindo essa situação, nosso país perde sua respeitabilidade como interlocutor.

Então, acho que está muito claro o posicionamento de nosso partido. Mas faço essa ressalva para que realmente melhore o relacionamento e resgate-se, com justiça, a democracia em Honduras e a volta ao poder de Zelaya. Ele não é uma pessoa de esquerda, não! E estamos defendendo-o não por sermos da esquerda, mas pelos princípios democráticos que nos caracterizam e pelos quais sempre lutamos.

Com relação à compra de armamentos pelo governo brasileiro, não tenho tempo suficiente para abordar a questão, mas quero parabenizar o deputado Edison Andrino pelo pronunciamento e ponderar o seguinte. Quando o então presidente Juscelino Kubitschek comprou o porta-aviões Minas Gerais, era um equipamento bélico de grande avanço tecnológico. Depois se tornou obsoleto e hoje está encostado. Esses aviões que o presidente está querendo comprar já estão obsoletos, porque hoje as aeronaves mais modernas são controladas por robôs. Então, não servem, a não ser o submarino com tratamento nuclear. E há justificativa técnica, sim, nesse ponto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna, na manhã de hoje, para discorrer sobre a viagem da nossa comitiva, capitaneada pelo vice-governador Leonel Pavan e também pelo secretário especial de Articulação Internacional, Vinicius Lummertz, da qual fez parte também o deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa.

Estivemos na Espanha buscando uma relação de negócios, uma troca de experiências, objetivando sempre levar a boa imagem que Santa Catarina tem hoje no contexto nacional e, ao mesmo tempo, procurando trazer parceiros investidores para aquecer ainda mais a economia catarinense.

Tivemos a oportunidade de estar na região da Galícia, onde nos reunimos com o Sinduscon de Santa Catarina. E pudemos perceber, amigo Elizeu Mattos - e v.exa. acompanhou todos os momentos dessa missão -, que apesar de ser um país desenvolvido, um país de primeiro mundo, em função da crise mundial, provocada pela crise imobiliária americana, está com praticamente 20% da sua população desempregada.

Eles dominam uma tecnologia muito avançada no segmento da construção civil e agora querem fazer o caminho inverso de quando os espanhóis estiveram, há 500 anos, na costa catarinense: necessitam de parceiros para esse setor da economia.

Um dado interessante que nos chamou muito a atenção é que uma pesquisa feita pela Universidade de Madri, do governo espanhol, detectou que entre os países em desenvolvimento, o Brasil está inserido como prioridade em termos de oportunidades de negócios. E dentre os estados da federação, o estado que se destaca é justamente Santa Catarina!

Isso não é à-toa, não é por acaso, é graças à determinação, à pujança do povo catarinense, da sua raça, do seu trabalho, das nossas universidades, dos nossos portos, pois somos um estado que ocupa somente 1,1% do território nacional, mas que povo é responsável por 5,6% das exportações do país e por 4,6% do Produto Interno Bruto - PIB. Santa Catarina é um estado de oportunidades, é um estado de referência, que causa até certa inveja a outros estados da federação.

Tivemos a oportunidade de visitar o Grupo Calvo, que detém, hoje, 40% do mercado nacional na produção e venda de atum e sardinha. Adquirindo a empresa Gomes da Costa, em Itajaí, pretende em breve fazer novos investimentos, fazendo com que a economia catarinense se fortaleça e estabeleça-se cada vez mais não só no mercado nacional, como no internacional.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo o aparte ao nobre companheiro Elizeu Mattos, com quem tive a oportunidade e a honra, juntamente com o vice-governador Leonel Pavan, de visitar a Espanha.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Valmir Comin, foi uma viagem de praticamente dez dias. Foram dias de conhecimento, de aprendizado, de estudo, nos quais vendemos o nosso estado, na verdade, vendemos o sul do Brasil, onde está inserido Santa Catarina.

Uma das oportunidades mais importantes foi podermos conversar com os empresários que dominam a tecnologia de ponta no mundo referente à energia eólica, na região da Galícia. Conhecemos também a indústria da construção civil da Espanha, que é muito avançada, tanto é que hoje aquele país não tem déficit habitacional! Com isso, as empresas estagnaram, não têm como crescer. Vem daí, portanto, o interesse de investir no Brasil.

Muito interessante também, como v.exa. estava colocando, foi conversar com o Grupo Calvo, que é o maior grupo do mundo na produção de sardinhas e o quarto em pescados. Esse grupo já está inserido no estado de Santa Catarina, com investimentos iniciais de US$ 70 milhões e que agora vai investir mais US$ 100 milhões numa fábrica de latinhas e no aumento de sua empresa em nosso estado.

Ficamos muito satisfeitos de ouvir daqueles empresários, deputados Edison Andrino, Antônio Aguiar e Moacir Sopelsa, juntamente com o vice-governador, com v.exa. e com o secretário Vinicius Lummertz, que se destacam no mundo quatro países para investir: Rússia, China, Índia e Brasil, sendo que a prioridade é o Brasil. Quer dizer, o Brasil é a bola da vez, principalmente o sul do país. Ficamos muito envaidecidos porque se tratava de grandes empresários, que pretendem investir US$ 2,5 bilhões no litoral catarinense.

Essa viagem trará muitos dividendos para o estado de Santa Catarina, pois já estaremos recebendo empresários espanhóis nos dias 1º, 2, 3 e 4 de outubro, que visitarão o nosso estado e, inclusive, a serra catarinense. Além disso, nos próximos dias outros empresários virão para uma visita ao sul do estado, a convite do deputado Valmir Comin e do vice-governador Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Com relação à geração de energia de fontes renováveis, como energia solar e energia eólica, é importante salientar que na Espanha, hoje, 13% da sua demanda de consumo é gerada através dos ventos, ou seja, energia eólica não poluente e renovável.

Nós, no estado de Santa Catarina, em 2002, pactuamos um contrato com uma empresa alemã, a Wobben Windpower, durante o governo de Esperidião Amin, ocasião em que conseguimos estabelecer uma torre eólica no município de Bom Jardim da Serra. Inclusive, a Celesc tem um estudo diagnóstico, com embasamento técnico, definindo cinco pontos com potencial de geração de energia a partir dos ventos.

Creio que essa é uma boa parceria com os empresários espanhóis, que são detentores também dessa tecnologia, a exemplo da Alemanha, que têm interesse certo de investir em Santa Catarina. Por isso, vamos aguardar com muita expectativa no início do próximo mês a vinda dessa missão a Santa Catarina, para que possamos desenvolver esse parque eólico que está parado desde 2002.

Também tive a oportunidade de, entre tantas que fizemos, visitar o legendário Manoel Fraga, senador espanhol que, entre outras ações, foi o mediador da redemocratização do país após a morte do ditador Francisco Franco, que era galego como Fraga. Fundador do PP, Partido Popular, identificado na sua ideologia com o Partido Progressista, o senador está com 86 anos de idade e ainda detém na sua essência a vibração, a garra e a determinação de lutar pelos mais humildes.

Por isso, foi um prazer e uma satisfação poder participar dessa comitiva, juntamente com o vice-governador e com o deputado Elizeu Mattos e, além disso, encerrar a nossa viagem com uma visita a esse lendário senador do Partido Popular, que com 86 anos de idade ainda é um exemplo maior para a democracia da Espanha e do mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Presidência registra a presença nesta Casa dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Clara Donner, de Timbó, que estão acompanhados da sua professora. Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, agradeço a gentileza do deputado Edison Andrino em trocar o horário com o PT. Neste Parlamento, além de discutirmos idéias, deputado Edison Andrino, temos um bom relacionamento porque queremos o melhor para a nossa comunidade.

Não poderia deixar de agradecer a presença preciosa de duas pessoas que estão-nos visitando hoje: Miguel Minguillo, presidente do Fórum de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e a dra. Priscila Albino, do Ministério Público Estadual, uma apaixonada pela causa e sempre na defesa das crianças e adolescentes.

O dia 24 de setembro é de reflexão e estão aqui presentes crianças da Escola de Ensino Fundamental Clara Donner, do município de Timbó, acompanhadas da diretora, para conhecer o Parlamento catarinense. A nossa missão aqui é oportunizar que essas crianças conheçam o Parlamento, mas com a nossa consciência tranquila de que as estamos defendendo e fazendo leis que possam melhorar as condições de vida do nosso povo.

O tema hoje é muito abrangente e até iria aproveitar o horário reservado ao nosso partido para fazer algumas sugestões e críticas, mas vou ater-me ao tema principal, pois hoje, 24 de setembro, é marcado como o Dia Estadual de Combate à Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Srs. deputados, temos que romper o silêncio, denunciar a violência e a exploração sexual e criar no estado de Santa Catarina uma rede de proteção às crianças e aos adolescentes.

Infelizmente, Santa Catarina é um dos poucos estados da federação que não aceitou o plano de combate à violência infanto-juvenil, elaborado por diversas entidades constituídas. Esse é o assunto que trago a esta tribuna, nesta quinta-feira, 24 de setembro, Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Saibam, senhoras e senhores, que a nossa tarefa como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher inclui muitos temas difíceis de serem abordados no dia-a-dia. A violência em nosso estado está banalizada; no cotidiano da nossa população crescem assustadoramente os índices de agressão às mulheres. A nossa urgência é por políticas públicas que auxiliem a sociedade a mudar o rumo das coisas.

Quero aqui fazer uma confissão pública. Todos os dias eu penso em desistir porque muitas vezes lutamos e temos a impressão de que as coisas não avançam. Mas se esta deputada desistir, deputado José Natal, será menos uma voz que usará este microfone para denunciar o que está acontecendo no estado de Santa Catarina. V.Exa. não faz idéia de quantas mulheres estão sofrendo, deputado José Natal, sendo agredidas diariamente, até mortas pelos seus companheiros, e o governo do estado não dá a proteção adequada com delegacias especializadas no atendimento a essas mulheres.

Hoje, dia 24 de setembro, está sendo realizada uma mobilização no estado inteiro pelo Ministério Público Estadual, juntamente com o Fórum de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil. São crianças que estão sendo vítimas todos os dias, dentro das suas casas.

Eu não sei se v.exas. observaram, se o povo catarinense observou uma propaganda que está sendo exibida na TV, na qual uma mulher, um homem e uma menina estão sentados à mesa e a mulher parece cega diante da violência que será cometida pelo pai, diante do abuso sexual do pai àquela criança. Todo mundo repudia essa propaganda. Quando eu assisto também fico com uma repulsa muito grande, e todos condenam aquela mulher. Esta semana eu estava analisando e pensei: condenar aquela mulher? Ela vai denunciar onde, deputado José Natal? Onde aquela mulher vai denunciar? Onde ela vai conseguir a garantia que aquela criança não será mais abusada nem dentro nem fora de casa?

Por isso, hoje, eu peço a este Parlamento, eu peço aos homens e às mulheres que se juntem ao fórum, que se juntem a essas crianças e adolescentes para que não aconteça mais isso, porque nós não temos o direito de ficar quietos enquanto as nossas crianças estão sendo abusadas todos os dias por familiares e por estranhos.

Nós aqui tratamos de grandes temas, de obras grandes, de mega construções, de tributos, mas o mais importante estamos deixando para trás, que é cuidar do ser humano, que é cuidar das mulheres, dos homens e, principalmente, no dia de hoje, cuidar dessa geração que será o futuro, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Clamo que os diretores de escolas e os professores olhem com carinho para que cada criança sentada no banco escolar seja como um filho!

Então, srs. parlamentares, no dia 24 de setembro nós temos que tentar banir do estado de Santa Catarina - essa maravilhosa terra, que é comentada por suas belezas naturais, por suas praias, por suas festas maravilhosas, como a Oktoberfest - esse grande problema da violência sexual, pois precisamos ver também que no nosso dia-a-dia temos um compromisso maior com o ser humano, principalmente com nossas crianças e adolescentes.

Faço um desafio, deputados Edison Andrino e José Natal, que saiamos daqui agora para pedir ao governador do estado que aceite esse plano de combate à violência sexual infanto-juvenil. Esse, sim, seria um ato de grandeza em que o Parlamento catarinense, juntamente com o Ministério Público e com o Fórum de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil dariam as mãos para formar essa rede de proteção, para criar delegacias especializadas, para montar casas abrigos adequadas, para dar voz aos profissionais, deputado José Natal, da pasta comandada pela secretária Dalva Dias, que devem ser capacitados para atenderem bem as entidades que fazem um trabalho maravilhoso, que põem a sua alma à disposição deste estado para ajudar a banir esse flagelo que é também a exploração sexual infanto-juvenil.

Então, srs. deputados, trago aqui um cartaz - e quero que v.exas. o leiam com atenção - do qual também a Assembleia Legislativa foi parceira, que está aqui na frente. Porque não é só a boneca da menina que está em pedaços, essa criança também está em pedaços e nós não temos o direito de ficar calados, de não enxergar e de tapar os ouvidos. Nós temos, sim, que ouvir mais, que falar muito e fazer a nossa tarefa do dia-a-dia, pois é para isso que estamos aqui, ou seja, para mudar essa situação degradante no estado de Santa Catarina.

Eu não poderia deixar de destacar também o trabalho do Fórum em parceria com o Ministério Público, que presentearam, sr. presidente, os parlamentares com uma camisa que tem a figura de duas mãozinhas. Perguntei ao sr. Miguel qual o significado dessas duas mãozinhas e ele me respondeu que as mãozinhas são para que possamos dar as mãos e assim proteger as nossas crianças. E o vermelho dessas mãos não é o vermelho do Partido dos Trabalhadores, mas representa o vermelho do coração. Que possamos ter a sensibilidade de não discutir aqui somente temas grandiosos, mas também temas que se refiram à proteção das nossas crianças e adolescentes.

Imaginem os filhos de v.exas. serem acometidos por uma violência! A família fica estraçalhada, mas mais estraçalhada do que o pai e a mãe fica a criança, fica o adolescente condenado pelo resto da vida.

Então, todos os dias acordo e penso em desistir, mas depois penso que tenho uma missão neste mundo e essa missão tem que ser cumprida. Enquanto aqui estiver não vou calar-me diante dessa situação. Faço um apelo à base governista no sentido de que, juntamente com todos os parlamentares, com o Fórum de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e com o Ministério Público Estadual, peça ao governador que aceite o plano, porque ele vai nortear as nossas ações.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, tenho certeza de que a preocupação da deputada Ana Paula Lima é a de todos os deputados desta Casa, mas os assuntos que nos chegam tentamos resolvê-los individualmente.

Nós temos a mesma preocupação que s.exa., mas não podemos subir a essa tribuna e fazer o que ela acabou de fazer, ou seja, chorar e ao mesmo tempo fazer um discurso político dizendo que o governo estadual não está comprometido com a solução, porque não é verdade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por ate 17 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, quero também cumprimentar a deputada Ana Paula Lima pelo assunto delicado, complexo e triste que abordou, que é a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas também concordo com o deputado José Natal, que não dá, simplesmente, para levantar toda uma questão que envolve a sociedade brasileira de uma maneira geral e responsabilizar somente o governo do estado. Existe, sim, no governo do estado a Delegacia da Mulher, que é uma entidade que faz o seu trabalho, muito provavelmente, bem feito.

Mas quem sabe o governo precise estudar com mais profundidade a política estabelecida por essa entidade, para ver se ela se encaixa dentro da política do estado de Santa Catarina no que diz respeito ao combate à violência sexual infanto-juvenil.

Mas, sr. presidente, para encerrar o assunto dos aviões, quero dizer o seguinte: quem disse que o governo estava retendo o Orçamento da União não fui eu, mas a mídia. E isso não é invenção da mídia, porque realmente houve um corte de mais de R$ 300 milhões para Santa Catarina, porque o governo não tinha recursos.

Assim, no momento em que vemos gastos com armamentos, como se o Brasil fosse entrar numa guerra, ficamos perplexos e não concordamos uma vez que o país tem outras prioridades, como a saúde, o transporte coletivo, a educação e o saneamento básico. Acho que o presidente Lula às vezes divaga, sai da casinha. Então, nós precisamos alertá-lo, e o PT, que tem uma história muito mais voltada para a luta social do que para uma estratégia bélica, não deve provavelmente concordar com isso.

Sr. presidente, esta Casa aprovou recentemente uma lei que estabelece o dia 22 de setembro como o Dia Estadual da Conscientização do X Frágil. Em virtude disso, no dia 28 de setembro, deputado José Natal, vai haver um seminário aqui na Assembléia Legislativa, que envolverá especialistas e famílias que possuem doentes com essa síndrome. O nosso Parlamento está ajudando a patrocinar esse encontro para conscientizar a família catarinense sobre a importância dessa síndrome, dessa doença que não é muito conhecida em nosso estado, não é conhecida por todos nós. Eu, particularmente, só fui saber dessa doença quando fui procurado por algumas entidades, por pessoas voltadas ao cuidado com os portadores dessa doença. A própria mídia desconhecia! Mas é um assunto importante, que envolve centenas e centenas de famílias de Santa Catarina.

Vou ler os sinais dessa síndrome para que esta Casa os conheça:

- Retardo mental e dificuldade motora;
- Hiperatividade;
- Déficit de atenção;
- Dificuldades de contato físico com outras pessoas;
- Morder as mãos a ponto de causar ferimentos;
- Dificuldade de olhar para a pessoa com quem fala;
- Ao falar repete informações e confunde-as;
- Orelhas proeminentes;
- Na adolescência apresenta os testículos de tamanho maior que o normal;

Ø Apresenta retardo mental na família, sem diagnóstico preciso.

É uma síndrome praticamente desconhecida da sociedade e é por isso que esta Casa saiu na frente, quando aprovou o projeto de lei que foi sancionado pelo governador e se transformou na Lei n. 14.786, de 21 de julho de 2009. É a primeira legislação estadual no país que trata da síndrome do X frágil; entre os municípios apenas Porto Alegre tem lei semelhante.

Por isso, gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar a sociedade catarinense, as famílias interessadas, os profissionais interessados e os deputados estaduais para participarem desse seminário que começa na próxima segunda-feira, às 9h, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, queria também, aproveitando a oportunidade, fazer o registro e um cumprimento especial à direção e aos professores do Cefet de Santa Catarina, a antiga Escola Técnica Federal de Santa Catarina, que foi criada em 1909, que está comemorando 100 anos de fundação e que muitos serviços já prestou à formação de mão de obra técnica em nosso estado.

Eu tenho um carinho e um respeito muito grandes por essa instituição em virtude da importância que ela teve na formação de mão de obra qualificada. E o Cefet, criado recentemente, está tendo um papel também importante.

No meu pronunciamento anterior fiz uma crítica ao governo Lula pelos gastos, no meu modo de ver, desnecessários com relação à compra de aviões e submarinos. Quero agora cumprimentar o governo Lula pela transformação e pela ampliação do Cefet em Santa Catarina.

Hoje o Cefet tem a mesma importância que qualquer universidade na formação de profissionais de ensino superior no estado de Santa Catarina. Ele está espalhado, deputado Moacir Sopelsa, por vários municípios do estado. Hoje o Cefet tem *campi* em Concórdia - e v.exa. muito bem representa aquela região -, em Blumenau, em Rio do Sul, em Sombrio, em Camboriú, em Araquari, em Videira, em São José, em Jaraguá do Sul, em Joinville e em Chapecó; estão ainda em fase de implantação: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages e São Miguel d'Oeste.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a direção do Cefet, muito bem dirigido hoje quase que exclusivamente por mulheres. A atual reitora é uma grande administradora, a professora Consuelo Aparecida Sielski Santos, que faz um bom trabalho, é bem verdade, com o apoio do governo federal. Houve uma transformação enorme na antiga Escola Técnica Industrial, que hoje é um dos melhores lCefets do Brasil.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Parabéns a v.exa., deputado. Nós temos que realmente cumprimentar e parabenizar os governos quando eles têm a sensibilidade de levar o ensino superior para todos os estados e, principalmente, para o interior dos estados.

V.Exa. mencionou a região de Concórdia, deputado Edison Andrino, que é uma região que vem empobrecendo, vem perdendo receita. As nossas indústrias agregam menos valor do que os polos industriais onde as indústrias agregam mais valor. E uma forma de compensar isso é levar o ensino superior gratuito àquela região, e o governo federal está fazendo isso.

Esta semana, deputado Edison Andrino, o governador Luiz Henrique da Silveira, em uma reunião que tivemos no meio-oeste de Santa Catarina, onde estavam presentes todos os prefeitos, presidentes de associações e secretários de Desenvolvimento Regional, decidiu, juntamente com a Udesc, aumentar o percentual do duodécimo daquela universidade para que ela possa também se instalar naquela região.

Somos oposição ao governo Lula, mas situações que merecem ser elogiadas, devemos elogiar. Por isso, quero aqui fazer um elogio ao governador Luiz Henrique da Silveira pela sensibilidade em abrir mão de receita para aplicar na educação do interior do estado, porque precisamos dar àquelas pessoas condições de cursar o ensino superior público e gratuito.

Parabéns a v.exa. e parabéns ao presidente Lula e ao governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu também queria agradecer ao governador pela sensibilidade.

Um dos grandes problemas do desemprego é exatamente a falta de mão de obra qualificada, e o Cefet tem o papel fundamental de atuar nesse nicho de mercado. Hoje o Cefet se espalhou de uma maneira impressionante no estado de Santa Catarina, formando e qualificando mão de obra em vários setores da economia, dependendo da característica econômica de cada região.

Veja v.exa. que hoje vou frequentemente à região serrana, que é muito empobrecida, e um dos grandes problemas é a falta de qualificação da mão de obra. Não há, provavelmente, uma região tão bonita, com exceção da minha Lagoa da Conceição, quanto a região serrana. A serra de Santa Catarina é muito mais bonita do que a serra gaúcha. Mas existe um diferencial: a falta de qualificação da mão de obra, e o Cefet está cumprindo esse papel importante.

Quero fazer um cumprimento especial ao governo federal, e faço isso, deputado José Natal, com muita tranquilidade, porque me envolvi muito, quando era deputado federal, com o Cefet. Eu era um dos poucos deputados federais que colocavam nas suas emendas individuais alguma coisa para a nossa antiga Escola Técnica Federal. Hoje, os deputados nem precisam fazer isso, porque o governo federal priorizou o Cefet de tal maneira que ele se espalhou por toda Santa Catarina.

A nossa Udesc também tem esse papel fundamental. E agora, com essa determinação do governador do estado de Santa Catarina, provavelmente o estado vai ser um dos mais qualificados em termos de mão de obra.

Por isso, quero cumprimentar o governo Lula que às vezes acerta e às vezes erra muito, não é verdade? Principalmente comprando aviões de caça e submarinos. Eu acho que esses recursos deveriam ser direcionados para a área de saúde, por exemplo, deputado José Natal. Vemos nos programas de televisão, nos jornais locais e nacionais, as filas quilométricas, as emergências lotadas de doentes. Meu Deus do céu! Só quem tem dinheiro é que tem acesso à saúde neste país? Um país com essas dificuldades estruturais, onde as necessidades básicas da população não são atendidas, pode dar-se ao luxo de comprar equipamentos de guerra?!

Com todo o respeito que tenho pelo trabalho, pelo envolvimento do deputado Sargento Amauri Soares, não existe explicação para gastar R$ 30 bilhões em armamento nuclear e em caças. Posso até admitir que gaste alguma coisa, mas é preciso priorizar aquilo que é fundamental para a qualidade de vida dos brasileiros.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Edison Andrino, dizem que nós, humanos, temos 30 segundos de bobeira por dia. O presidente Lula tem 60 segundos todos os dias! Ele está bem acima da média em tudo, lamentavelmente.

Mas quero dizer a v.exa. que concordo com o seu pronunciamento, dizendo que quando vereador, em 2000, muitos jovens me pediam a oportunidade de fazer um curso superior, muitos jovens me pediam uma bolsa de estudos. E eu lhes perguntava: "Por que vocês não vão fazer um curso profissionalizante? Com esse curso vocês logo serão colocados no mercado de trabalho."

Hoje, para ser bem sucinto, há dificuldade de encontrar no mercado de trabalho bons torneiros mecânicos; hoje, há dificuldade de encontrar na região de Florianópolis soldadores de solda elétrica de grande precisão; hoje, há, com certeza, falta de técnicos em edificação, que era um curso que a Escola Técnica Federal oferecia e que permitia ao aluno assinar projetos de até 80m².

O presidente Lula percebeu que nós tínhamos que trazer novamente os cursos profissionalizantes para as cidades porque há necessidade de mão de obra qualificada. E isso realmente o governo federal colocou à disposição dos brasileiros, melhorando e aumentando o número de escolas técnicas. Essa é a verdade e nós admitimos e parabenizamos o governo federal.

Entretanto, não podemos, por causa desse acerto, deixar para trás outras situações com as quais não concordamos. Hoje estará nesta Casa uma pessoa de Campos Novos, que veio solicitar, através de influência política - não tem nada com o governo, é uma entidade particular -, uma ressonância magnética, porque está esperando há três anos. Isso é um absurdo!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a v.exa. e quero cumprimentar aqui o governo federal não só pela ampliação da Escola Técnica, o nosso Cefet, mas pela melhoria, porque agora elas

são escolas de nível universitário. E quero fazer um cumprimento à bancada federal, que teve um papel fundamental na ampliação, na valorização do Cefet, principalmente a senadora Ideli Salvatti. E é justo ressaltar, até para fazer justiça, que a senadora direcionou uma de suas emendas coletivas, pois cada senador tem direito a uma emenda coletiva, para as escolas técnicas de Santa Catarina.

Por isso, acho que é o momento de cumprimentar o governo do estado e o governo federal. Gostaria de dizer à deputada Ana Paula Lima que aqui reconhecemos os erros e os acertos do presidente Lula, assim como reconhecemos os pequenos erros e os grandes acertos do governador Luiz Henrique.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, desejo rebater um comentário deselegante, e já é de praxe, do deputado José Natal, quando falou aqui de um assunto muito importante que abordamos, que é a exploração sexual infanto-juvenil.

Se ele não tem capacidade de chorar perante as barbaridades que estão acontecendo no estado de Santa Catarina, é por isso que estão aumentando os números da violência no estado. Que ele se digne a olhar os números, a pedir ao governador que tenha a sensibilidade que os movimentos têm de proteger as crianças e os adolescentes.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência registra com muito prazer e satisfação a presença dos alunos da 4ª série da Escola Estadual Básica Professora Dolores Luzia dos Santos Krauss, do município de Gaspar. São 80 visitantes coordenados pela srta. Sirlei Miranda.

É um prazer e uma satisfação tê-los conosco aqui no Parlamento.

Sejam bem-vindos!

(Palmas das galerias)

Passaremos à Ordem do Dia.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Legislativa do Estado

Nos termos do art. 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei complementar que 'Altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar n. 455, de 2009, que incorpora o abono concedido pela Lei Promulgada n. 13.135, de 2004, ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e institui o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, e adota outras providências.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres Senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei complementar nessa Augusta Casa Legislativa.

(a) Luiz Henrique da Silveira
Governador do Estado"[sic]

Encaminho às comissões técnicas.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada, o próximo inscrito é o deputado José Natal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quando utilizei os 30 segundos da palavra pela ordem, disse que a deputada Ana Paula Lima, que aqui está, fez um pronunciamento, depois de chegar às lágrimas - todos têm sensibilidade e eu também tenho, sim, senhora - político, querendo dizer que o combate à violência não ocorre no estado porque o governador Luiz Henrique da Silveira não quer, não tem interesse.

Foi isso que eu disse, nobre deputada Ana Paula Lima, até porque faço parte da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que v.exa. preside. E na comissão v.exa. tem o meu aval para todas as ações que aqui estão e para tantas outras que por lá tramitam.

Quero dizer que fui vereador por cinco legislaturas, deputada Ana Paula Lima, e contribuí, sim, para a resolução de muitos problemas sociais na minha querida cidade de São José. E aqui, como deputado, já pratiquei várias ações nessa linha, na maioria das vezes resolvendo casos individuais porque o estado, em todos os níveis, volto a dizer, é inoperante. E a minha sensibilidade me leva, sim, deputada, a tentar resolver os problemas das pessoas, sendo que muitas e muitas vezes esses problemas são resolvidos com recursos financeiros pessoais. Muitas vezes!

Então, deputada Ana Paula Lima, eu não pretendi brincar com v.exa., pois eu tenho sensibilidade para a causa da violência. Tenho certeza, tenho convicção de que se não fossem pessoas como Miguel Minguillo nós teríamos neste estado e neste país situações bem mais críticas em relação à exploração sexual infanto-juvenil, à exploração dos idosos e por aí afora.

Procuramos muitas vezes, assim como o Executivo, resolver os problemas, inclusive através de projetos de lei, mas não conseguimos. Quando chegamos a esta Casa viemos cheios de boas intenções para tentar resolver "n" problemas do nosso estado e do nosso país, mas encontramos inúmeros empecilhos legais e constitucionais.

Se pudéssemos fazer uma lei, de nossa autoria, para a contratação de mais médicos para o estado de Santa Catarina, teríamos feito, assim como v.exa. e tantos outros deputados que por aqui passaram.

Nós sabemos que no estado de Santa Catarina há centenas de milhares de funcionários que adentraram ao serviço público há 20 anos, 30 anos, que tinham somente o nível médio e que hoje têm o nível superior. No entanto, continuam estagnados na carreira em virtude da Constituição Federal, que só permite a mudança de nível através de concurso público. E não podemos, através de projeto de lei, resolver esse problema dos funcionários do Executivo.

Nesta Casa, com os servidores do Poder Legislativo, o então presidente Julio Garcia teve a sensibilidade de equacionar o problema, pois os funcionários que concluíram o nível superior, por exemplo, têm direito aos vencimentos de acordo com o seu grau de instrução apenas não podem, funcionalmente, ascender. Este Poder pôde fazer isso porque tinha recursos para tal. E o governo do estado também tem.

Então, é preciso que nos empenhemos porque essa não é uma questão apenas do estado, mas também dos municípios, onde pessoas que ajudaram a construir este estado estão indo para casa, depois de 35 anos de serviço público, com o salário de quando entraram.

Então, deputada Ana Paula Lima, esse problema também está englobado na questão social! E podemos, sim, vir a esta tribuna dizer que o governo Lula e que o governo Luiz Henrique têm a sua parcela de culpa em várias situações.

Em oito anos de governo não é possível dar resolução a todos os problemas do país ou do estado. Não é possível porque a sociedade acompanha o desenvolvimento global e o desenvolvimento da humanidade cada vez mais se complica e traz situações diversas em todas as áreas. E para isso é que realmente irão continuar existindo o Executivo e o Legislativo, para poder dar norte, sim, à vida das pessoas que vivem e sobrevivem neste planeta.

Então, é nessa linha que me coloco à disposição nesta Casa Legislativa naquilo que estiver ao meu alcance porque não podemos interferir nos Executivos Municipais. Mas na linha que acabei de colocar, no sentido de brigarmos juntos, seja no governo federal, na Câmara Federal ou no Senado, para elaborar uma PEC que resolva o problema dos funcionários públicos municipais que, repito, estão indo para casa com um salário mínimo, contem com este deputado!

Srs. parlamentares, a maioria das prefeituras tem condições de pagar um salário digno para os seus funcionários, mas não paga porque os prefeitos não querem fazer um plano de cargos e salários para os servidores já que administrar através de cargos comissionados neste país ficou cômodo. E aqueles que adentram ao serviço público municipal, estadual e federal, os funcionários de carreira, que são detentores do conhecimento, são colocados no trilho, aprendem e depois levam o aprendizado.

Na verdade, o funcionário de carreira fica dependente da questão político-partidária que ainda é muito forte em todos os lugares: "Porque tu és do PT, ficarás sentado na cadeira, ganhando um salário mínimo, e eu não te quero". "Porque tu és do PMDB, ficarás sentado na cadeira, mas não te darei função alguma porque não és meu aliado político". E assim por diante. E existem muitas prefeituras neste estado pagando salário aos funcionários de carreira, mas não utilizando os seus serviços por questões político-partidárias.

Então, dentro dessa situação, deputado Valmir Comin, que preside esta sessão, deputado Joares Ponticelli, deputado Décio Góes, temos realmente feito alguns embates aqui. E quero colocar esse tema para ver se conseguimos fazer com que todos os municípios deste país tenham seu plano de cargos e salários. Então, quero colocar aqui a minha voz, se for possível, em favor de todos, independentementede sigla partidária, no sentido de encaminharmos a solução desse problema.

Aos prefeitos que já têm seus planos de cargos e salários, que já fizeram, que são visionários, que são futuristas, a minha saudação. Mas temos um número muito grande de pessoas que não são valorizadas, mesmo depois de muitos e muitos anos de uma vida funcional dedicada ao município, ao estado. Muita gente fica no esquecimento e vai para casa aposentada sem perspectiva de ter uma vida digna.

Sr. presidente, srs. deputados, coloco-me à disposição e peço a ajuda de todos para levar essa bandeira adiante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Valmir Comin.

O deputado José Natal trouxe um tema interessante, que certamente vamos poder debater bastante neste plenário também.

Quero saudar o deputado Décio Góes, os telespectadores da TVAL e os nossos ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Cumprimento os nossos companheiros, os vereadores de Campos Novos, Adavilson Telles, o Mancha, e Valdenir da Silva, o Teco, que aqui estão acompanhando a nossa sessão no dia de hoje. Eles fazem, assim como nós aqui, a resistência, o difícil papel de Oposição na Câmara Municipal de Campos Novos, trazendo com muita frequência a preocupação daquela comunidade com o crescimento da violência.

Deputado Décio Góes, um vereador da base do governo, do PMDB, entrou com um projeto de lei para declarar estado de calamidade pública em função do crescimento da violência em Campos Novos. Vejam que a própria irmandade está-se desentendendo, está reconhecendo que os índices de crescimento da violência estão insustentáveis.

Por falar nisso, recebi um *e-mail,* deputado Décio Góes, de um delegado de polícia que diz que os delegados estão produzindo e usando uma camiseta com a seguinte mensagem:

(Passa a ler.)

"Delegados de polícia de Santa Catarina, com o pior salário do Brasil, estão há mais de 11 anos sem reposição salarial."

Deputado Edison Andrino, esse é o *slogan* que estão confeccionando os delegados de polícia, porque a situação está realmente insustentável. E delegado de polícia é o topo da carreira da Polícia Civil. Se o delegado está nessa situação de miséria, imaginem como estão o investigador, o comissário, enfim, todas as carreiras da Segurança Pública.

Aprovamos aqui, deputado Décio Góes, há quase 50 dias, a Lei Complementar n. 453, que o governador sancionou, mas até agora, e já se passaram praticamente 60 dias, não fez absolutamente nada. Não cumpriu a lei, ou seja, o governo continua um fora da lei. Nós aprovamos, houve uma expectativa gerada para a Segurança Pública, especialmente para a Polícia Civil, mas até agora nada de concreto aconteceu.

Esse delegado me enviou dados que são assustadores. Veja, deputado Décio Góes.

(Passa a ler.)

"Em maio de 98 um delegado substituto da Polícia Civil de Santa Catarina percebia R$ 4.406,13 de salário. Em setembro de 2009, R$ 4.442,58."

Em 11 anos o aumento salarial, o reajuste, a reposição do delegado de polícia foi de 0,82%. Nesse mesmo período, ele fez um comparativo muito interessante, deputado Décio Góes, o salário mínimo era de R$ 130,00 e hoje é de R$ 465,00. Portanto, houve um aumento do salário mínimo de 357%. Já o litro de gasolina, em janeiro de 99, custava R$ 0,80 e hoje custa R$ 2,59, dando 321,73% de aumento. Quanto à luz, até 300KW, em janeiro de 99 custava R$ 39,78 e hoje custa R$ 88,05; portanto, um aumento de 221,34%. A água até 10m³ custava R$ 5,67 e em agosto de 2009, R$ 13,06, dando um aumento de 230,33%. Já o preço do gás de cozinha era de R$ 11,78 e hoje é de R$ 39,99, representando um aumento de 339,47%. A assinatura básica do telefone era de R$ 13,82 e hoje custa R$ 39,97, um aumento de 289%. O valor da passagem de ônibus, em janeiro de 1999, era de R$ 1,15, ao passo que hoje é de R$ 2,30, um aumento de 200%.

Srs. deputados, o aumento médio desses serviços nesse período foi de 279% em 11 anos e o aumento do salário do delegado foi de 0,82%. Portanto, como é que vamos ter segurança de qualidade assim? Como é que vamos ter efetivamente uma sociedade segura, uma polícia motivada para trabalhar? E mais ainda, se considerarmos todos os desmandos, como podemos ver o secretário de Segurança em campanha para deputado federal pelo estado afora, trocando viatura por voto, trocando arma por cabo eleitoral?

É uma politicalha jamais vista neste estado. É o aparelhamento partidário da Segurança Pública. E não dá mais, deputado Décio Góes! Não dá mais imaginar que os delegados de polícia vão trabalhar com uma camiseta dessas. Esta Casa não pode mais calar diante desse drama que vive a nossa polícia e a falta de segurança.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - O que impressiona é que quando votamos o plano de cargos e salários eles apenas estavam pedindo a regulamentação da carreira. A questão salarial não foi tocada ainda, ficou para ser discutida depois. Enquanto isso, outras categorias, com a política de reajuste de penduricalhos que o governo tem feito, têm conseguido elevar o seu salário. O mais grave é que o contingente da polícia hoje é igual ao de 1988. Então, fica fácil explicar o aumento da violência no estado de Santa Catarina.

Não adianta querer dar explicação, porque o povo sabe, está vendo, está sentindo na carne, os jornais estão todos os dias publicando, as colunas policiais mostram, os *sites* estão mostrando muito mais do que os jornais. E a sociedade catarinense está assustada com o resultado da política de segurança pública no estado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Nós vamos continuar falando no assunto. Vou ficar chato nesse assunto. Virei todos os dias, deputado José Natal, até que o governo efetivamente implemente a Lei Complementar n. 453, porque a situação dos servidores da Segurança Pública é desesperadora. Por isso, temos que votar a PEC, a Proposta de Emenda Constitucional que eu apresentei e que está adormecida em alguma gaveta governista.

Polícia tem que ser comandada por polícia. Polícia não pode ser comandada por político. Nós temos que colocar isso na Constituição. Temos que proibir político de comandar a Segurança Pública, porque essa é a fórmula do fracasso. Santa Catarina está provando que a fórmula do fracasso é botar político interessado em voto para comandar a Segurança. Trocar voto por esquema dentro da polícia não dá certo, deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Eu quero concordar com v.exa.! Políticos comprometidos com a resolução dos problemas da sociedade podem ocupar cargos, sim! Mas nesse caso eu concordo com v.exa., pois algumas das ações são extremamente politiqueiras. No entanto, não podemos generalizar, porque bons nomes já passaram e outros poderão vir para compor o secretariado de qualquer governo, desde que sejam decentes e realmente queiram trabalhar em favor de todos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E para finalizar, quero dizer que saiu publicado na coluna do Cacau Menezes, hoje, o seguinte:

(Passa a ler.)

"Promoção

A Santur contratou, no início do ano, por R$ 1,4 milhão, uma empresa chamada IBI Asia-Pacific, para a prestação de serviços de assessoria para a execução de projeto visando a trazer turistas dos Estados Unidos, Canadá e Portugal para Santa Catarina.

Detalhe: o endereço da empresa com esse nome tão bonito é a Rua Frei Lucílio Korte, 244, Bairro Vila Nova, Blumenau. Na casa mora o dono de uma autoelétrica."[sic]

É mais um dinheiro liberado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Concedo mais 30 segundos a v.exa., deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - ... para aquela entidade de Laguna, que está com endereço do Morro das Pedras, onde mora um cidadão que desconhece a entidade.

Agora eu soube que a secretaria de Turismo vai liberar dinheiro para um festival de mágica. De mágica eles entendem, porque o que estão fazendo desaparecer de dinheiro nesses eventos é um negócio extraordinário! Espero que esse não desapareça também, como outros têm desaparecido misteriosamente, sem explicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que visita a Casa, hoje queremos fazer uma manifestação sobre a SC-450, uma vez que participamos de uma reunião em Passo de Torres, na segunda-feira passada, com a presença de prefeitos, de vereadores e da comunidade - lá estavam mais de 300 pessoas. E hoje, em Araranguá, eles vão entregar a reivindicação ao governador do estado, chamando a atenção de que a porta de entrada turística daquela cidade está totalmente comprometida em virtude da má qualidade do asfalto, da falta de segurança, da falta de acostamento, da falta de sinalização, da falta de passagem de pedestre, da inexistência de ciclovia, enfim, sem qualquer infraestrutura adequada para cumprir a tarefa de permitir o acesso a Passo de Torres, que é a primeira cidade do estado de Santa Catarina na divisa com o Rio Grande do Sul e que vive do turismo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Srs. deputados, a estrada se encontra nesse estado que o vídeo está mostrando. Além disso, têm ocorrido muitos acidentes de trânsito, causando mortes, deficiência permanente e muita infelicidade para as pessoas que transitam por aquela rodovia. E isso tem contribuído negativamente, cumprindo uma função diversa da pretendida, porque essa estrada, principalmente com a duplicação da BR-101, deveria promover o desenvolvimento, a integração, a ligação da cidade com as demais regiões.

Vejam que as imagens estão mostrando a má qualidade da pavimentação e da sinalização! E é por isso que as lideranças e a população estão exigindo a recuperação total dessa rodovia. Houve uma mobilização e a própria comunidade está solicitando que o governo do estado coloque essa obra no Orçamento do ano que vem.

Eu assumi, em nome da bancada do sul, o compromisso de que caso o governo do estado não contemple essa obra no Orçamento de 2010, deputados Valmir Comin e Joares Ponticelli, nós vamos fazer uma emenda incluindo a SC-450 na programação das obras do ano que vem. Mas a nossa esperança é de que em 2010 se concretize a restauração da SC-450, uma rodovia tão importante para a comunidade de Passo de Torres e do estado de Santa Catarina, porque é a porta de entrada do nosso estado na divisa sul. O turista que vem do sul do país tem lá a primeira impressão do nosso estado. Há um ditado que diz que a primeira impressão é a que fica. Então, imaginem quantos turistas poderão ficar mal impressionados!

Ontem, juntamente com toda a bancada do sul, assinamos um requerimento solicitando a restauração dessa rodovia e esperamos que o governador se sensibilize com esse apelo e inclua a obra no plano de investimentos do ano que vem.

Gostaria de usar este espaço para restabelecer algumas verdades com relação àquilo que foi dito aqui nesta manhã.

Primeiramente, com relação à questão de Honduras é preciso deixar claro à população catarinense que o Brasil é signatário da Convenção sobre Asilo Diplomático, assinada em Caracas em 1954, a qual foi incorporada ao nosso ordenamento jurídico pelo Decreto n. 42.628, de 1957.

Em seu artigo VII, a convenção regula que, em caso de urgência, "será concedido o asilo diplomático [...] pelo tempo estritamente indispensável para que o asilado deixe o país com garantias". Isso porque o asilo diplomático tem por fim ou objetivo a concessão do asilo político, o qual se configura quando o asilado se encontra em território do país concedente.

Somos contrários à truculenta e inaceitável reação do governo hondurenho, cercando nossa embaixada com forças policiais e suspendendo o fornecimento de água e energia.

Quanto a isso, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 22 de setembro de 2009, lançou uma nota sobre a situação em Honduras, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O golpe militar em Honduras, iniciado em 28 de julho, foi condenado pelas instituições internacionais e por todos os governos da região, em especial o governo brasileiro.

Coerente com isso, a embaixada brasileira em Honduras atendeu ao pedido de Manuel Zelaya, presidente legal e legítimo de Honduras, e o acolheu em nossa representação diplomática naquele país, que é reconhecida como território brasileiro pelas convenções internacionais.

Esperamos que a presença do presidente Zelaya em território hondurenho contribua para o retorno da ordem constitucional.

Condenamos a repressão praticada pelos golpistas contra as mobilizações populares. Repudiamos as ameaças e atos de agressão contra a embaixada do Brasil. E registramos que as críticas contra a atitude solidária do governo brasileiro, feitas por expressivas lideranças do PSDB, DEM e PPS, apenas confirmam a falta de apreço da oposição pela democracia.

Comissão Executiva Nacional do PT

22 de setembro de 2009"[sic]

Esta manhã assistimos a um festival de política, na tentativa de confundir as coisas. Segundo o ponto de vista da população, o governo Lula não contribuiu para a reconstrução do estado depois dos desastres naturais que aconteceram. E o governo Lula já liberou mais de R$ 1,2 bilhão para a reconstrução de Santa Catarina! O governo do estado é que ainda não disse o quanto aplicou, não prestou conta de um tostão sequer. Foi liberado também mais de R$ 1,3 bilhão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, perfazendo um total de mais de R$ 2,5 bilhões na reconstrução do estado. É importante que essa verdade seja restabelecida porque isso significa duas duplicações da BR-101/sul.

Quero abordar também o corte de emendas que foi aqui comentado novamente e já explicado várias vezes. Trata-se de emendas relacionadas a recursos que não existiam ainda. O governo Fernando Henrique sempre liberou, no máximo, 7% dessas emendas; já o governo Lula já liberou 27%. São previsões extras, mas se houver receita suficiente, elas serão liberadas.

Há ainda outros aspectos a refutar, pois até parece que quando Lula assumiu a inflação não era de dois dígitos. Era sim, mas agora é de menos de 1%! Os juros eram de 26% e agora estão em 8%. A taxa de desemprego era de 15% e agora é de 8%. As nossas Forças Armadas eram criticadas e estavam sucateadas e agora se está negociando uma maneira de reequipá-las. São compras de longo prazo, mas ficam confundindo a população. Então, é preciso restabelecer a verdade!

O Ifet de Santa Catarina comemorou ontem 100 anos. Quando o presidente Lula assumiu, tínhamos 96 Escolas Técnicas Federais no país. Agora vamos ter mais de 400! Portanto, um aumento fantástico!

Eu quero também fazer um agradecimento público à senadora Ideli Salvatti, porque, no lugar de pulverizar suas emendas pelo estado afora, R$ 50 mil aqui, R$ 10 mil ali, como muitos fazem, ela colocou o volume total dos recursos em política pública de educação técnica. Com isso garantiu a implantação de Ifets por toda Santa Catarina.

Está de parabéns e o meu agradecimento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com muito orgulho quero anunciar a presença no plenário desta Casa das vereadoras-mirins da cidade de Rio do Oeste, sob a presidência de Tuize Wanderlinde, sendo que estão acompanhadas pelo presidente da Câmara Municipal daquela cidade, vereador Nicanor Depiné, e por Silvinho, Liziane, Tânia, Maura e Cide.

Eu desejo a todos uma boa estada no Legislativo catarinense!

Queria também dizer que a Câmara-Mirim de Rio do Oeste serviu de exemplo para muitas outras Câmaras que surgiram pelo estado de Santa Catarina e tem ajudado a construir políticas públicas para as pessoas e as cidades.

Para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer que trarei à tona, na semana que vem, o aumento concedido aos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

É que a imprensa, hoje - e não que eles não sejam merecedores -, traz o reajuste salarial dos ministros deste país de R$ 24,5 mil para R$ 27.723,00. Além disso, haverá outros reajustes em função do efeito cascata.

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Nós fizemos um apelo ao governo do estado para chamar a Confecom - Conferência Nacional de Comunicação. Eu tenho falado com José Augusto Gayoso, com o secretário Valdir Cobalchini e com o presidente da Casa também.

O governo federal está chamando as Conferências de Comunicação de todo o país. Dos 27 estados da federação, apenas nove ainda não marcaram a data e Santa Catarina é um deles. A ideia do governo federal é chamar a sociedade brasileira para discutir que tipo de comunicação nós queremos receber, e com isso mandar um projeto do novo marco regulatório para o Congresso Nacional, que vai discutir essa matéria.

Então, é importante a sociedade…

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 85ª Sessão Ordinária, de 29 de setembro de 2009:

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0018/2009, 0029/2009, 0080/2008, 0085/2009, 0092/2009, 0094/2009. 0101/2008, 0121/2008, 0167/2009, 0211/2009, 0215/2009, 0230/2009, 0238/2009, 0249/2009, 0255/2009, 0261/2009, 0270/2009, 0275/2009, 0276/2009, 0278/2009, 0295/2009, 0319/2009, 0323/2009, 0324/2009, 0328/2009, 0329/2009, 0330/2009.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 0009/2008, 0041/2008, 0175/2008, 0219/2009, 0220/2009, 0284/2009, 0314/2009, 0629/2007.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2009.

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0134/2008, 0315/2009 e 0356/2008.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, gostaria de anunciar que estará nesta Casa hoje à tarde o deputado Ciro Gomes, ex-governador e ex-ministro, que dará uma entrevista coletiva à imprensa. Quero fazer o registro e parabenizá-lo pela coragem, inteligência e por enfrentar a imprensa brasileira como deve ser enfrentada, conforme ele fez no último domingo, na Rede Bandeirantes, durante o *Canal Livre*.

Então, fica aqui o meu reconhecimento, porque precisamos de homens que não tenham medo da verdade, pois quem não deve, não teme e quem não tem aquilo preso com ninguém, pode falar o que ele falou no último domingo, no *Canal Livre*. Ele foi fantástico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 21 anos do Sindifisco.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO ESPECIAL DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO
HOMENAGEM AOS 25 ANOS DA ABRAJET
PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA
SUMÁRIO

JORNALISTA CARLOS MAGNAVITA - Afirma que se deve refletir sobre o papel da imprensa especializada e sobre a missão da Abrajet; destaca que Santa Catarina é um *case* de sucesso no turismo.

SECRETÁRIO GILMAR KNAESEL - Comenta o apoio que tem recebido dos veículos de comunicação que divulgam o turismo; enfatiza a parceria da Abrajet; lembra das duas maiores iniciativas governamentais: o Prodetur e o Funturismo.

JORNALISTA VALMIR GREIN - Recorda a trajetória da Abrajet e sua parceria com as autoridades nos momentos difíceis do estado.

DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ - Defende a importância de bem receber o turista pelo impacto que esta atividade tem na economia, agregando valores em diversos setores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades para comporem a mesa:

Excelentíssimo senhor secretário de Turismo, Cultura e Esporte, deputado Gilmar Knaesel, que representa neste ato o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Cláudio Magnavita, presidente nacional da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajet;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Valmir Grein, presidente estadual da Abrajet;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado federal Edson Bez de Oliveira, Edinho Bez;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades! Sras. e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa e contou com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem à Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Santa Catarina pela passagem dos seus 25 anos de fundação.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Neste momento convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo de Santa Catarina.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Neste momento o Parlamento catarinense presta homenagem à Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Santa Catarina, na passagem dos seus 25 anos, pela valorização dos jornalistas de turismo, que fortalecem e incentivam o crescimento turístico no estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello, presidente do Poder Legislativo de Santa Catarina, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Valmir Grein, presidente da Abrajet, neste ato representando a entidade.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem a personalidades que muito contribuíram para a valorização dos jornalistas de turismo e para o fortalecimento da Abrajet de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer entrega da homenagem ao sr. Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina, aqui representado pelo deputado e secretário de Turismo, Gilmar Knaesel.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Leonel Arcângelo Pavan, vice-governador do estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo sr. Valdir Walendowski, presidente da Santur.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Gilmar Knaesel, secretário de estado de Cultura, Turismo e Esporte, que a recebe das mãos do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valdir Walendowski, presidente da Santur.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Cláudio Magnavita, presidente nacional da Abrajet e proprietário da Editora Ver, do *Jornal de Turismo*, do *Jornal do Teatro* e das revistas *Próxima Viagem* e *SET*.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valmir Grein, presidente estadual da Abrajet e proprietário do jornal *Tribuna Catarinense*, de Balneário Camboriú.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem das mãos do deputado Jorginho Mello, o sr. Moacir Benvenutti, ex-presidente da Abrajet de Santa Catarina, presidente executivo nacional da Federação Brasileira de Colunistas, presidente de honra da Associação Brasileira de Imprensa da Mídia Eletrônica, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Jornalistas e Turismo, presidente de honra da Associação Catarinense de Colunistas Sociais e ex-presidente da Associação Catarinense de Imprensa.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Zeni do Amaral Rates, ex-presidente da Abrajet de Santa Catarina e assessora de comunicação da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alberto Gonçalves de Souza, ex-presidente da Abrajet de Santa Catarina e proprietário do jornal *Tribuna Josefense*, de São José.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Manoel Timoteo de Oliveira, ex-presidente da Abrajet de Santa Catarina e assessor de comunicação da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Guilherme Pires, neste ato representando seu pai, o sr. Mauro Pires, *in memoriam*, fundador e primeiro presidente da Abrajet.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) -Esta Presidência deseja fazer alguns registros e agradecer a honrosa presença das seguintes personalidades:

Senhor Valdir Walendowsky, presidente da Santur;

Senhor. Mauro Fiuza, diretor financeiro da Abrajet;

Colunista Moacir Benvenutti, ex-presidente da Abrajet de Santa Catarina;

Senhor Flávio Luiz Agostini, diretor de Marketing da Santur;

Senhora Mariza Ortiz Carvalho, representando o *Jornal do Turismo Catarinense.*

Convido o sr. Cláudio Magnavita, presidente nacional da Abrajet, para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados.

O SR. CLÁUDIO MAGNAVITA - Eu gostaria de saudar, em primeiro lugar, o deputado Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nosso anfitrião;

Quero saudar também o deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado de Cultura, Turismo e Esporte, que neste ato representa o governador Luiz Henrique da Silveira;

Saúdo ainda o jornalista Valmir Grein, presidente da Abrajet de Santa Catarina, que muito orgulha os quadros da nossa entidade associação;

Minha saudação ao prezado deputado federal Edinho Bez, que é um dos parlamentares mais atuantes da comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. O deputado Edinho Bez é um parlamentar que defende veementemente o turismo, está há três anos naquela comissão e esperamos que não saia. É um deputado que tem um trabalho belíssimo em Brasília e tenho acompanhado, inclusive, as suas intervenções. E cito especificamente a audiência pública da Anac, pois é importante que o povo catarinense saiba que em Brasília há um parlamentar catarinense que é um dos expoentes na defesa do setor de turismo.

Saúdo o colega Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa, uma entidade co-irmã da nossa e uma das mais respeitáveis do nosso setor.

Eu gostaria, nessas breves palavras, de iniciar falando especialmente do Guilherme Pires, filho do Mauro Pires, homenageado *in memoriam*, porque a nossa Abrajet nacional tem 52 anos e a Abrajet de Santa Catarina tem 25 anos, comemorados nesta sessão especial.

Foi através de pessoas como meu tio Araújo Castro, ex-presidente nacional, amigo e irmão do Mauro Pires, que a entidade cresceu e ganhou rumo localmente. É importante falar dessas pessoas que não estão mais fisicamente conosco, mas são pessoas, deputado Jorginho Mello, que fizeram história. São pessoas como Mauro Pires, que tinha na sua atuação, na sua credibilidade junto à imprensa local, a tradução daquilo que nós esperamos no jornalismo e no turismo.

Então, para mim esta homenagem feita hoje de forma especial ao Mauro Pires é um reconhecimento, porque ele foi um batalhador, um lutador e, sobretudo, um catarinense muito respeitado nacionalmente.

A nossa entidade teve uma trajetória, ao longo dos últimos anos, de muita respeitabilidade e de crescimento de credibilidade nacional, que reflete a importância do jornalismo e do turismo.

Estou vindo de Brasília, onde, na última quinta-feira, durante a reunião do Conselho Nacional de Turismo, tivemos a oportunidade de presidir a comissão de Segmentação, ou seja, coube à Abrajet a relevante missão de coordenar uma das mais importantes comissões daquele órgão que é parlamento do turismo. Eu brinco que o Conselho Nacional de Turismo é o parlamento do turismo brasileiro, porque ele é composto de 60 membros, todos presidentes de entidades de classe, que a cada seis meses discute as questões maiores do setor.

A Abrajet tem assento no conselho, e não apenas no sentido burocrático, mas tem voz ativa. A nossa respeitabilidade, por exemplo, traduziu-se na presença, na última quinta-feira, da presidente da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Vieira, que estava desdenhando o turismo e que nunca havia comparecido a uma reunião do conselho.

Nas atas do conselho não há uma única sessão em que a Abrajet não se tenha pronunciado, dizendo que o colapso, que a situação precária que vivia o turismo nacional, principalmente relacionado à aviação, necessitava da presença da Anac. De tanto insistirmos, a presidente compareceu e coube à Abrajet, sr. presidente, fazer a saudação e dizer-lhe que estávamos virando uma página, pois que a sua presença era muito positiva.

Finalizando, aproveitando que estamos na Casa do Povo, na Casa que representa o povo catarinense, que tem nos seus anais a presença de parlamentares ilustres, muitos deles depois alçados ao cenário nacional, quero fazer uma reflexão sobre a importância da imprensa e da imprensa especializada.

Nós vivemos num país onde a democracia é, hoje, um fato consolidado. O Brasil hoje é referência internacional com relação à força e à sintonia da nossa vida democrática. Contudo, estamos vendo, nos últimos meses, uma coisa extremamente perigosa, e a imprensa tem sido responsável por isso, que é transformar a Casa do Povo numa casa do demônio, numa casa da

ditadura. Essa é a minha preocupação com relação ao que tem sido feito na mídia com relação à demonização do Parlamento, o que é muito perigoso para a democracia.

Os representantes que estão nesta Casa, como os que estão no Congresso Nacional são eleitos por um processo democrático legítimo, através urnas eletrônicas extraordinariamente modernas. Temos assistindo nos últimos dias à eleição na Alemanha e em Portugal, que é feita com cédulas de papel depositadas nas urnas, ao passo que no Brasil temos um processo democrático espetacular.

Então, não podemos ficar calados com relação a isso. O Parlamento é a nossa casa, representa a Casa do Povo. Fazer política, tanto associativa como, num sentido maior, parlamentar, é um dever e é feita por pessoas que abrem mão da sua vida privada, da sua atividade empresarial, muitas vezes, para cumprir uma agenda voltada à missão que abraçaram.

O parlamentar que vive em Brasília, que vive na ponte aérea, sabe o que significa estar dentro de aviões cada vez mais apertados, em filas de aeroportos cada vez maiores, sabe do sacrifício pessoal de estar longe da família. Assim, não podemos ficar calados ao ver que uma parte da mídia tem desacreditado, achincalhado e crucificado os políticos, muitas vezes de forma até injusta e exagerada, porque os problemas existem em qualquer grupamento social, mas são pontuais e não devemos nivelar por baixo.

Essa é uma preocupação que eu tenho porque o jornalismo é uma tribuna. O jornalista que exerce a sua atividade numa coluna, como Moacir Pereira, que hoje consegue ser onipresente, através do seu blog, além da sua coluna na página 3 do *Diário Catarinense,* é um parlamentar também, ele também tem uma tribuna.

É muito importante que no exercício da nossa atividade saibamos que não estamos aqui para apenas agradar. Às vezes, a crítica é confundida com interesses comerciais; às vezes, a crítica é conturbada e utilizada como se estivesse a serviço de alguém ou de algo. Mas, na realidade, às vezes a crítica é feita no sentido maior, no sentido construtivo, no sentido de querer melhorar a vida da sociedade, melhorar a vida empresarial, a vida social do país, no sentido de mostrar que uma atividade como o turismo, que gera empregos de forma rápida, tem que ser respeitada.

Não poderia deixar de ressaltar, numa homenagem como essa que estamos recebendo, que o governador Luiz Henrique da Silveira é um dos poucos chefes de Executivo estadual que sabem e demonstram a importância do turismo. O exemplo de Santa Catarina no turismo é um *case* de sucesso, porque aqui o turismo tem vontade política. O governador Luiz Henrique, quando conversa com jornalistas especializados, fala sobre o *Convention Bureau* ou fala sobre eventos e dá uma verdadeira aula, como se fosse realmente uma pessoa do *trade* turístico.

A nossa satisfação é maior ainda quando vemos que o vice-governador deste estado é Leonel Pavan, uma pessoa que construiu a sua vida a partir da atividade do turismo, uma pessoa que começou como garçom de churrascaria e tem uma trajetória, em Balneário Camboriú, de prestigiamento, de compreensão da importância do turismo. E isso é muito importante.

Quero ainda salientar que é muito importante também que essas pessoas saibam que a mídia especializada vive no sentido de criticar, mas também de opinar e de reconhecer os acertos. Por exemplo, o *Jornal de Turismo*, que é um veículo nacional com 43 anos, traz nesta semana, com muito orgulho, na capa a foto de um político. E por uma questão de coerência quero mostrar porque é um senador da República que está na capa do *Jornal de Turismo*, é um senador que está na capa de um jornal não como um parlamentar acusado de "a", "b" ou "c", mas está ocupando a manchete do jornal de turismo porque é um senador catarinense que foi eleito para uma das funções mais relevantes da mídia especializada do turismo, que é a comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. Para o turismo catarinense, ter o senador Neuto De Conto à frente da comissão é uma vitória. Nós devemos ver a eleição desse senador catarinense para um dos cargos mais proeminentes da gestão do turismo como uma grande vitória do turismo catarinense. Isso não pode passar em branco!

Antes de terminar, quero fazer uma homenagem pessoal ao jornalista Moacir Benvenutti, porque a relação dele com o turismo é histórica. Ele começou no *Jornal de Turismo* levado pelo meu tio, Araújo Castro, que lhe deu uma coluna nacional. Essa foi a entrada do Moacir Benvenutti no setor do turismo. E hoje ele tem a função de dirigir o nosso jornal em Santa Catarina. É um jornalista extremamente conceituado nacionalmente. O seu talento transcende os limites geográficos do estado, pois é uma das pessoas que têm muito entusiasmo em relação à Abrajet, em relação às entidades que dirige, inclusive, muitas vezes sofrendo prejuízos de ordem profissional e pessoal para poder exercer esses mandatos.

Para finalizar, quero dizer que é muito importante que os jornalistas valorizem o Parlamento. É muito importante que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina nos receba no dia de hoje, porque aqui está uma parcela importante da mídia nacional que reconhece a importância do Parlamento. Não estamos aqui de uma forma desdenhosa como outros segmentos da imprensa que desdenham esta Casa. Estamos aqui de uma forma muito respeitosa, porque a política feita com "P" maiúsculo é a grande garantia da continuidade da nossa democracia.

Devemos valorizar os nossos deputados estaduais, federais e senadores, porque eles exercem um papel muito importante diante da nossa história. E a mídia tem que se conscientizar dessa responsabilidade e saber que existem políticos com "P" maiúsculo, como alguns que estão nesta Casa no dia de hoje, e que existem, sobretudo, políticos que abrem mão da sua vida privada, abrem mão do seu lazer para poder estar junto as suas comunidades, junto as suas bases. Nós vivemos num mundo democrático, graças a Deus!

É com muito orgulho que agradeço à Assembléia Legislativa de Santa Catarina por homenagear a Abrajet, essa entidade que é, sobretudo, uma associação de jornalistas conscientes da importância do turismo e da importância do Parlamento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Valmir Grein, presidente da Associação Brasileira de Jornalistas do Estado de Santa Catarina.

O SR. JORNALISTA VALMIR GREIN - Eu quero cumprimentar o deputado Jorginho Mello, presidente desta Casa, e cumprimentando-o, cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa. Quero cumprimentar os meus colegas jornalistas de turismo e os convidados desta noite. A todos, a minha saudação especial.

(Passa a ler.)

"Ser jornalista de turismo nesta terra maravilhosa, abençoada pela natureza, não é tarefa muito difícil. Tanto que o primeiro a aportar por aqui foi Pero Vaz de Caminha, que em sua carta ao rei de Portugal narrou as belezas da nova terra descoberta, numa verdadeira reportagem turística.

Muitos outros vieram depois, escritores, poetas e jornalistas, todos exaltando as belezas deste país tropical. Mas só em 1958, um grupo de abnegados jornalistas especializados resolveu criar a sua associação. Surgiu, então, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, a Abrajet nacional, que no ano passado comemorou o seu cinqüentenário. As seccionais foram sendo criadas em cada estado, e aqui em Santa Catarina a Abrajet surgiu em abril de 1983, tendo como primeiro presidente o saudoso jornalista Mauro Pires. Hoje estamos aqui reunidos para comemorar os seus 25 anos de existência e de trabalho pelo desenvolvimento de nosso turismo. E coincidentemente, um dia depois do Dia Mundial do Turismo, que se comemora em 27 de setembro.

Mas, afinal, qual é a verdadeira função de um jornalista de turismo? Só mostrar as coisas boas de um lugar? Não! Às vezes é preciso ser duro e mostrar os erros e os defeitos, advertir sobre a necessidade de melhorar a infra-estrutura, a segurança e a preservação ambiental, pois afinal de contas o turista gosta de conforto, de segurança e da natureza preservada. É preciso que o turista não seja enganado, que ele encontre no local que ele escolheu para visitar exatamente aquilo que leu na reportagem que o atraiu.

E como o jornalista especializado pode contribuir para o desenvolvimento do turismo e para a atração de mais turistas? Mostrando a realidade ao futuro visitante. Isso aconteceu no final do ano passado, quando o nosso estado foi castigado pelas enchentes. Na época, estávamos participando de um encontro nacional da Abrajet, em Brasília, com colegas do norte ao sul do país e também de países vizinhos. Notamos em todos a apreensão pela tragédia que se havia abatido sobre nós e a expectativa geral era de que a nossa temporada de verão estava irremediavelmente perdida. Fomos à tribuna e fizemos um apelo a todos

os nossos colegas para que noticiassem a verdade, sem provocar pânico, pois os estragos eram pontuais, apenas em algumas regiões do estado. Nossas praias estavam intactas de norte a sul, os hotéis e restaurantes estavam preparando-se para receber com muita hospitalidade os seus clientes, que havia a esperança de muito sol e muito calor. Essa iniciativa, aliada à pronta ação governamental, fez com que os turistas viessem em grande número, trazendo alegria à nossa orla e contribuindo para a recuperação da nossa economia.

Esse é o verdadeiro papel do jornalista de turismo e aqui estamos hoje para comemorar os 25 anos dessa entidade."

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o deputado federal Edson Bez de Oliveira para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA -Sr. presidente, amigo e deputado Jorginho Mello;

Da mesma forma, meu colega e amigo Gilmar Kanesel, deputado estadual e secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, que neste ato representa o nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Cumprimento o sr. Cláudio Magnavita, presidente nacional da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajet -, com quem constantemente me encontro em Brasília e que é um jornalista atuante, presente, que sempre nos alerta e orienta baseado em informações privilegiadas que tem e que nos tem ajudado bastante no Congresso Nacional.

Cumprimento o sr. Valmir Grein, presidente da Abrajet de Santa Catarina, e o Sr. Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa, e ao citá-los estendo o meu cumprimento a todos os presentes.

Inicio lembrando a importância do nosso senador Neuto De Conto ter assumido, há alguns dias, a presidência da comissão de Turismo do Senado Federal, pois o titular foi convidado para assumir a secretaria de estado do Tocantins, dando-nos o privilégio de tê-lo nessa posição tão importante.

Para falar de turismo precisaríamos de uma hora, duas horas, teríamos que participar de encontros, eventos importantes em Santa Catarina, em Brasília, em todo o país e no mundo. Descobri, estou no quinto mandato, que nasci numa cidade turística, Gravatal, e confesso que não me havia despertado ainda da importância do turismo para o país e para o mundo.

Conheço 40 países, a maioria em missão oficial, seja discutindo reforma tributária ou sistema financeiro nacional. Fui relator-geral do Sistema Financeiro Nacional na Câmara dos Deputados e chamou-me a atenção que quando chegávamos aos países éramos recebidos imediatamente por alguém que, em nome do governo, falava do potencial turístico daquele país. Isso foi chamando a minha atenção e em menos de três anos, conversando com o governador Luiz Henrique da Silveira, relatando o nosso trabalho, disse-lhe do interesse daqueles países em vender o seu potencial turístico.

Inconformado com o fato de o potencial turístico de Santa Catarina, nas últimas décadas, não haver ainda despertado a atenção da imprensa e diversos segmentos da área pública, o governador Luiz Henrique da Silveira tomou a iniciativa de encaminhar um projeto para esta Casa criando a Secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte, cujo secretário, o dinâmico e competente Gilmar Knaesel, não tem medido esforços com o intuito, juntamente com Valdir Walendowsky, nosso presidente da Santur, de divulgar Santa Catarina no Brasil e no exterior.

Sempre respeitei a Oposição, porque quando o eleitor elege a Situação também elege a Oposição e ambas são importantes para a democracia. Nunca tive problemas com a Oposição, porque tudo se resolve dialogando e dando esclarecimentos. Mas lembro sempre de uma crítica feita, alertando e chamando atenção dos governantes para o desenvolvimento do setor turístico.

Fui secretário de estado da Infraestrutura de Santa Catarina e não tive problemas com a Oposição porque quando recebia pedidos de informação, eu ligava e falava pessoalmente com os deputados ou com a própria imprensa dando satisfação ou justificando o porquê do não acontecimento ou do equívoco da informação.

Quero dizer que Santa Catarina é privilegiada turisticamente falando e por isso nos últimos anos sou membro titular e não sairei mais da comissão de Turismo da Câmara Federal, porque descobri sua importância. Costumo dizer que ela é o filé *mignon* do Congresso Nacional.

Tenho dito por onde passo ou quando profiro palestras que o turista deve ser recebido com um tapete vermelho porque ele não vem fazer outra coisa a não ser deixar dinheiro na cidade, no estado ou no país. Ele também vem aprender, vem conhecer as coisas boas que cada cidade, que cada estado, que país tem, mas para nós, que o recebemos, está dando dinheiro de graça. Digo também que quando o turista chega numa cidade, numa região, no momento em que ele está almoçando ou jantando, está também ajudando a agricultura, a pesca, a manutenção dos garçons, dos restaurantes. No momento em que ele sai, toma a decisão de visitar outra cidade, outro ponto turístico, está colaborando com as agências de viagem, com as empresas aéreas, com o transporte de um modo geral. Se ele estiver com carro próprio, terá que o abastecer, se tiver problemas com as peças do seu automóvel, será atendido por nossas lojas de autopeças e nossas oficinas mecânicas.

Então, é impressionante o potencial que o turismo tem, e é importante que façamos a divulgação turística do nosso estado. E como se faz para levar ao conhecimento das pessoas mais distantes o potencial turístico local? Faz-se através da imprensa. Tenho dito que não adianta trabalharmos em Santa Catarina se o cidadão não tomar conhecimento daquilo que estamos fazendo, porque o nosso capital é o reconhecimento daquilo que nos propomos fazer.

Então, não viajei hoje para Brasília porque achei importante homenageá-los, prestigiá-los. E farei, na comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, na próxima quarta-feira, o registro deste acontecimento em Santa Catarina.

Na semana que vem - e prometo desde já - estarei reunido em Santa Catarina para tratar do projeto da serra do Mar, que é a integração das serras gaúcha e catarinense ao litoral sul de Santa Catarina e à Grande Florianópolis, num primeiro momento. É um projeto de suma importância, pois acredito que vamos ter a nossa BR-101 duplicada, o aeroporto regional de Jaguaruna e os seis portos de Santa Catarina funcionando brevemente. Além disso, temos o projeto das ferrovias - e apresentei incluindo-a no PNV, Plano Nacional de Viação - que ligarão Imbituba a Araquari e ao oeste de Santa Catarina.

Santa Catarina, meu caro amigo Cláudio, não deixa a desejar turisticamente falando. O governo de Santa Catarina despertou para essa área! E é importante contarmos com a imprensa do turismo, porque sem vocês também não conseguiremos alcançar o nosso objetivo, que é fazer com que todos os brasileiros e muitos estrangeiros conheçam o potencial do Brasil e, em especial, o de Santa Catarina.

Parabéns e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido, neste momento, o secretário de Turismo, deputado Gilmar Knaesel, que representa o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Excelentíssimo presidente da Assembleia Legislativa, colega, amigo, deputado Jorginho Mello, que preside esta sessão especial.

Caro jornalista Cláudio Magnavita, presidente nacional da Associação Brasileira de Jornalismo de Turismo, a Abrajet, que mais uma vez está em nosso estado com o seu discurso eloquente mostrando o carinho que tem pelo turismo catarinense. O Cláudio tem sido um grande parceiro como presidente e também como jornalista, dando-nos a oportunidade de divulgar as belezas do nosso estado para todo o Brasil e até para o exterior.

Prezado jornalista Ademir Arnon, presidente da entidade que congrega todos os jornalistas do estado de Santa Catarina, a Associação Catarinense de Imprensa, e que através dessa entidade também tem sido um grande parceiro do turismo em nosso estado.

Caro jornalista Valdir Grein, atual presidente da Abrajet de Santa Catarina, através de quem quero estender a saudação a todos os diretores e ex-presidentes que, ao longo desses 25 anos, escreveram a história da Abrajet como uma entidade de classe, que agrega os seus profissionais, mas também como uma entidade parceira do turismo em nosso estado.

De forma muito especial, quero saudar Mauro Pires, sem demérito a ninguém, de quem tive o privilégio de ser colega de trabalho. Quando iniciei a minha atividade profissional em Florianópolis ele era assessor de imprensa da Fundação Catarinense do Trabalho. Fui seu amigo e hoje aqui está seu filho representando-o. Podem ter certeza de que o Mauro representou muito para a imprensa de Santa Catarina em todos os momentos.

Também de forma muito especial, quero saudar o deputado federal Edinho Bez, com quem convivi no meu primeiro mandato como deputado estadual e que já está há quatro mandatos consecutivos como deputado federal, comprovando também o que disse Cláudio Magnavita, ou seja, que o seu trabalho na Câmara Federal é maravilhoso e que está sempre à disposição para fazer emendas a favor dos municípios de Santa Catarina, especialmente prestigiando o setor do turismo em todos os momentos. Sou parceiro e tenho tido nos últimos quatro anos uma convivência muito

positiva com o deputado e é importante registrar isso nesta sessão.

Quero saudar de forma muito especial as senhoras e senhores que nesta noite atenderam a este convite honroso para prestigiar esta sessão especial, que tem um significado muito importante para todos nós.

As sessões especiais da Assembleia Legislativa são aprovadas pelos deputados e esta sessão foi aprovada por unanimidade, indicada pelo nosso próprio presidente, pela Mesa Diretora, com o objetivo de fazer o reconhecimento a essa entidade pela sua importância para o estado de Santa Catarina, que tem como conceito ser um estado de qualidade, que busca acima de tudo oferecer a cada catarinense melhor qualidade de vida.

Dentro desse conceito, o turismo em nosso estado deu seus primeiros passos no setor público em 1965, com o então governador Ivo Silveira, que criou o primeiro departamento de turismo em nosso estado, que depois foi sucedido pela Santur. No atual governo o turismo ganhou uma estrutura mais forte, através de uma secretaria de estado, através da Santur e também com a criação do Conselho Estadual de Cultura, que é, na verdade, a estrutura macro para desenvolvermos o turismo em Santa Catarina.

Mas aliada a essa estrutura governamental está a iniciativa privada, e o turismo talvez seja o setor em que fique mais clara a parceria entre o setor privado e o poder público. E dentro das entidades privadas, o chamado *trade* turístico tem sido o nosso grande parceiro no sentido de nos orientar, de nos cobrar e de decidir junto conosco as nossas ações. Todas as entidades do *trade,* inclusive a Abrajet, fazem parte do nosso cotidiano, do nosso dia-a-dia, das nossas grandes tomadas de decisão. Isso constitui, parece-me, um dos segredos de termos avançado muito nesses últimos anos no conceito de desenvolvimento de turismo em nosso estado.

Erramos, mas erramos juntos. Acertamos e acertamos todos juntos. E dentro disso estão as nossas estruturas complementares, as que criamos no sentido de ter uma estrutura permanente, que não dependa apenas de um governo e que seja uma ação de estado. A primeira delas é o nosso Plano de Desenvolvimento do Turismo, e para criá-lo durante três anos percorremos o nosso estado, fizemos o diagnóstico, o levantamento das necessidades e potencialidades e depois do trabalho pronto encaminhamo-lo à Assembleia Legislativa, que acabou transformando-o em lei.

Acho, caro Cláudio, que Santa Catarina é o único estado brasileiro que tem o seu plano de desenvolvimento transformado em lei estadual, para que seja efetivamente uma ação de estado e não apenas de governo.

Aliado a isso, buscamos recursos - e não obtivemos sucesso - com o famoso Prodetur. Os estados do norte e do nordeste estão vivendo a segunda fase e entrando já na terceira quando se trata da captação de recursos internacionais de infraestrutura, que talvez seja a nossa grande deficiência. Como disse, não obtivemos sucesso. Falha nossa? Falha da política nacional? Não adianta buscar culpados, mas a verdade é que não tivemos nosso pleito atendido e tivemos, então, que buscar um novo mecanismo.

Foi na experiência de tributarista que, juntamente com a nossa assessoria, nos baseamos para criar o Fundo de Turismo. E mais uma vez viemos à Assembleia Legislativa e transformamos o projeto em lei, a Lei do Incentivo ao Turismo, única do gênero no Brasil.

Assim, calcados na parceria com a Assembleia Legislativa, hoje temos a nossa estrutura e até o final do ano teremos pronto o plano de *marketing*. Estamos trabalhando muito no sentido de ter também, de uma forma definitiva, as nossas ações nacionais e internacionais, focando os mercados de forma mais competente, mais qualificada. Buscamos uma consultoria internacional e estamos elaborando o plano de *marketing* para depois o encaminhar à Assembleia Legislativa para se tornar também uma lei estadual.

Dentro disso, não posso deixar de fazer uma referência ao Valdir, ao Flavinho e ao Agostinho, da Santur, meu presidente, meu amigo, meu diretor, que juntamente com toda a estrutura têm sido o grande elo, digamos assim, na promoção do nosso estado, com um trabalho competente reconhecido nacional e internacionalmente.

Mas, senhores, tudo isso não seria possível se não tivéssemos, acima de nós, dois parceiros que são fundamentais nessa história toda, o vice-governador Leonel Pavan, que como prefeito de Balneário Camboriú acolheu várias vezes a Abrajet nacional para os seus eventos naquele município e que tem sido também um braço forte; e especialmente o governador Luiz Henrique da Silveira, que já teve a experiência de transformar uma cidade industrial como Joinville num destino turístico cultural e de eventos. Ele trouxe a sua experiência de prefeito e de grande conhecedor da estrutura mundial de turismo e trouxe também, em todos os momentos, o apoio necessário para que pudéssemos avançar e ser criativos.

Dito isso, nesta sessão especial a nossa homenagem aos personagens da imprensa. E aqui quero relembrar os momentos vividos em novembro de 2008, momentos difíceis, trágicos mesmo. Nós andávamos no fio da navalha, nós estávamos vivendo, presidente, uma das maiores calamidades climáticas poucos dias antes do início da temporada de verão, que é o nosso principal momento turístico. De um lado estávamos sendo cobrados pelo *trade,* que estava apreensivo com aquele momento, e de outro lado tínhamos milhares de catarinenses ainda sofrendo em função das intempéries e que precisavam do apoio governamental. Então, como partir para uma campanha de publicidade, de promoção para a temporada, ao mesmo tempo em que milhares de catarinenses estavam sofrendo com aquele momento?! O que fazer? Esperar o momento certo! E aí a imprensa teve um papel fundamental.

São Paulo, Porto Alegre e Curitiba abriram as portas para mostrarmos a realidade catarinense; depois foi a vez da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Chile. E tivemos, através de um grande evento esportivo, uma mídia nacional muito forte em nosso estado, mostrando e incentivando a imprensa nacional e internacional para que o abraço de solidariedade aos catarinenses fosse muito maior com eles vindo a Santa Catarina para a temporada de verão. Com isso conseguimos salvar a temporada, que acabou sendo uma boa temporada em relação ao que estava previsto.

Depois disso, veio a tal da febre. E aqui nós tivemos o WTTC e quem pode acompanhá-lo viu que a grande discussão daquele momento que foi a posição da imprensa com relação à crise da gripe A, que aniquilou o México por três ou quatro meses, que riscou o turismo do México pela divulgação que foi dada à doença.

E naquele momento houve uma ampla discussão: como se posicionar, como a imprensa pode e deve agir. E vocês colocaram muito bem isso. No profissionalismo não se pode esconder a verdade e tem-se que buscar subterfúgios e alternativas. E a imprensa inteligente sabe fazer isso, e faz.

Nós, em Santa Catarina, tivemos sempre essa parceria com os profissionais da imprensa e também com os veículos de comunicação, que têm sempre aberto um grande espaço, especialmente a imprensa nacional e internacional, que sabe sempre posicionar-se em relação às crises, aos fatores exógenos que mais uma vez estão aí.

A previsão, infelizmente, não é boa para os meses de setembro e outubro, e estamos às vésperas das nossas festas de outubro, que são um grande momento turístico em nosso estado. Mas haveremos de sobreviver com essa parceria, e é por isso que estamos aqui, hoje, para, em nome do governador Luiz Henrique, em nome do vice-governador, em meu nome, em nome do Valmir Grein, enfim, em nome de toda a nossa estrutura, agradecer e cumprimentar a Abrajet e todos os profissionais pelos seus 25 anos. E desejo que essa parceria de sucesso continue por muito tempo!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e convida todos para, após o encerramento da sessão, participarem de coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, convidamos todos para ouvirem o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lastima os estragos causados pela força da água e do vento; destaca o papel fundamental das barragens do alto vale na proteção contra as enchentes; relata visita ao Portonave, em Navegantes.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Retrata o seu entusiasmo com as condições do Portonave, em Navegantes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradece ao DNIT a recuperação da BR-280; pede transparência na destinação dos recursos doados e depositados na conta da Defesa Civil do estado.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Mostra-se favorável à destinação do Fundo Social para socorrer situações de emergência; informa sua participação na 3ª Conferência Nacional de Pesca e Aqüicultura e em audiência na ANTT; relata audiência pública ocorrida em Braço do Norte; convida para reunião em São José para tratar da SC-407.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pede o cumprimento da lei que neutraliza o dióxido de carbono.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Elogia a proposta do deputado Professor Grando e convida para a Oktoberfest.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sugere a criação de um fundo destinado exclusivamente a situações de emergência e a profissionalização da Defesa Civil.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Defende a criação da secretaria de estado da Defesa Civil e a criação de um fundo específico para a prevenção a desastres.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Alerta que a sociedade e o poder público têm que achar uma solução para a prevenção dos efeitos dos desastres climáticos.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende a adoção de ações firmes e concretas na defesa do meio ambiente, na prevenção e no socorro às famílias atingidas pelas catástrofes.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Adelar Alves Ferreira, de Brunópolis.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Faz uma análise do sistema nacional de avaliação do ensino fundamental.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parabeniza o deputado Kennedy Nunes pela proposta apresentada; sugere a criação de consórcio da bacia hidrográfica do vale do Itajaí.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Elogia a Oposição construtiva e afirma que o homem é o responsável pelos desastres climáticos.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (aparte) - Informa que o Ministério Público embargou a exploração de fosfato pela IFC em Anitápolis.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre a malha ferroviária existente e sobre as ferrovias que devem ser construídas em SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Sugere a implantação de projeto menos oneroso.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Afirma que a construção de ferrovias será a redenção do estado e a marca dessa geração de políticos.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Sugere traçado mais econômico para a ferrovia leste/oeste.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Valmor Stricker e Ercelino Costa Sobrinho, de Schroeder.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Elogia decreto do Ibama que permite a utilização das árvores arrancadas pelos vendavais, mas pede aumento do volume liberado; solicita a liberação total do FGTS para os moradores dos municípios em situação de emergência e estado de calamidade.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre o VI Encontro Nacional de Entidades Representativas dos Praças, em Fortaleza.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita esclarecimentos sobre o projeto que institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo em Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita realização de sessão extra para votação das matérias em segundo turno e redação final

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede o esgotamento da pauta antes da realização de sessão extra.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.275/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute o Requerimento n. 1.294/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Concorda com a posição do deputado Serafim Venzon em relação ao Requerimento n. 1.294/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.294/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do Requerimento n. 1.295/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute o Requerimento n. 1.312/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discute o Requerimento n. 1.312/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute o Requerimento n. 1.312/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do oeste.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discute o PL 0356/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo em SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência da deputada Professora Odete de Jesus, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, a primavera não chegou com pétalas, ela chegou com chuva, e muita chuva. Dez meses após a tragédia que vivenciamos em Santa Catarina, a pior tragédia com a força da água e do vento, mais uma vez um rastro de destruição marca o estado. De fato, até o momento deste discurso, de Chapecó a Araranguá há pelo menos 58 municípios afetados pelo temporal desse final de semana, com granizo, com enxurradas, com alagamentos, com sete mil imóveis danificados, segundo a Defesa Civil estadual, sendo que 17 cidades decretaram situação de emergência.

Em Blumenau, o nível do rio Itajaí-Açu chegou a 8,6m, altura suficiente para alagar as regiões mais baixas da cidade e, claro, criando sempre uma expectativa angustiante. Quem mora no vale do Itajaí está acompanhando a cada hora o aumento do nível do rio em pelo menos 0,30m.

E aqui quero fazer um reconhecimento todo especial ao papel fundamental das três barragens do alto vale do Itajaí. As três barragens, que têm uma capacidade para reter até 500.000.000m³ de água, de fato salvaram, mais uma vez, o vale do Itajaí, em especial a cidade de Blumenau. Sem as três barragens hoje teríamos pelo menos um metro a mais no nível do rio Itajaí-Açu, portanto muito próximo de uma enchente na cidade de Blumenau.

E reconheço aqui o trabalho do governo do estado, do governador Luiz Henrique da Silveira, através do Deinfra, que teve a sapiência de investir R$ 2 milhões na telemetria e nos serviços de monitoramento via satélite das comportas. Fizemos aqui um pronunciamento, na semana passada, e, coincidentemente, está aí a prova da validade desse investimento, desse monitoramente via satélite das comportas, a questão da telemetria, o tempo *on-line* da medição. Como disse, o controle remoto das comportas antes era feito apenas por telefone fixo. Por tudo isso, queremos exaltar o papel fundamental das barragens do alto vale do Itajaí.

Por outro lado, talvez seja tempo também de repensarmos a ação e a atuação do Ciram - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina -, que hoje está ligado à Epagri e que merece um novo *status*, um *upgrade,* não obstante a sua história, mas entendemos que já é hora de Santa Catarina, por tudo que tem passado, criar, efetivamente, um centro de referência climática no estado.

De qualquer forma, mais uma vez, todos nós, catarinenses, o poder público, a iniciativa privada, todos os cidadãos catarinenses, somos chamados para enfrentar os desafios do clima, e oxalá possamos fazê-lo com absoluta responsabilidade.

Queremos também registrar, nesta tarde, a satisfação que tivemos ao acompanhar o vice-presidente desta Casa, deputado Gelson Merísio, na visita ao Portonave, na cidade de Navegantes. De fato, na visita nós nos deparamos com o que há de mais moderno em operação portuária da América Latina, hoje atendendo a todo o Mercosul e aos estados brasileiros do centro-oeste, do sudoeste e do sul, com um cais de 900m de extensão, com uma área de 270.000m² com quatro berços. Realmente foi algo que nos deixou impressionado, deputado Professor Grando!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. abordou um dos assuntos mais importantes para nós, parlamentares, no que se refere ao futuro de Santa Catarina.

O Portonave, que visitamos na última terça-feira, é resultado de um esforço conjunto, pois não foi somente o poder público ou a iniciativa privada quem investiu naquele porto, foi, na verdade, a conjunção das duas forças que possibilitou a solução e em um ano e nove meses pôde ser construído aquele aparelho de desenvolvimento lá em Navegantes.

Imaginem com essa catástrofe que ocorreu, em novembro, na região da foz do rio Itajaí se o Portonave não estivesse funcionando! Imaginem a catástrofe que seria para as exportações de Santa Catarina!

Mas eu vejo o futuro de Santa Catarina contando com o porto de Imbituba ampliado; com o porto de Itajaí recuperado e trabalhando a todo vapor juntamente com o Portonave, em Navegantes; com o porto de São Francisco do Sul e o porto de Itapoá, que será um porto tão moderno quanto o Portonave e estará pronto daqui a um ano, completando essa estrutura portuária fantástica. Aí Santa Catarina passará a ser um dos estados do Brasil que poderão trabalhar neste mundo globalizado com exportação e importação. E não só para o nosso estado, mas para os outros estados; não somente para os outros estados, mas para os outros países, em função do corredor bioceânico, em função do Conesul, porque a posição de Santa Catarina é estratégica.

Portanto, valeu a visita! Foi uma aprendizagem muito grande para nós, parlamentares, porque são empreendimentos como esses que realmente vão engrandecer Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

De fato, o Portonave orgulha todos nós, catarinenses. Além da sua estrutura, há as questões periféricas, como o Iceport, que está anexo ao Portonave, um dos maiores terminais frigoríficos do Brasil, um centro de armazenamento e distribuição de carga frigorífica com capacidade de 50.000m² integrados ao porto.

Registrem-se também os 40.000m de área de preservação permanente que o Portonave mantém. Hoje são cerca de três navios/dia que lá estão chegando, com mais de 10 mil contêineres movimentados a cada 24 horas.

E queremos fazer aqui o nosso apelo. Nós acreditamos, deputado Professor Grando, que devemos fazer um requerimento ou uma indicação ao governo federal em relação ao PAC, porque temos uma preocupação. Hoje é preciso colocar no Orçamento cerca de R$ 60 milhões para o novo calado do rio Itajaí-Açu, que está com 11,5m e precisa ficar com 14m de profundidade, tornando-o competitivo com outros portos porque poderá receber grandes navios.

Há a projeção de que o Portonave movimentará um milhão de contêineres nos próximos três anos. Por tudo isso o Portonave se mostra um empreendimento seguro e eficaz.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero concordar com v.exa. em relação ao PAC nesse investimento que poderemos ter devido à retroárea que aquele porto possui, podendo expandir-se em mais 900m, o que lhe dará uma capacidade de armazenamento do dobro de contêineres.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, e com tudo isso o Portonave, como disse, mostra-se um empreendimento que vai superar os gargalos logísticos do setor portuário nacional.

Portanto, os nossos parabéns à direção do Portonave, que é um porto que orgulha todos nós, catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, em primeiro lugar quero registrar a nossa satisfação com a atitude tomada pelo DNIT, na pessoa do engenheiro João José dos Santos, deputado Kennedy Nunes, com relação à nossa BR-280, mais especificamente no trecho de Corupá/Mafra.

O trecho Corupá/São Bento do Sul/ Rio Negrinho/Mafra há alguns anos vinha sendo pleiteado por todas as lideranças políticas e empresariais. Lembro-me de que logo no início do ano passado tivemos uma reunião de trabalho para, junto ao Fórum Parlamentar Catarinense, colocar as prioridades da região de Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e planalto norte. Lembro-me que o meu pedido, na ocasião, não em nome pessoal, mas em nome da população de Corupá, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e de outros municípios, foi de que fossem colocados recursos no Orçamento da União para a recuperação dessa BR tão importante tanto para a economia do estado de Santa Catarina, quanto para a segurança dos usuários de carros pequenos e de caminhões, principalmente os de transporte de carga pesada.

Srs. deputados, para nossa felicidade, depois de um trabalho conjunto, hoje temos a BR-280, pelo menos naquele trecho, com a massa asfáltica recuperada, com a sinalização recomposta, o que é muito importante, principalmente por se tratar de um trecho de serra, um trecho sinuoso, no qual o risco de acidente com vítimas é muito elevado.

Então, queremos agradecer ao engenheiro João José dos Santos, diretor do DNIT, e a toda a sua equipe. Além disso, queremos estender o agradecimento ao ministro dos Transportes, que entendeu que é importante a recuperação do sistema viário brasileiro, mais especialmente do sistema viário catarinense.

Deputado Lício Mauro da Silveira, v.exa. que é um conhecedor da administração pública há de convir comigo que depois do último decreto do governador do estado está provado que o modelo de inúmeras SDRs não deu resultado. Não é a primeira vez que estamos fazendo essa colocação desta tribuna, no sentido de que esse modelo com um número excessivo de secretarias de Desenvolvimento Regional sem autonomia financeira para investir não prosperou e não prosperará. A prova maior é que o governo editou o Decreto n. 2.617, de 16 de setembro último, não permitindo mais

a execução de compras e a contratação de materiais e de serviços de engenharia no âmbito do sistema administrativo da gestão de materiais e serviços. Ou seja, só se pode comprar com autorização das secretarias centrais e avalizados pelo grupo gestor.

Então, é evidente, telespectadores da TVAL, que o modelo de descentralização com a criação de 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Lício Mauro da Silveira, não deu certo. Há uma SDR aqui, passando a ponte, em São José, responsável pela região da Grande Florianópolis. A pergunta que temos que fazer é a seguinte: para atravessar a ponte há necessidade de existir uma SDR? O telespectador tem que avaliar, a nossa população tem que avaliar, porque estamos passando mais uma vez por um momento crítico, em função dos vendavais, dos tornados, das fortes chuvas, das cheias e dos deslizamentos.

Fiquei feliz hoje de manhã porque vi que o governo federal destinou R$ 26 milhões, através do ministério da Integração Nacional, para socorrer Santa Catarina. Mas eu me pergunto, deputado Círio Vandresen, v.exa. viu algum recurso do Fundo Social ser destinado para a nossa população atingida pelas catástrofes em Santa Catarina? Até agora eu não vi! O Fundo Social seria importante e teria muita relevância na medida em que seus recursos fossem prioritariamente destinados às questões emergenciais. Nós precisamos fazer com que esse Fundo Social tenha como objetivo principal o atendimento emergencial à população, porque a liberação dos seus recursos independe de autorização do Legislativo, basta que o governo priorize e destine às famílias que mais necessitam neste momento tão crítico que os catarinenses vivem.

Não podemos ficar de braços cruzados e apenas reivindicar ao governo federal. Obviamente que nós temos que pedir, mas também temos que mostrar o que o governo do estado vai fazer para os catarinenses. Até hoje não vi nenhuma transparência quanto à destinação dos recursos advindos de doações na conta da Defesa Civil do estado. Até pode ter havido a destinação desses recursos, mas nós, deputados, não tivemos conhecimento. Foram aproximadamente R$ 32 milhões e nós precisamos saber onde foi colocado esse dinheiro, porque foram doações da população catarinense e brasileira.

Eu devo continuar com esse assunto, srs. deputados, numa próxima oportunidade, porque ele é rico em detalhes.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Círio Vandresen, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Inicialmente, minha saudação à Presidência, nessa condição o sr. deputado Moacir Sopelsa, a toda a Mesa, aos deputados e deputadas, aos servidores desta Casa, aos telespectadores que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de iniciar solidarizando-me com os atingidos por essa espécie de tornado, pelo vendaval, pelas cheias e pela chuva de granizo, que novamente atingiu a população de Santa Catarina.

Srs. deputados, de fato precisamos ter recursos do governo do estado para apoiar a população nos momentos de emergência em virtude de desastres naturais. Como bem foi lembrado pelo deputado que me antecedeu, líder do PP, o governo federal deu, mais uma vez, a demonstração da sua solidariedade nesse momento de dificuldade que vive o povo de Santa Catarina, destinando, através do ministério da Integração Nacional, R$ 26 milhões para o estado.

Por isso, a minha sugestão - e também me solidarizo à bancada do PP - é no sentido de que o Fundo Social sirva para cobrir os estragos decorrentes desses fenômenos climáticos que atingiram a população de Santa Catarina. E esta Casa precisa fazer um esforço para que o governo do estado tome medidas urgentes para aliviar a dor e o sofrimento da população atingida.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna, é manifestar a minha alegria de ir a Brasília - e eu gostaria de registrar a minha ausência nas sessões de amanhã e de quinta-feira - para participar da 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, lembrando que a 1ª Conferência Nacional teve como enfoque a criação de endereço para milhares de pescadores e aquicultores da nossa nação, que até então não dispunham de espaço onde reivindicar os seus direitos.

Vou, com grande alegria, participar dessa conferência e, inclusive, na tarde de amanhã, estarei junto à senadora em audiência na Agência Nacional de Transportes Terrestres, aonde vamos mais uma vez tentar sensibilizar aquela agência para a mudança da praça de pedágio de Palhoça, localizando-a entre o trevo da praia da Pinheira e o do município de Paulo Lopes. Ao mesmo tempo, em função do anel viário que liga Tijuquinhas a Palhoça, na BR-101, vamos solicitar a criação da alça de ligação entre o município de Biguaçu e Antônio Carlos.

Então, amanhã, às 16h, ocorrerá essa audiência na Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT, em Brasília, à qual acompanharei a nossa senadora Ideli Salvatti.

Outro motivo, deputado Professor Grando, que me traz a esta tribuna é parabenizar a comissão de Meio Ambiente desta Casa pela segunda audiência pública realizada em Braço do Norte, que tratou da exploração de fosfato nas encostas da serra Geral, mais precisamente no município de Anitápolis.

Deputado Professor Grando, não adianta aqui falarmos em meio ambiente, em diminuir o nosso custo entrópico na relação com o meio ambiente, quando somos indiferentes à implantação de uma fosfateira que irá desmatar nas encostas da serra Geral mais de 360ha de mata nativa e que utilizará para a exploração de fostato a céu aberto mais de 91% da água, deputado Genésio Goulart, do rio que abastece as cidades de Braço do Norte e Tubarão.

Srs. deputados, há ainda o agravante de que o volume de rejeitos que a exploração de fosfato produz irá comprometer o modelo de desenvolvimento econômico que, com muito esforço, o movimento social, os agricultores familiares dos municípios das encostas da serra Geral têm empreendido.

Quero lamentar aqui, deputado Professor Grando, a ausência da Fatma, que é quem fornece o licenciamento para a IFC, formada pela Bunge e Yara, que são empresas norte-americanas que degradarão o nosso ambiente. Elas, com certeza, levarão o fosfato e só deixarão os rejeitos, a pobreza, a miséria, as doenças decorrentes desse processo de exploração, que é o que vemos em Lauro Müller, em Siderópolis, em Treviso e em Criciúma, provocados pela *dragline* Marion.

Gostaria de parabenizar aqui o deputado Décio Góes pela condução da audiência e cumprimentar também a sociedade civil e os diversos municípios, através do poder público, que lá estiveram para discutir a partir de elementos sólidos fornecidos principalmente pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que forneceram informações para que possamos contrapor-nos àquele modelo de exploração.

Gostaria de aproveitar o meu tempo ainda nesta tribuna para convidar o deputado Lício Mauro da Silveira para uma reunião que deverá ocorrer no dia 6 de outubro, na localidade de Colônia Santana, em São José, às 19h - e já fizemos o ofício ao secretário de Desenvolvimento Regional, Valter José Gallina - , onde deveremos tratar da SC-407, obra tão propalada há muitos anos, mas até agora não realizada.

As comunidades de São José e também de São Pedro de Alcântara pedem o apoio de v.exa., deputado Lício Mauro da Silveira. Gostaria de convidar também os deputados de São José, Sargento Amauri Soares e José Natal, e estendo o convite aos deputados Cesar Souza Júnior e Professor Grando, que são de Florianópolis, para se fazerem presentes na reunião, porque a comunidade não aguenta mais tantas promessas e a não realização dessa pequena obra que liga a BR-101, em São José, à Colônia Santana. Temos a penitenciária, o hospital psiquiátrico e comunidades populosas nos municípios de São José e de São Pedro de Alcântara, que serão beneficiados.

Então, gostaria de contar com a presença dos nobres deputados, pois estamos apenas aguardando a resposta do ofício enviado ao secretário Valter Gallina, a fim de que possamos sensibilizar o governo do estado para a importante obra que vai ligar São José a São Pedro de Alcântara.

Gostaria de agradecer e dizer que amanhã e quinta-feira não estarei presente em virtude da 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca, que acontece a partir de amanhã em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, deputada Ana Paula Lima e deputado Jean Kuhlmann, venho à tribuna no dia de hoje para fazer um apelo público aos organizadores e a v.exas., que são da região das festas de outubro. Quando digo organizadores, não me refiro somente ao poder público, às vezes existe uma instituição, uma fundação ou até mesmo uma empresa que organiza essas festas.

Nós temos uma lei aqui aprovada pelos 40 deputados, elogiada em nível nacional, de vanguarda, que se chama Lei de Neutralização do Dióxido de Carbono. E a maneira mais simples e mais barata, deputada Ana Paula Lima, de anular o dióxido de carbono produzido nesses eventos, é plantando árvores.

Portanto, os organizadores desse evento que estará sendo realizado em Blumenau, a Oktoberfest, e das várias outras festas que acontecem em outubro no vale do Itajaí e que atraem grande número de pessoas, deveriam determinar o plantio de árvores.

Vamos citar, inclusive, um exemplo da lei que todos os senhores deputados aprovaram, e chamo a atenção do Ministério

Público Estadual, pois existe uma lei! Nós estamos fazendo um requerimento pedindo que esses organizadores das festas de outubro plantem árvores, pois as cheias ocorrem naquela região!

Por que plantar árvores? Porque ainda é a forma mais barata, é a forma ambientalmente correta de sugar o dióxido de carbono que causa o aquecimento global em função do efeito estufa.

Portanto, se há uma lei, não custa cumprir. Existe uma tabela. Por exemplo, a Oktoberfest, como é um grande evento, leva mais de 300 mil pessoas a Blumenau, vindas de todos os lugares do Brasil e do exterior. Ora, essas pessoas, ao se locomoverem nos ônibus ou nos seus carros, emitem dióxido de carbono. Então, para 300 mil participantes devem ser plantadas 1.200 árvores. Onde poderão ser plantadas? Ao longo dos rios, na mata ciliar, árvores naturais, nativas. Existe, inclusive, um programa no estado, lançado no dia 21 de setembro, o Dia da Árvore, que prevê o plantio de árvores em praças públicas ou em qualquer terreno público.

Então, que plantem 1.200 árvores! E já podem até plantar para as festas futuras, porque as árvores serão monitoradas e irão crescer. Festas com menos participantes plantarão menos árvores, mas se todas as festas de outubro plantarem, com certeza teremos o plantio de mais de 10 mil árvores naquela região, o que amenizará os estragos causados pelas águas das chuvas que estão ocorrendo com maior frequência e volume.

Portanto, peço mais uma vez que os organizadores das festas de outubro façam festas limpas. Existe uma lei, há uma tabela, plantem árvores. Aí muitos prefeitos poderão dizer: "Mas não tenho recursos, não tenho previsão orçamentária para isso!" Esses prefeitos podem fazer convênio com ONGs, com universidades ou com instituições, que plantarão as árvores. Eles repassam os recursos para a ONG, para a universidade, para grupos de jovens, para grupos religiosos, para grupos de agricultores ou para sindicatos rurais que executarão a tarefa. Quando se quer, quando se tem consciência é possível resolver, pois a decisão é política.

Portanto, este humilde deputado estadual teve a iniciativa de apresentar o projeto dessa lei que, repito, foi aprovada pelos 40 deputados, uma lei pioneira, elogiada no país. Como se faz para aplicar a lei em relação a esses eventos? Como se faz para anular o dióxido de carbono emitido nesses eventos? Plantando árvores! Uma pequena tarefa que poderá ser feita por toda a sociedade.

Fica aqui o meu apelo, porque agora, no início do mês de outubro, começarão várias festas e vamos jogar limpo. Nós temos a Fatma, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, que também pode auxiliar essas prefeituras a realizar parcerias; a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável também pode fazer parcerias com esses municípios, porque todos eles poderão realizar essa tarefa e Santa Catarina ganhará com isso.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Professor Grando, hoje iria ocupar a tribuna para convidar toda a comunidade para participar da Oktoberfest deste ano, mas quero aqui parabenizá-lo pela postura, pela visão. Eu acredito que se todos os prefeitos do estado tivessem essa visão e essa consciência, mostrariam o equilíbrio que as festas têm que ter e o quanto nós temos que viver em harmonia com o meio ambiente. É fundamental que nós tenhamos essa harmonia, deputado Professor Grando, para que possamos ter realmente o desenvolvimento sustentável do estado de Santa Catarina.

Por isso queria não apenas fazer esse convite, mas queria, acima de tudo, parabenizá-lo, porque a sua visão, com certeza, é a de um catarinense preocupado não apenas com Santa Catarina, mas preocupado com o planeta em que vivemos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que foi um grande vereador de Blumenau, que é amigo do prefeito, que tem uma história política em Santa Catarina, por ser jovem sabe que teremos o encontro mundial em Copenhague, que vai tratar do aquecimento global.

A organização da Festa do Pinhão já realizou parte da plantação das árvores; em Lages eles plantaram araucária, que é a árvore nativa da serra. Tenho certeza de que nas festas de outubro os prefeitos e os demais organizadores das festas irão jogar limpo e o povo catarinense e brasileiro agradecerão, com certeza, pelo cumprimento dessa lei.

Iremos solicitar ao Ministério Público que lembre as prefeituras da obrigação de cumprir a Lei de Neutralização do Dióxido de Carbono, aprovada pelos 40 deputados estaduais.

Sr. presidente, era isto o que queríamos: fazer este apelo aos organizadores das festas de outubro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, colegas da imprensa catarinense.

Deputado Genésio Goulart, cada vez estou mais convicto da necessidade de criarmos um fundo de atendimento às vítimas de catástrofes em Santa Catarina. Depois que abordei esse assunto na semana passada, ele evoluiu a ponto de nós, na própria bancada, discutirmos com o deputado Silvio Dreveck, nosso líder, e com outros deputados. Inclusive, a própria imprensa começou a falar disso. E neste último final de semana, fomos novamente vitimados por outros tipos de intempéries.

Uma jornalista da Casa mostrou-me a foto da sua casa em Governador Celso Ramos, com o pátio e a calçada totalmente tomados por granizo. Essa chuva de granizo causou prejuízos também em Antônio Carlos, Ermo, Turvo, Praia Grande e Jacinto Machado. Ontem estive em Araranguá e acompanhei de perto o que o vento fez naquela cidade. E o que temos visto é que vamos ter que declarar guerra a essas catástrofes que vamos ter que enfrentar de agora em diante.

Não vou dizer que essas catástrofes são culpa desse ou daquele governo, que são consequência de fatores relacionados ao Brasil ou não, porque o céu é de todos, mas as consequências difíceis que temos que enfrentar estão aí e têm que ser resolvidas agora.

Hoje recebi em meu gabinete vereadores de Sombrio e de Ilhota, deputado Jean Kuhlmann, que estavam preocupados porque toda aquela ajuda que anunciaram no momento da desgraça, no momento da dificuldade, não chegou. E não vou culpar o governador Luiz Henrique, o presidente Lula ou os prefeitos, porque se prometeram alguma coisa foi porque tinham vontade de resolver.

Mas o que eu percebi, deputado Silvio Dreveck, é que não existe peça jurídica orçamentária para cobrir todo o atendimento que os municípios precisam. Então, a nossa ideia, deputado Professor Grando, ao criarmos um fundo, é possibilitar ao governo do estado uma forma de atendimento imediato, não na compra da lona preta, mas no pós-enchente.

Eu ouvi uma pessoa, na semana passada, reclamar da demora do governo federal para repassar recursos aos municípios. E ela me disse: "Onde está o projeto?" Ora, quem é que vai imaginar que lá em Guaraciaba o vento vai destruir a cidade? Quem tem bola de cristal para saber que daqui a tantos dias será necessário um projeto porque um vento forte vai destruir a cidade? Onde está a bola de cristal para saber que daqui a um, dois dias, um ano, o Morro do Baú vai derreter e acabar com tudo? Quem é adivinho para saber que lá em Blumenau três mil famílias vão ficar sem casa? Só se o sujeito for o anti-Cristo! Então, não se pode culpar o governo de não ter recebido os recursos porque não existia projeto!

Por conta disso, a minha intenção é criar um fundo estadual, cujos recursos seriam oriundos uma parte do Fundo Social e outra parte do Orçamento do estado. E que cada município crie o seu fundo municipal para que no momento da tragédia, seja decorrente de enchente, de temporal, de granizo, de tornado, de seca, o prefeito, juntamente com o conselho, possa ser o gestor desses recursos para atender as famílias atingidas.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado, de futuro para sempre. O que significa isso? Repito: do futuro para sempre vamos ter que aprender a conviver com essas variações climáticas extremas devido à variação da temperatura produzida pelo aquecimento global.

Portanto, eu quero dar uma sugestão, complementando talvez a sua idéia e aprofundando-a: a criação da secretaria de estado da Defesa Civil. Note o amigo que esses dias o *Diário Catarinense* noticiou que 70% dos municípios de Santa Catarina sequer têm Defesa Civil. Então, alguém tem que organizar a Defesa Civil nos municípios, e uma vez criada essa secretaria de estado ela teria responsabilidades políticas. Indo mais longe, poderiam ser criados fundos semelhantes ao que temos na secretaria de Turismo.

A nossa sugestão e o nosso dever como parlamentar é que comecemos a pensar que cada vez estão ocorrendo mais esses fenômenos e que devemos construir uma política para trabalhar essa questão. Essas calamidades climáticas podem ocorrer mais ou menos durante o correr do ano, mas quem governa tem que se prevenir.

Parabéns a v.exa. pela sugestão e eu a complemento com a criação da secretaria, com a criação dos fundos, que financiariam projetos e contrapartidas, inclusive.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e de alguma forma tentar somar.

Na última semana já tive a oportunidade de conversar sobre este assunto com v.exa. e agora o nobre colega tocou em duas questões que eu entendo como fundamentais no seu pronunciamento.

Refiro-me à situação de que não tem culpa o governo "a" ou o governo "b" na questão das catástrofes. Só que a sociedade acha que os governantes, e aí me incluo e incluo todos os políticos, nunca fizeram nada, mas a sociedade nunca fez nada também para evitar, efetivamente, que chegássemos a esse ponto. Hoje, a sociedade paga o preço de algo que ela historicamente vem destruindo e a natureza vem devolvendo, de forma drástica, todo o maltrato recebido. Por outro lado, a mesma sociedade que não se preveniu, que não se preocupou com essa questão, também criou uma burocracia que atrapalha tudo.

Então, v.exa. traz um ponto fundamental para tentarmos apenas amenizar a questão. Eu sei, entendo e concordo com v.exa. quando fala da bola de cristal. Ninguém tem bola de cristal para adivinhar. Agora, não podemos ser tão burros e ignorantes a ponto de ignorarmos que isso vai ser uma constante em nossas vidas! Não podemos! Há quanto tempo nós já falamos em enchente, deputado Kennedy Nunes? Há quanto tempo nós já falamos em vendaval? Será que não aprendemos a criar um mecanismo para não sofrer tanto quando isso acontece? Já que não temos mais como controlar o tempo, no mínimo temos que diminuir a burocracia para resolver esse problema e atender o mais cedo possível o povo mais humilde, porque quem ficou sem casa em Guaraciaba não foi o prefeito, nem foi o deputado nem o governador, quem ficou sem casa foi o povo mais humilde que mal e mal conseguiu cobrir a sua casinha.

Por isso, parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Jean Kuhlmann, essa nossa idéia do fundo visa exatamente a dar, deputado Círio Vandresen, agilidade ao processo de atendimento ao cidadão que foi atingido. Mas o fundo também, deputada Ana Paula Lima, deve garantir um recurso para investimento na profissionalização da nossa Defesa Civil. Nós temos que profissionalizar a nossa Defesa Civil.

Eu voltarei a falar sobre esse assunto aqui, porque é isso o que queremos fazer neste Parlamento até que o projeto se concretize.

Por último, srs. deputados, quero dar as boas-vindas ao jornalista e futuro deputado federal Roberto Salum, que assinou a ficha do nosso partido, vai sair como candidato levantando a bandeira da segurança, pois os catarinenses estão sentindo que a perderam neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos acompanha pela nossa TVAL e também pela nossa Rádio Alesc Digital, mais uma vez, e já foi assunto de diversos pronunciamentos, temos um drama climático no estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa aprovou pouco tempo atrás o novo Código Ambiental de Santa Catarina e agora estamos recolhendo o ônus desse código, eis que coisas que não víamos em nosso estado, como ciclones, tornados e furacões, estão cada vez mais frequentes. E todos têm uma parcela de culpa, sim, pois a cada dia degradamos um pouquinho mais a nossa natureza.

(Passa a ler.)

"Mais uma vez estamos vivendo o drama dos desastres naturais, como tempestades, vendavais e até tornados. Mais uma vez milhares de pessoas e de famílias estão desabrigadas em todas as regiões do estado de Santa Catarina. É um drama que se repete sistematicamente e que nos deixa atordoados, porque não sabemos para onde vamos correr.

Há dez meses (irá completar 11 meses no próximo dia 22) tivemos uma catástrofe que atingiu o vale do Itajaí e também o litoral catarinense; tivemos também a seca no oeste, as enchentes no sul do estado, os tornados no oeste e agora, nesse último final de semana, as chuvas e ventos fortes que desalojaram famílias e causaram muito sofrimento."

Diante dessa realidade, catarinenses, cabe-nos aqui uma profunda reflexão. Em vez de estarmos também pensando no depois, como o deputado Kennedy Nunes aqui falou temos que pensar no antes. Então, fica aqui uma reflexão para nós, que somos parlamentares, para os gestores e para toda a comunidade.

(Continua lendo.)

"O que está acontecendo com o estado de Santa Catarina? O que está acontecendo com a nossa casa, que é o planeta? Até que ponto somos responsáveis pelo que está acontecendo? O que podemos e o que precisamos fazer para enfrentar os novos desafios que se apresentam?

Isso é apenas um sinal, muita coisa ainda está para acontecer. A verdade é que estamos pagando um preço altíssimo pela irresponsabilidade ambiental. O sistema capitalista, srs. deputados, está destruindo as reservas naturais, poluindo o meio ambiente e causando transformações que afetaram negativamente a vida de todos nós. O aquecimento global, que muitos não querem discutir, a extinção de espécies animais e vegetais, a crise no abastecimento de água, os desastres naturais, a mudança no clima do planeta, tudo isso é consequência da falta de responsabilidade de todos nós.

Não precisamos ir longe para perceber essa realidade. Quem diria que o nosso estado estaria sujeito a furacões e tornados? Quem poderia imaginar chuvas com uma intensidade sem precedentes?

Essa realidade necessita de ações firmes e concretas na defesa do meio ambiente do nosso estado e nas ações de prevenção e socorro às famílias atingidas. O governo do estado tem que estruturar com urgência, em parceria com os municípios, como foi muito bem lembrado por diversos parlamentares, uma rede da Defesa Civil, envolvendo o estado e os municípios, com profissionais habilitados. E é por isso que defendo a ideia do deputado Professor Grando, de constituir, sim, uma secretaria para atender esses desastres."

Não estamos falando de um fundo. Criar mais um fundo para que o povo novamente coloque dinheiro e não se saiba para onde vai o dinheiro? Eu sou contra. Nós já temos dois fundos; temos é que socorrer essas pessoas. E o Fundo Social? Para que nome mais bonito do que Fundo Social para socorrer essas pessoas? O que temos que mudar é o gestor do fundo, porque dinheiro existe. É o gestor do fundo que não está agindo corretamente. Criar mais um fundo, depositar mais recursos, para as pessoas não terem acesso? sou contra.

Foi muito bem vista a doação do povo brasileiro para o fundo da Defesa Civil. Eu fui a primeira a alertar que esse dinheiro deveria destinar-se à compra de casa para as pessoas. Mas foi uma enganação só. Quiseram dar dinheiro para as pessoas pagarem aluguel. Mas houve município no estado de Santa Catarina, a exemplo de Jaraguá do Sul, que nem isso recebeu. Sobrou dinheiro. O governador foi a cada município para comprar terreno, para construir as casas, pasmem v.exas.! Mas já vai fazer um ano e nenhuma casa foi construída. Onde está o dinheiro? Alguns municípios compraram terrenos que nem licenciamento ambiental têm. E as pessoas ainda estão esperando a casa. Compraram terreno sem licenciamento ambiental! Tem terreno que não dá para construir casa. E quem é que vai pagar a conta? O povo catarinense.

O governo federal tem socorrido o nosso estado. Parece, deputado Sargento Amauri Soares, que quando se fala em emergência no estado de Santa Catarina, em vez de alguns visitarem o município que foi atingido, vão para Brasília pedir dinheiro. Nem sabem o que é preciso no município, mas vão lá falar com o presidente Lula para pedir dinheiro. E o presidente Lula vem sistematicamente ajudando o estado de Santa Catarina.

A primeira ajuda ocorreu no ano passado, e através da Medida Provisória n. 448 o estado de Santa Catarina recebeu recursos. Agora, com o que aconteceu no oeste catarinense, foram mais de R$ 6 milhões colocados na Defesa Civil do estado. E onde está o dinheiro? Não adianta pedir dinheiro, se não é para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Quero aqui, sr. presidente, sra. deputada, fazer algumas considerações. Parece que há dinheiro para realizar eventos nacionais e internacionais. Estão gastando dinheiro a rodo. Mas para dar casa para as pessoas não há! E como tenho pouco tempo, quero dizer o seguinte: segundo o depoimento, deputado Padre Círio Vandresen, de uma senhora do município de Blumenau, e não fui eu que escrevi, foi um jornalista, as pessoas continuam morando, depois de dez meses, em abrigos.

Na semana passada, li um artigo de um escritor blumenauense que relata o depoimento de uma senhora do município de Blumenau, com o título *Campos de Concentração*.

(Passa a ler.)

"Estar nesse lugar é como viver no inferno. Para cozinhar nos deram um fogareiro de duas bocas. Temos só algumas pias para lavar a louça, depois de 10 meses, e alguns tanques para lavar as roupas.

A nossa situação é muito complicada. Tem uma mulher evangélica que profetisa em nome de Jesus. Implica com as crianças e diz que estão possuídas pelo demônio. Os vizinhos brigam o tempo todo. Os homens discutem, querendo esfaquear-se. Os quartos são muito abafados. Meu marido, que está afastado do trabalho por problemas de saúde, sai com os nossos filhos quando não estão em horário escolar, pois se ficarem no local, no abrigo, nesses dez meses que ainda se encontram lá é só para ouvirem o que não presta.

Estou tentando encontrar uma casa para alugar, mas é muito burocrático. Perdemos os nossos bens. A prefeitura prometeu que seria um abrigo provisório, e já vai fazer um ano."

Diz essa senhora que o mais triste é que a construção das moradias sequer começou. E pelas previsões mais otimistas, no município de Blumenau, aponta para o ano de 2010, para a entrega das casas.

Pasmem! Até no município de Blumenau, que tem licença ambiental para construir as casas, compraram os terrenos e não construíram as casas. As pessoas estão há dez meses esperando, deputado Moacir Sopelsa. Portanto, não adianta mais criar fundos, porque as pessoas só pedem dinheiro para esse fundo, mas o povo que mais necessita não tem acesso a ele.

Por isso, enquanto houver gente em abrigo, como relata essa senhora, não irei sossegar, porque é lamentável que depois de um ano da tragédia, e quando já estão acontecendo outras tragédias, as pessoas ainda continuem desassistidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, com muita satisfação, gostaria de registrar a presença nesta Casa, no dia de hoje, de um amigo que aprendi a conhecer de há muito, que é o nosso vereador Adelar Alves Ferreira, da querida cidade de Brunópolis. Ele chegou pela manhã e veio tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal e da prefeitura aqui em Florianópolis.

Seja bem-vindo, vereador!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro do deputado Marcos Vieira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Lício Mauro da Silveira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, primeiramente eu gostaria de dar as boas-vindas ao prezado amigo Saul, que ingressa no nosso partido político para concorrer a uma cadeira de deputado estadual ou federal. Saul é bem-vindo, mesmo que seja internamente meu concorrente, mas uma pessoa do seu quilate sempre, como disse, será bem-vinda ao PP.

Sr. presidente, vou falar sobre educação novamente. Acabei de escrever um pequeno caderno informativo sobre o sistema de avaliação na educação. Acho de extrema importância, haja vista que temos sérios problemas não só nos municípios, não só no estado, mas também no Brasil.

Há diversos problemas de avaliação com relação ao ensino fundamental, ao ensino médio e ao ensino superior. A educação básica tem três níveis, ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, mas eu me concentro mais no ensino fundamental. E aí vem um índice. Embora se fale sobre todos os índices da educação, do Ideb, do Enem, do Ineb, do Sistema Pisa, fala-se também de outros sistemas dos estados do Brasil, inclusive do nosso estado, mais especificamente da cidade de Florianópolis. E o que eu acho importante, nesse pequeno caderno, é alertar a população sobre a importância da avaliação no sistema educacional.

Vou ater-me mais ao Ideb. O que é o Ideb?

É o Índice da Educação Básica. Muitas pessoas ainda pensam que o Ideb é uma prova. Mas ele não é prova nenhuma. O Ideb é a associação de duas provas: a Provinha Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Saeb; uma é feita na 4ª série do ensino fundamental e o outro, na 8ª série do mesmo período. Dessas duas provas agrupadas num modelo estatístico surge o Ideb, um índice que varia de zero a dez.

Bem, como no Brasil temos então Idebs abaixo de três, de dois, raramente temos acima de cinco, o esforço que o governo federal está fazendo é de chegar a 2021 com um Ideb de seis. E analisando todos os dados do estado de Santa Catarina, temos condições de chegar a esse Ideb, mais ou menos, no ano de 2014, se realmente pegarmos juntos. O que quero dizer com "se pegarmos juntos"? Governo, escolas como um todo, ou seja, corpo docente, corpo administrativo, corpo discente, comunidade escolar, empresas, enfim, todos se envolverem no processo educativo para termos o Ideb mais alto possível. E para quê? No futuro, tenho certeza, se uma escola tiver um Ideb seis ou sete, e a outra, quatro ou cinco, nós saberemos perfeitamente que a família interessada no estudo dos seus filhos, dos seus netos irá escolher a escola com o maior Ideb, forçando outras escolas a que também trabalhem para melhorar a qualidade da educação.

Em Santa Catarina analisamos todos os Idebs, consideramos uma tabela feita com todos os dados que estudei e simplesmente classifiquei. Isso é de minha responsabilidade e baseei-me na consulta que fiz ao FDA da seguinte forma:

· Escolas que possuem Ideb de 0 a 4,9 não possuem qualidade, apesar de todos os esforços, nessa faixa considero ruins;

· Escolas com Ideb de 5 a 5,9 considero razoáveis;

· Escolas com Ideb de 6 a 8 considero boas;

· Escolas com Ideb de 8,1 a 10 considero excelentes.

Ou seja, em Santa Catarina 90% das escolas possuem Ideb abaixo de cinco, o que significa que por essa classificação consideramos ainda que a qualidade de ensino em nosso estado deixa a desejar. Porém em relação a muitos outros estados, o nosso Ideb é superior. Se compararmos com os estados do norte e do nordeste podemos ter a tranquilidade de dizer que estamos bem. Mas se analisarmos internamente, comparando município por município, consideramos que o Ideb do estado é ruim. Consequentemente, temos que melhorar muito, concentrar as nossas baterias na qualidade da educação, haja vista que existe um sistema de avaliação internacional chamado Pisa, composto de 33 países desenvolvidos, entre os quais a França, a Inglaterra, a Dinamarca e a Alemanha.

A avaliação do Sistema Pisa é feita com jovens de 15 anos. Isso corresponde mais ou menos à última fase, ou seja, entre a 8ª e a 9ª séries do ensino fundamental. Ora, o que está acontecendo? O Sistema Pisa é similar ao Ideb, embora as formas sejam diferentes. O Brasil, dos 57 países que foram analisados, ficou em 52º lugar no *ranking*, alcançou a 53ª posição em matemática e, pior, a 48ª posição em leitura.

Então, estamos vendo que a educação ainda deixa muito a desejar. E comparando os dados relativos a investimento dos outros países em educação, percebi que o Brasil, com os seus 25% do Orçamento, aplica, com exceção do México, muito mais do que os outros. Isso significa que temos que melhorar a qualidade da nossa educação.

Sendo assim, temos que nos concentrar para que possamos fazer um diagnóstico melhor e melhorar esses índices de avaliação. Isso é de fundamental importância! E nós, como deputados, temos a responsabilidade de fazer com que a educação seja um marco fundamental de nossa sociedade.

Entretanto, muitas pesquisas mostram que a preocupação maior da população é com relação à saúde e à segurança, colocando a educação em quarto ou quinto lugar. Isso é lamentável, pois os próprios problemas relativos à saúde e à segurança decorrem da baixa escolaridade do brasileiro.

Srs. deputados, essa é uma pequena contribuição que faço, através desse caderno informativo, ao sistema de avaliação da educação, que veicula todos os sistemas, resumindo, para que possamos fazer um trabalho de reflexão que venha ao encontro da sociedade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares desta Casa, comunidade que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também presente aqui no plenário, boa-tarde!

Inicialmente, gostaria fazer um convite não só aos nossos deputados e às nossas deputadas, mas também a toda a comunidade. A partir do dia 1º de outubro haverá a Oktoberfest 2009, uma festa muito bonita. Não é a festa da cerveja e do chope, mas, sim, a maior festa alemã das Américas, deputado Kennedy Nunes, uma festa que, com certeza, mostra o jeito ordeiro, o jeito organizado, mas, acima de tudo, o jeito guerreiro e o jeito trabalhador de um povo que a criou logo após uma enchente, uma catástrofe.

Quero aqui parabenizar o deputado Kennedy Nunes pela preocupação que trouxe hoje ao plenário. Eu gostaria que muitos parlamentares, ao invés de vir dizer que são contra tudo e contra todos, utilizassem a tribuna para apresentar uma proposta. Às vezes, a proposta pode não ser a melhor, deputado Kennedy Nunes, mas pelo menos v.exa. teve a dignidade e a coragem de utilizar a tribuna para apresentar algo diferente para o país e para Santa Catarina. Por isso, quero parabenizá-lo pela atitude. É assim que vamos construir um estado melhor, e não sendo contra tudo e contra todos.

Quero também, de forma muito construtiva, parabenizar aqueles agentes que trabalharam ontem no vale do Itajaí e ainda estão trabalhando: os abnegados servidores da Defesa Civil, as pessoas da Universidade Regional de Blumenau, todos aqueles que lá estão para garantir a segurança da comunidade do vale do Itajaí.

E aproveito este momento para fazer uma reflexão sobre a situação da catástrofe e sobre a situação das cheias que acontecem constantemente no vale do Itajaí. Todos nós sabemos que, infelizmente, a cada ano vai acontecer isso. As condições climáticas estão cada vez piores, a camada de ozônio está cada vez menor e há menos pessoas preocupando-se com a questão ambiental. Consequentemente, mais catástrofes, mais problemas, mais chuvas, mais vendavais, enfim, mais problemas vão acabar acontecendo.

E como vamos fazer para lidar com isso? Existe, sim, um ponto importante que foi colocado nesta tribuna, que é a questão da diminuição do processo burocrático para que possamos dar retorno para a população com mais agilidade e rapidez. Mas existe também um modelo que tem que ser criado, e é isso que eu quero discutir nesta tribuna, acompanhando a forma de agir do deputado Kennedy Nunes e trazendo aqui para discutir com os parlamentares a possibilidade de no vale do Itajaí ser criado o consórcio da bacia hidrográfica do vale do Itajaí, formado pelos municípios, pelo estado e pela União, para que esse agente possa trabalhar as questões não de forma política, deputada Ada De Luca, mas de forma técnica, cuidando das barragens, cuidando do Centro de Telemetria, porque aí, sim, vamos ter alguém da região cuidando do processo e diminuindo os efeitos e as causas das catástrofes.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns pelo seu discurso, deputado Jean Kuhlmann.

Também ouvi o discurso do deputado Kennedy Nunes e gostaria de parabenizá-lo. Sempre fui uma mulher de Oposição, mas uma das coisas que aprendi nesses anos na minha vida é ser uma Oposição coerente e responsável, e não como aquela que v.exa. falou: contra tudo e contra todos, sem apresentar solução. Isso não acresce nada para o nosso estado, tampouco para o nosso povo.

Parabéns! É por essa linha de raciocínio que devemos agir. Faço Oposição, mas Oposição com maturidade e não só com críticas, porque o nosso povo não gosta disso. Ele quer saber de alternativas e soluções, e creio que ninguém neste estado pode queixar-se da maneira como nós, do governo, estamos tratando essas calamidades todas.

E não é só no vale do Itajaí. O sul também está em calamidade. É tufão, são coisas que realmente não aconteciam no passado, mas que agora, em função da ação do próprio homem, passaram a ser frequentes. Eu sempre digo: nós somos, hoje, responsáveis pelo amanhã. Então, que se faça também Oposição responsável.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, deputada Ada De Luca. Com certeza, essa é a nossa forma de agir.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Quero somente dar uma notícia que chegou através de um participante da audiência pública sobre a instalação de fosfateira em Anitápolis: em virtude do movimento para a preservação do meio ambiente nas encostas da serra Geral, o Ministério Público embargou a exploração de fosfato pela IFC (Bunge/Yara), entendendo que é melhor prevenir para não remediar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero aqui dar continuidade ao meu pronunciamento, falando da possibilidade de criarmos, no vale do Itajaí, o consórcio da bacia hidrográfica. O que nós queremos efetivamente com isso?

Hoje, srs. parlamentares, temos três barragens no vale do Itajaí. E, a bem da verdade, elas foram construídas graças a uma série de agentes, a uma série de governos; elas não são uma questão pontual, mas fruto da ação de muitas pessoas que vêm trabalhando nessa questão desde a época dos governos militares.

Existe a possibilidade de se fazer, e está sendo feito, o teste do sistema monitorado por satélite, a vigilância 24 horas dessas barragens, o sistema de telemetria. E tivemos a oportunidade de liberar cerca de R$ 2 milhões, quando fomos secretário de estado, justamente para a Furb fazer o modelo matemático do sistema de telemetria. Existem os pôlderes de contenção também no município de Blumenau e em outros municípios, existe uma série de ações e conjuntos que geram a infraestrutura do sistema de prevenção contra enchentes no vale do Itajaí.

E a nossa proposta, efetivamente - e eu quero começar a discutir isto nesta Casa também -, é a possibilidade da criação desse consórcio, como falei anteriormente, formado pelos municípios, pelo governo do estado e pelo governo federal; um consórcio que vai gerenciar, aumentar a capacidade e também fazer com que esse sistema realmente funcione em favor das pessoas mais atingidas no vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, comunidade catarinense, há duas semanas este deputado trouxe ao plenário um assunto que despertou a participação de vários colegas, todos movidos pelo mesmo sentimento: o da necessidade de o Brasil, em especial Santa Catarina, avançar na questão da mobilidade e do transporte de cargas com a valorização das ferrovias.

Na ocasião, tive o prazer de tomar conhecimento de que o pai do deputado Nilson Gonçalves, como o meu, foi um ferroviário e que a família do deputado Professor Grando veio radicar-se em Santa Catarina porque o seu pai trabalhou na implantação do ramal da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, que passa por Lages. Também percebi o interesse no assunto de um parlamentar jovem, como é o peemedebista Carlos Chiodini, que defendeu a valorização do ramal entre Mafra e o porto de São Francisco do Sul, passando por Jaraguá do Sul.

Numa sessão subsequente, o deputado Pedro Uczai falou de sua expectativa em relação ao lançamento dos editais para a contratação de projetos da ferrovia litorânea entre Araquari e o porto de Imbituba, integrando também o porto de Itajaí; e da leste/oeste, cujo traçado previsto se estende desde Itajaí até Dionísio Cerqueira.

O assunto é palpitante e por isso decidi retomá-lo. Ocorre que o trem voltou à ordem do dia no país, o que é bom, mas também é um tanto preocupante. E pretendo apresentar argumentos, motivo por que vou precisar de algum tempo.

Como disse, sou filho de ferroviário, nascido no distrito de Marcílio Dias, em Canoinhas, estação de um ramal atualmente desativado. Aquela estrada, que foi idealizada no final do século XIX, acabou sendo construída entre 1907 e 1910 pela Brazil Railway, que cruzou o planalto norte e o meio-oeste, integrando a região sul, e teve implicações com o conflito do Contestado. Portanto, falamos da nossa história.

O fato é que se implantou uma ferrovia importante, que transportou por anos cargas e passageiros, mas hoje tem trilhos tomados pelo mato em alguns trechos dos ramais.

Sei que hoje a concessionária América Latina Logística, a ALL, considera o ramal antieconômico e prioriza a ligação com o sul e os países do Mercosul pelo ramal mais moderno, com menos aclives e curvas, que permite tráfego de composições maiores e que foi construído pelo Batalhão Ferroviário do Exército nos anos 30 do século XX.

Aí temos uma situação que merece reflexão, e peço que possamos acompanhar uma projeção na tela.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Começo pela realidade atual das ferrovias existentes em Santa Catarina. Temos a ALL, com 1.200km de trilhos, dos quais menos de 600km são utilizados.

No sul temos a Ferrovia Tereza Cristina, que serve praticamente à mineração do carvão, atende à usina termoelétrica de Capivari e ao porto de Imbituba, com 164km.

A ferrovia litorânea deverá implantar 236km entre os portos, a um custo superior a R$ 300 milhões. E a leste/oeste ou ferrovia do frango, inicialmente prevista até Chapecó e com mais de 600km, poderá ir até Dionísio Cerqueira, com quase 800km. Há um investimento previsto de R$ 954 milhões, ao longo de oito anos.

Agora vemos um mapa do Deinfra, que iniciou estudos técnicos sobre as ferrovias em 2003, os quais, sem dúvida nenhuma, determinados pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Vejam as atuais ferrovias e as projetadas! Percebam que os estudos iniciaram em 2003, mas estamos já quase em outubro de 2009 e só agora se anuncia a ordem de serviço para a elaboração dos projetos das novas estradas de ferro. Espero que realmente os projetos que estão no Plano de Aceleração do Crescimento avancem e que o PAC não seja um Projeto de Aceleração de Candidaturas, até porque quando se critica o modelo das concessões é preciso ter cautela."

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não, até porque Joinville também fazia parte da antiga Rede Ferroviária Federal, que abrangia o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina, que agora está sob o comando da ALL.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Eu desejo, deputado Antônio Aguiar, parabenizá-lo pelo brilhante e pertinente pronunciamento, já que esse assunto é de fundamental importância para todos nós.

Essa ação do governo federal e do governo do estado reverte-se da maior importância porque se trata da ampliação da malha ferroviária de Santa Catarina e do Brasil, pois somos um dos poucos países do mundo que diminuíram a malha ferroviária nos últimos anos, infelizmente.

Portanto, essas ferrovias que vão interligar os nossos portos e o oeste ao litoral são de fundamental importância. E dou uma sugestão: por que não pensamos na hipótese de essa ferrovia que ligará Chapecó ao litoral interligar-se à malha ferroviária em Mafra, na sua região, indo até Joinville, e depois, em Joinville, pelo litoral. O custo seria mais baixo e estaríamos utilizando a nossa malha ferroviária já existente. Tenho a impressão de que esse projeto sairia mais rapidamente.

Parabéns, deputado Antônio Aguiar!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Darci de Matos. Este é o

intuito: que a ALL retome os investimentos na nossa antiga malha ferroviária Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Prezado deputado Antônio Aguiar, certamente se as ferrovias litorânea e leste/oeste forem construídas - e serão, se Deus quiser - será a ressurreição de Santa Catarina e será também a marca da nossa geração de políticos.

Sei que v.exa., assim como a maioria dos deputados, há 30 anos já fazia o discurso de que o Brasil precisava retomar o transporte em cima de trilhos, o transporte aquaviário, o transporte por cabotagem, alternativas de transportes muito mais baratas do que o transporte em cima de pneus, como hoje acontece. Agora vejo esse projeto a caminho de ser elaborado e, na sequência, virá a realização da obra.

Precisamos ficar unidos nessa grande intenção e, quem sabe, em 10, 12 ou 16 anos, se Deus quiser, poderemos ver essas ferrovias concluídas. E a obra deve começar, em minha opinião, na interseção das ferrovias que já existem, até para o seu aproveitamento, enquanto executam o projeto como um todo.

Mas precisamos insistir porque será pela nossa insistência que, certamente, algum de nós, nos próximos governos, ajudará a executar esse projeto.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero aproveitar o seu mapa para dizer que a ferrovia leste/oeste poderia vir de São Miguel d'Oeste até Joaçaba; de Joaçaba ela aproveitaria a antiga estrada do Contestado e iria até Canoinhas; de Canoinhas iria até Mafra e daí pegaria a ferrovia que já existe e que vai ao porto de São Francisco do Sul, onde seguiria até o futuro porto de Itapoá. Então, já escoaria toda a produção do extremo oeste e do oeste por São Francisco do Sul ou Itapoá, aproveitando as linhas já existentes, não precisando abrir esse grande trajeto de Joaçaba até Itajaí. Seria somente um pequeno trecho do extremo oeste até Joaçaba, uma vez que de Joaçaba a Canoinhas e Mafra está pronto, e já desceria por São Francisco do Sul até Itapoá. Assim já resolveria um grande problema. Há problemas de bitolas? Há, mas resolve-se! Era aquela antiga estrada do Contestado, que ia para Marcelino Ramos - e o deputado Moacir Sopelsa conhece muito bem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Continua lendo.)

"Peço a reativação do ramal Mafra a Marcelino Ramos, em direção a Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Mas deve-se admitir que a Rede Ferroviária Federal foi sucateada e a ALL investiu em equipamentos, é uma empresa poderosa que atua no Chile e na Argentina, com capital aberto na Bolsa de Valores, e que aderiu ao Nível 2 de Governança Cooperativa, que prevê respeito aos acionistas minoritários.

O que questiono é se a ligação com o oeste não poderia ensejar o reaproveitamento do traçado do ramal já existente, com uma expansão dos trilhos a partir de Herval d'Oeste, terra do nosso presidente Jorginho Mello, até o extremo oeste. Acho justa a aspiração de uma ligação bioceânica a partir de Santa Catarina. Mas mesmo que avancem os projetos do governo federal, não poderemos ignorar o domínio das concessões da ALL no sul do continente.

Li em matéria do jornal *Valor Econômico* que as empresas investiram R$ 20 bilhões na modernização das malhas do Brasil nos últimos 13 anos. É um dinheiro muito grande, mas para o estado de Santa Catarina vimos poucos resultados. Há intenção do governo em forçar maior capilaridade das ferrovias, o que é ótimo para a economia. E existem questões complexas, como a do compartilhamento das malhas, com a disponibilidade das linhas férreas para diferentes operadores ferroviários.

Espero que o Brasil avance realmente e que Santa Catarina valorize cada vez mais o modal ferroviário. Como representante do planalto norte, eu sigo acreditando na possibilidade de retomada da ferrovia que passa pela nossa região como meio de transporte viável para cargas e, quem sabe, até de passageiros."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Srs. deputados, esta Presidência registra com muita alegria a presença, neste plenário, de Marco Antônio Dartora e de Fiorindo Massola, do nosso querido município de Concórdia.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores do município de Schroeder, Valmor Stricker e Ercelino Costa Sobrinho, que acompanham a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero cumprimentar de forma muito carinhosa o ex-vereador João Batista, de Bom Retiro, e o amigo prefeito de Xanxerê, Bruno Bortolucci, que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa no dia de hoje.

Quero ater-me hoje a uma determinação dada pelo Ibama no extremo oeste de Santa Catarina, especialmente em Guaraciaba, São Bernardino e Anchieta, municípios atingidos pelo tornado que deixou uma grande destruição por onde passou, que vai permitir que os agricultores, que os proprietários de terras que tiveram as florestas nativas ou replantadas destruídas, possam retirar até 20m³ de madeira para serem reaproveitados.

Numa visita que fiz a Guaraciaba e a outros municípios colhi algumas fotografias para v.exas. e aqueles que acompanham esta sessão terem uma ideia da força do vento e da destruição que promoveu na floresta.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Vejam, nesta foto, aquela parte mais seca é onde podem ser aproveitadas as árvores nativas.

Nesta outra foto vemos um reflorestamento de eucaliptos. Alguns deles têm até 40cm de diâmetro e o vento destruiu dessa maneira. São centenas de árvores derrubadas.

Na sequência podemos ver que esse reflorestamento ficou totalmente destruído.

Estas são árvores nativas e aquelas que o vento não conseguiu quebrar, arrancou-as inteiras.

Este era um aviário que tinha 15m de largura por 120m de comprimento, que custou aproximadamente R$ 400 mil. Não sobrou uma peça do aviário inteira. Na região foram destruídos 120 aviários.

Para termos uma idéia da força do vento, esta outra foto mostra o que era uma mata nativa, mato verde. Sobrou apenas isso, totalmente seco.

Esse era um aviário de uma fazenda na qual havia dois aviários e um galpão de fumo. O que sobrou do galpão de fumo foram esses entulhos, ou seja, algumas ripas e colunas inteiras.

Então, sr. presidente, em cima dessas imagens quero fazer à Mesa Diretora desta Casa o primeiro pedido: autorização para retirar a madeira nativa ou da floresta replantada em área de proteção ambiental das árvores quebradas, derrubadas e secas.

Essa fotografia seria de uma árvore igual às anteriores. Não são árvores secas, nem árvores de folhas temporárias, mas de árvores submetidas ao vendaval: não ficou uma folha, só para terem ideia da força do vento.

Os meus pedidos, sr. presidente, seriam, basicamente, três. O primeiro deles, como falei anteriormente, seria a aprovação de uma moção dirigida ao Ibama para permitir que essas árvores secas, arrancadas, quebradas, destruídas em mata nativa ou em área de preservação ambiental possam ser retiradas na sua totalidade. Vinte metros cúbicos são dois caminhões de lenha. Há muita madeira ali no meio e essas árvores podem ser aproveitadas como lenha e parte da madeira pode ser usada na reconstrução das casas.

Por isso, peço o apoio desta Casa para encaminharmos uma moção ao Ibama pedindo permissão para que todas as árvores destruídas possam ser aproveitadas na construção civil ou como lenha, já que o metro cúbico da lenha custa em torno de R$ 30,00 ou R$ 40,00.

Outro pedido importante, srs. deputados, refere-se ao FGTS, no sentido de que seja liberado urgentemente, na sua totalidade, para todos os cidadãos das cidades que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade. Tenho certeza de que essa liberação para todos, mesmo para aqueles que não foram atingidos pelo vendaval, pela enchente, poderá movimentar a economia e gerar um grande benefício. Quer dizer, aqueles que usarem o seu dinheiro diretamente gerarão grande benefício para toda a sociedade, porque movimentarão a economia.

Esses são os dois principais pedidos que faço na tarde de hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, sr. deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha nesta sessão, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, estamos diante de mais uma sequência em série de calamidades públicas no estado de Santa Catarina, com muita chuva, temporal, granizo, ventos fortes. No próximo pronunciamento espero que seja possível, ainda na tarde de hoje, falar um pouco mais sobre isso.

Mas agora quero apresentar as atividades que realizamos desde a última quinta-feira até sábado, quando fomos à cidade de Fortaleza, no Ceará, participar do VI Encontro Nacional de Entidades Representativas dos Praças, que é organizado pela Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais - Anaspra.

O encontro girou em torno da sistematização das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Pública, que foi realizada no final do mês de agosto, portanto, há um mês, na cidade de Brasília. Foram tratadas questões como a criação de um piso nacional de salário para os trabalhadores da Segurança Pública: policiais militares, policiais civis, agentes prisionais, monitores do sistema do menor infrator e guardas municipais que estão atuando e que possuem também uma resolução na Conferência Nacional acerca das suas atribuições para o futuro.

A questão da militarização das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros também esteve em pauta; inclusive, essa questão é uma pauta recorrente nas reuniões da Anaspra.

Mas, sr. presidente, o VI Enerp teve também como objetivo eleger a nova diretoria da Associação Nacional dos Praças, das Polícias Militares e do Corpos de Bombeiros de todos os 26 estados da federação e do distrito federal, Brasília. Foi eleito presidente para o próximo exercício o companheiro cabo Patrício, que é deputado distrital por Brasília; o sargento Aragão, que é deputado estadual em Tocantins pelo PPS, foi eleito vice-presidente; este parlamentar também acabou entrando na diretoria como diretor de Assuntos Parlamentares. Temos, pois, pela frente vários desafios: além dos estaduais, agora também os da esfera nacional para a organização dos trabalhadores da Segurança Pública do Brasil. O nosso companheiro Manoel João da Costa, o J. Costa, conhecido de todos aqui, foi reconduzido à direção regional para a região sul do Brasil.

Mas o que houve de mais importante no VI Encontro Nacional de Entidades Representativas dos Praças foi que além da reformulação e recomposição da diretoria, a plenária final do encontro organizou o plano de lutas para os próximos seis meses, significando discussão, debates, audiências públicas, assembléias e mobilizações ainda este ano, em todos os estados da federação onde seja possível realizá-los, é evidente.

O plano de lutas prevê ainda uma marcha nacional a Brasília, em abril do ano que vem, com o objetivo de colocar na pauta do Congresso Nacional, do ministério da Justiça e da própria Presidência da República as demandas mais sentidas dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de todo o Brasil.

Essas questões, como já falamos, estão relacionadas à criação de um piso nacional de Segurança Pública, previsto na Proposta de Emenda Constitucional n. 300, que já está em debate na Câmara Federal; também a discussão da PEC n. 21, que trata da reestruturação das instituições de Segurança Pública em todo o país. Portanto, estamos avançando nessa luta nacional da nossa categoria em todo o Brasil.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa a Moção n. 0214/2009, e tendo em vista que está prevista para amanhã à tarde a homenagem às pessoas e entidades que desenvolveram programas de prevenção e combate ao *crack,* conforme requerimento já apresentado, vamos apreciar a matéria.

Moção de autoria de todos os srs. parlamentares, a ser enviada às seguintes pessoas ou entidades: Renato José Hendges; Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing; Frei Rogério Rubick - Associação Vida Nueva; Comunidade Terapêutica Essência de Vida; Ronaldo Palhei; Grupo RBS; Centro de Recuperação Viver Livre; Geraldo Swiech; Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos; padre Luiz Prim; Jerônimo Alves Ferreira; Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo; Comunidade Bethânia; Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólicos - Creta; Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd; soldado PM Marcelo Quint da Silva; Manoel Rosseng; Centro de Recuperação Nova Esperança - Cerene, aplaudindo o trabalho desenvolvido em programas de prevenção e combate ao uso do *crack*.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0018/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0029/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0080/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0085/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0092/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0094/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0101/2008.

Não há emendas á redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0121/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0167/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0211/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0215/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0230/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0238/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0249/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0255/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0261/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0270/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0275/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0276/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0278/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0295/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0319/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0323/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0324/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0328/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0329/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0330/2009.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0009/2008, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui o pagamento do valor de meia-entrada aos professores estaduais em locais mencionados.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0041/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui no calendário oficial do estado de Santa Catarina o Dia Estadual da Cultura Evangélica e adota outras providências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0175/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Ademir de Brida o ginásio de esportes anexo à EEB Vicenzo de Villa, do município de Urussanga.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0219/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui a Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos na rede pública escolar do estado de Santa Catarina.
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os. srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada por unanimidade.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0220/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que altera a Lei n. 10.324, de 1966, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social da Assembleia de Deus de Lages - Saseadla (Sociedade de Assistência Social, Educacional e de Apoio aos Desamparados de Lages).
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os. srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0284/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Associação Brasil SGI.
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os. srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0314/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia do Combate ao *Crack* no estado de Santa Catarina.
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0629/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública estadual e privada instalarem filtros de conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os. srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing, com sede no município de Jaraguá do Sul.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0134/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que autoriza a instituição do Conselho Estadual da Juventude do estado de Santa Catarina.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0315/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Rodovia Augusto Gracietti o trecho da SC-456 que liga o município de Anita Garibaldi ao estado do Rio Grande do Sul.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.
Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, o próximo projeto é de sua autoria e gostaria que v.exa. explicasse o seu conteúdo porque eu não lembro. É só para eu saber, mas terá meu voto favorável. A ementa é a seguinte: "Institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo no estado de Santa Catarina e adota outras providências."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa. já terá em mãos o processo para avaliá-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Enquanto o deputado José Natal acompanha o processo, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Acho que falta um projeto na pauta da Ordem do Dia, sr. presidente. Além disso, eu pediria a v.exa. que os projetos que vierem à votação em primeiro turno possam ser votados também em segundo turno e que os que estão em sede de segundo turno, possam ter sua redação final apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo concordância dos líderes faremos as votações em turno único, em segundo turno e também em sede de redação final.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, isso seria feito antes das votações dos requerimentos e pedidos de informação ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O encaminhamento será feito conforme o entendimento dos líderes.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - É que temos aqui, sr. presidente, requerimentos e pedidos de informação que estão na pauta há 40, 50 dias. Eu espero que hoje consigamos votar. A minha preocupação de fazer o acordo é que depois de votar os projetos de lei não haja mais quórum.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - A liderança do governo e a liderança do PMDB não se opõem à votação dos pedidos de informação e das moções. Só querem que haja continuidade e seja feita a votação dos projetos em sede de segundo turno e de redação final. E reiteram também que não têm nada a temer em relação aos pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será feito da seguinte forma: vamos continuar a sessão até o final, esgotar a pauta pendente, encerrar esta sessão, convocar uma extraordinária e logo em seguida outra para deliberar as matérias definitivamente.

Então, primeiramente vamos limpar a pauta que vem sendo postergada há algumas semanas em função do baixo quórum.

Neste momento vamos passar às indicações e requerimentos enquanto o deputado José Natal examina o projeto, sobre o qual deliberaremos posteriormente.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0651/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0652/2009, de autoria do deputado José Natal; e 0653/2009, de autoria da liderança do PP, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência também comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.407/2009, de autoria do deputado Décio Góes; 1.408/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.409/2009 e 1.410/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.411/2009 e 1.412/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.413/2009, de autoria do deputado José Natal; 1.414/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.416/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.417/2009 e 1.418/2009, de autoria da liderança do PP; 1.419/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; n. 1424/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; e 1.426/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

Requerimento n. 1.275/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao presidente do Banco Central, ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, pedindo a anistia das dívidas contraídas nas diversas modalidades do Pronaf por agricultores familiares domiciliados nos municípios atingidos pelos recentes vendavais, tornados e enxurradas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu gostaria de subscrever o referido requerimento, com a concordância do deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será subscrito por v.exa., com a concordância do deputado Padre Pedro Baldissera.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.279/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao ministro da Integração Nacional e ao secretário nacional da Defesa Civil, encarecendo a liberação de recursos financeiros para atender as famílias e os municípios catarinenses atingidos pelos vendavais e temporais na região oeste e vale do rio do Peixe.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.284/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente da Caixa Econômica Federal em Florianópolis, pedindo urgência na liberação dos recursos financeiros destinados à conclusão das obras da penitenciária da foz do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.293/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da República e da Caixa Econômica Federal, pedindo a liberação do FGTS a todos os trabalhadores atingidos pela catástrofe climática, em especial aos residentes no municípios elencados no Decreto Estadual n. 2.603, de 10 de setembro de 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.294/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da República e da Caixa Econômica Federal, pedindo a prorrogação dos prazos para pagamento dos financiamentos habitacionais concedidos aos moradores dos municípios atingidos pela catástrofe climática e que estão elencados no Decreto Estadual n. 2.603, de 10 de setembro de 2009.

Em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu gostaria de fazer uma adequação deste requerimento, naturalmente com a permissão do deputado Marcos Vieira.

Na verdade, todas as casas construídas com financiamento da Caixa Econômica Federal, assim como os aviários

construídos devem ter seguro. Se a casa e/ou o aviário foram destruídos, o que nós temos que requerer é que o mutuário não pague mais a dívida, acabou! Não existe! Por que prorrogar a dívida? Eu quero dizer que se ele prorrogar a dívida da casa financiada que o vento destruiu, como é que ele vai fazer a outra? Ele vai pagar duas daqui para frente?

Os galpões e os aviários financiados, creio, têm seguro. Se têm seguro, acabou a dívida, pois é o seguro que vai pagar. Eu imagino que nenhum banco seja tão incauto, como já disse anteriormente, que faça esses financiamentos sem seguro.

Por isso, quero apoiar os dois requerimentos do deputado Marcos Vieira, mas ressaltando que, na verdade, não se pode pedir prorrogação do prazo de dívidas cujos bens financiados já nem existem mais, pois elas devem ser cobertas pelo seguro.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - O deputado Serafim Venzon está com razão e endosso as suas palavras. Como é que ele vai pagar se o bem já foi destruído?

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu comungo da preocupação do deputado Serafim Venzon, mas a verdade é que há financiamentos com seguro e outros sem seguro. Então, a preocupação é pertinente quando se referir a financiamentos habitacionais que não tenham seguro, embora 90% tenham, para que haja um prazo para que as pessoas possam recuperar-se.

Além disso, gostaríamos, com a aquiescência do deputado Marcos Vieira, de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.295/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita ao presidente da República e ao presidente do Banco do Brasil a prorrogação dos prazos de todos os financiamentos agrícolas concedidos a todos os agricultores residentes nos municípios que foram atingidos pela catástrofe climática e que estão elencados no Decreto Estadual n. 2.603, de 10 de setembro de 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, para todos os deputados terem ciência, todos os prazos dos contratos de financiamento foram prorrogados automaticamente. Essa já é decisão do ministério. Em segundo lugar, a prorrogação automática poderá ser, inclusive, o cancelamento definitivo de todos os financiamentos. Se for Pronaf, o cancelamento é definitivo, ou seja, não só prorroga, mas cancelado e anistia o financiamento em função do seguro. Para quem tem Proagro Mais, também não só foi prorrogado automaticamente como o seguro garante o cancelamento do financiamento.

Consequentemente, srs. deputados, é redundante votar esse requerimento porque já está atrasado, está fora do prazo, uma vez que na presença dos deputados estaduais, dos senadores, dos deputados federais, enfim, da bancada catarinense em Brasília, já foi autorizado, há 15 dias, o que esse requerimento está solicitando.

Fico feliz, portanto, ao ver que o requerido já foi atendido pelo governo federal, beneficiando os agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 1.312/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fatma, no sentido de que sejam tomadas medidas administrativas emergenciais visando à isenção do pagamento de taxas e à autorização do beneficiamento da madeira de árvores nativas e exóticas derrubadas pela ventania, para serem utilizadas na recuperação das propriedades atingidas pela catástrofe na região oeste e do vale do rio do Peixe.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, este requerimento faz jus à realidade que enfrentamos. O que nós queremos é que as propriedades atingidas pelo vendaval e que tiveram árvores exóticas e nativas derrubadas, sejam autorizadas, após vistoria da Fatma, a aproveitar de imediato a madeira danificada com isenção de qualquer taxa, mesmo que não seja utilizada na reconstrução das residências. Se já houve a derrubada das árvores, se já houve o prejuízo intrínseco,que ele possa beneficiar-se vendendo, trocando ou permutando a madeira sem taxas, para fazer frente ao prejuízo que sofreu com a devastação da sua floresta, seja ela plantada ou nativa.

Nós fazemos essa solicitação por conhecer a realidade da nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, o deputado Reno Caramori tem razão quanto ao objetivo, tem total razão, mas nenhum administrador, nem o governador nem o prefeito, pode fazer ato de renúncia de receita. Isso poderia ser feito, sim, através de um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo a esta Casa, porque quem institui taxa é o Poder Legislativo. É lei!

Portanto, gostaria que pudéssemos acrescentar a esse requerimento uma solicitação ao sr. governador e ao presidente da Fatma no sentido de que enviem a esta Casa um projeto de lei para atender a essa necessidade. É uma pequena modificação que eu entendo ser coerente e correta, porque o administrador não pode praticar ato de renúncia de receita. Essa renúncia tem que vir através do Poder Legislativo, uma vez que todas as taxas ambientais, e v.exas. estão lembradas, passaram por esta Casa.

Eu entendo ser justo, coerente e correto enviar ao governador a solicitação de que projeto de lei venha para esta Casa nesses casos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero acrescentar ao requerimento que o deputado Reno Caramori pretende encaminhar à Fatma que eu fiz uma exposição, no horário dos Partidos Políticos, no sentido de que fizéssemos também uma moção ao Ibama para permitir que a exploração da madeira, da lenha, não tenha limite e que o proprietário possa explorar, possa retirar toda a lenha e toda a madeira das árvores danificadas da floresta e da mata por onde passou o tornado, porque foram praticamente destruídas.

Então, srs. deputados, por que apenas 20m³, como consta da resolução do Ibama? Temos que tirar esse limite para aqueles que tiveram as suas florestas devastadas. Vendendo a lenha ou vendendo a madeira em forma de tábua, de prancha, para terem um valor agregado maior, teriam uma pequena renda nessa hora de dificuldades. Além disso, que possam utilizar a madeira também para recuperar as suas casas que foram destruídas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Como estou percebendo que os deputados acabam indo para os seus

gabinetes, causando problema de quórum, vou inverter a pauta da Ordem do Dia e passarei de imediato aos pedidos de informação.

Pedido de Informação n. 0128/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado e ao presidente da Epagri, solicitando informações sobre as razões que motivaram o fechamento do escritório municipal de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0129/2009, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao secretário de Turismo, solicitando informações sobre a deliberação de recursos financeiros e prestação de contas entre a secretaria de Turismo e a Sociedade Cultural Desportiva Progresso, do município de Laguna, referente aos Contratos n.s 10.439, 11.091 e 12.309.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0130/2009, de autoria da liderança do PP, a ser enviada ao secretário de Turismo, solicitando informações sobre a deliberação de recursos financeiros e prestação de contas entre a secretaria de estado de Turismo e a Sociedade Cultural Desportiva Progresso, do município de Laguna, referentes às Subvenções Sociais n.s 10.548 e 18.226.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0131/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao diretor do Departamento Estadual da Defesa Civil, solicitando informações sobre o direito de uso da água no estado sem a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0132/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário da Segurança Pública, ao secretário da Justiça e Cidadania e ao secretário de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste, solicitando informações sobre a estrutura e as condições físicas da unidade de prisão avançada da comarca de São Miguel d'Oeste e os motivos pelos quais os presos albergados foram liberados para cumprir suas penas em seus domicílios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0133/2009, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre os motivos que levaram o governo do estado a suspender os empréstimos consignados aos servidores do Poder Executivo e qual a previsão para voltar a concedê-los.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0134/2009, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao secretário da Administração, pedindo esclarecimentos acerca de entidades públicas ou privadas que receberam recursos financeiros através do Fundo Social, de acordo com a Lei n. 13.334, de 28 de janeiro de 2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0135/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, a ser enviada ao governador do estado, ao secretário da Segurança Pública e ao chefe da Polícia Civil, solicitando informações sobre a nomeação dos policiais civis aprovados no concurso público de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0136/2009, de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o contrato de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Fiscal - Sigef.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0137/2009, de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o contrato de desenvolvimento do Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIGRH.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0138/2009, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as razões que levaram o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina a alterar a fivela da cinta de nylon do uniforme utilizado pelos oficiais e cadetes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0139/2009, de autoria da liderança do PP, que solicita ao governador do estado informações sobre o valor das doações feitas pelas instituições públicas, empresas e pessoas físicas destinadas às vítimas das catástrofes ocorridas em 2008 e os valores repassados aos municípios e entidades públicas e privadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero pedir licença a v.exa. para quebrar o protocolo e anunciar a presença do prefeito, do ex-prefeito e do presidente do PSDB de Caxambu do Sul, além do ex-prefeito de Guatambu.

Desejamos boas-vindas às lideranças do oeste de Santa Catarina à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0356/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, a título de informação, quero dizer que quem relatou este projeto foi o deputado Joares Ponticelli, que baixou em diligência. E as informações que vieram já diziam à época que já existe um controle por parte da Anvisa na questão dos medicamentos.

Entretanto, como o seu projeto fala em alimentos, é genérico, considero pertinente e acho que é viável sua aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h34.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h34, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0134/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que autoriza a instituição do Conselho Estadual da Juventude do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0315/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina rodovia Augusto Gracietti o trecho da SC-456 que liga o município de Anita Garibaldi ao estado do Rio Grande do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0356/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h36, para a votação da redação final dos projetos aprovados em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h36, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Defende a Moção n. 0139/2009, de sua autoria.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se favorável à Moção n. 0139/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede esclarecimentos acerca da tramitação da Moção n. 0193/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Registra a presença de funcionários da TV Nova Trento.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Sombrio.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.387/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Discute o Requerimento n. 1.415/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Levanta questão de ordem em relação ao Requerimento n. 1.415/2009, de autoria do deputado José Natal.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute o Requerimento n. 1.415/2009, de autoria do deputado José Natal.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Dá sua opinião acerca do Requerimento n. 1.415/2009, de autoria do deputado José Natal.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute a Moção n. 0193/2009, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discute a Moção n. 0193/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute a Moção n. 0193/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute a Moção n. 0194/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0194/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0194/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Levanta questão de ordem em relação à moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao ministro do Meio Ambiente, solicitando a retirada dos arts. 2º, 4º e 5º da Portaria Conjunta n. 259.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Levanta questão de ordem relativa à Moção n. 0197/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0197/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute a Moção n. 0201/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute a Moção n. 0203/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Pede a retirada da pauta da Moção n. 0203/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede a retirada da pauta da Moção n. 0204/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Sugere a retirada da pauta da Moção n. 0206/2009, de autoria do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Concorda com a retirada da pauta da Moção n. 0206/2009.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Explica ao deputado Manoel Mota sua posição a respeito da Cidasc; relata o assassinato, em Caçador, do padre Evaldo Guedes Martiol.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos prefeitos, vereadores e lideranças partidárias do oeste.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comunica a manifestação favorável do advogado geral da União acerca da Adin por omissão impetrada pelo PP junto ao STF contra o governador pelo descumprimento do art. 37 da CF.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que o governo do estado maltrata os servidores públicos catarinenses.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e vice de Chapecó, que lançam na Alesc a Efapi/2009.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reclama o descumprimento das promessas do governo aos servidores da Segurança Pública; convida o vive-governador a conversar com o setor antes de viajar ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0009/2008; 0041/2008; 0175/2008; 0219/2009; 0220/2009; 0284/2009; 0314/2009; 0629/2007; 0310/2009; 0356/2008; 0134/2008 e 0315/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, com referência à Moção n. 0193/2009, gostaria de fazer um apelo aos nobres colegas deputados para que a subscrevessem, deputado Reno Caramori, porque trata do calendário único das eleições.

Não podemos mais permitir que a cada dois anos haja eleições, pois dessa forma está-se comprometendo a gestão pública em função da morosidade na transferência de recursos, do envolvimento das lideranças no processo eleitoral e do desperdício de dinheiro público.

Então, é mais do que justo que o Congresso Nacional, que é fórum adequado para alterar a legislação eleitoral, comece a tratar da questão, e por isso o nosso encaminhamento, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu também quero manifestar apoio a essa moção do deputado Silvio Dreveck, porque a realidade que temos no Brasil, hoje, com esse cenário de eleição de dois em dois anos, é a seguinte: acaba sobrando um tempo líquido de mandato não superior a dois anos. Porque no segundo ano das administrações municipais vem a eleição estadual, e todos sabem as implicações da legislação eleitoral, conhecem as amarras que a ela impõe à administração pública. Portanto, o segundo ano da administração de um prefeito fica comprometido em função da eleição estadual. No quarto ano, já temos de novo as implicações devido às eleições municipais. Então, como disse, de tempo líquido acabamos tendo apenas dois anos sem as amarras da legislação eleitoral. E isso acaba comprometendo as administrações.

O Congresso Nacional precisa dar essa resposta, deputado Manoel Mota, à sociedade brasileira, fazendo a unificação dos mandatos. Nós temos um sistema eleitoral que é o mais moderno do mundo e é possível, sim, votar de vereador a presidente da República numa só eleição para que os mandatos comecem e terminem juntos, porque daí não se sofre com solução de continuidade.

Por isso, a minha manifestação favorável a essa moção do deputado Silvio Dreveck!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, estávamos deliberando as moções. Então, pergunto a v.exa.: estávamos deliberando a segunda moção de autoria do deputado Silvio Dreveck?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Pedro Uczai, o deputado Gelson Merísio, no exercício da Presidência, não havia ainda colocado à apreciação de v.exas. os requerimentos e estava deliberando as moções.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Estávamos discutindo a moção do deputado Silvio Dreveck que trata da unificação dos mandatos. Em função disso, estávamos, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Pedro Uczai, veio a informação de que ainda não começamos a discussão e votação de moções e requerimentos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Moacir Sopelsa, gostaria, primeiramente, de dizer da alegria ao vê-lo presidindo novamente a sessão nesta Casa. É uma satisfação muito grande ver um companheiro do nosso partido na Presidência!

Em segundo lugar, gostaria de comunicar a presença nesta Casa dos meus conterrâneos da cidade de Nova Trento: Célio, Regiane e Arno, que são funcionários da TV Nova Trento, uma nova emissora da televisão que está no ar naquela região, através da internet, e que em pouco tempo também estará no ar como canal aberto e como rádio comunitária.

Então, quero dizer da minha alegria em recebê-los na Assembleia Legislativa. Sejam bem-vindos!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, com muita honra recebemos, na tarde de hoje, a visita de lideranças que se deslocaram da cidade de Sombrio, no extremo sul de Santa Catarina. A Câmara de Vereadores, trabalhando em prol daquele município, faz-se presente nesta Casa em busca de soluções.

Assim, estão conosco as seguintes autoridades de Sombrio: o presidente da Câmara Municipal em exercício, vereador Agenor Colares Gomes, do PMDB; os vereadores Lucas Tadeu Coelho, do PMDB; Elisandro Guimarães de Oliveira, do PMDB; José Paulo Custódio, do PDT; Miguel Gomes Custódio, do PP, João Cezar Santos Luchina, do PPS, Isaqueu Borges Mota, do PP, e Paulo Humberto Borges também do PP. Além disso, integram a comitiva Janeo Margute, secretário executivo da Câmara de Vereadores, e Zenio Cardoso, empresário.

Essa equipe extraordinária, tendo em vista tudo o que ocorreu naquela cidade, veio em busca de soluções. Por isso queremos, com muita honra, registrar a presença dessas personalidades nos anais desta Casa e dizer que nos sentimos orgulhosos e honrados com a presença de todos neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu peço aos srs. deputados que se atenham à pauta de votação.

Requerimento n. 1.321/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente de negócios da OI, de Florianópolis, apelando pela instalação de telefonia fixa na localidade de Sertão do Trombudo, no município de Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.324/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, unidade regional do Rio Grande do Sul, no sentido de que seja iluminada a BR-101, no trevo de acesso aos municípios de Porto Belo e Bombinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado.

Requerimento n. 1.325/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Agricultura, pedindo uma nova análise na proposta enviada pelo mercado segurador, de modo a aportar verba suplementar ao Programa de Subsídio ao Seguro Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.326/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Celesc, pedindo a ampliação da rede de energia trifásica na rua Alsácia, no bairro São Pedro, no município de Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.336/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo que o trevo da Varginha, no município de Santo Amaro da Imperatriz, seja adequadamente iluminado e sinalizado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.137/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, apelando por providências para que seja modificado e sinalizado o trevo da BR-282 e construída uma passarela no entroncamento com a rua Pedro Neri Espíndola, na comunidade de Nossa Senhora de Lourdes, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.139/2009, de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador-geral da Unidade Regional do Rio Grande do Sul da ANTT e ao presidente do DNIT, pedindo urgência na construção de uma passarela no KM 210 da BR-101, que dá acesso à área industrial do município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.348/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT em Florianópolis, no sentido de que sejam feitos reparos no asfalto da rótula de acesso da rodovia BR-101 com a BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.351/2009, de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação, aos presidentes da Acafe e Ampesc e aos diretores do Senac e Senai, pedindo a implantação de cursos de formação e aperfeiçoamento de mão de obra na área da construção naval nos municípios de Biguaçu e Barra do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.358/2009, de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, unidade regional do Rio Grande do Sul, pedindo a detonação das pedras no trecho compreendido entre os municípios de Balneário Camboriú e Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.362/2009, de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Forquilhinha...

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, nós estamos encaminhando cópia da Lei n. 14.134/2007, referente à neutralização do dióxido de carbono, a vários prefeitos. Na verdade são 13 requerimentos de minha autoria, todos com o mesmo teor, só modificando o destinatário.

Dessa forma, solicito a v.exa. que em vez de votar um por um faça a votação em bloco, pois a nossa intenção é que esses municípios plantem árvores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Perfeitamente, deputado.

Requerimentos n.s: 1.362/2009, 1.363/2009, 1.364/2009, 1.365/2009, 1.366/2009, 1.367/2009, 1.368/2009, 1.369/2009, 1.370/2009, 1.371/2009, 1.372/2009, 1.373/2009 e 1.374/2009, solicitando aos prefeitos de Forquilhinha, Florianópolis, Treze Tílias, Rio Negrinho, Timbó, São Pedro de Alcântara, Rio do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul, Itajaí, Brusque, Blumenau e Itapiranga que, por ocasião da realização das festas de outubro, cumpram a Lei n. 14.134/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento n. 1.375/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, aos ministros da Agricultura e da Integração Nacional e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a adoção de medidas urgentes destinadas ao atendimento da população catarinense atingida pelas catástrofes climáticas ocorridas no mês de setembro do corrente ano, como também outras ações ainda pendentes em relação às enchentes que ocorreram em 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.387/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo empenho na aprovação da proposta de emenda constitucional da senadora Ideli Salvatti sobre a distribuição de *royalties* do pré-sal aos estados.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever este requerimento, com a anuência do deputado Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O deputado Nilson Gonçalves não está presente, mas acredito que não haverá problema, deputado Pedro Uczai, de v.exa. subscrevê-lo.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.415/2009, de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Agricultura, apelando pela isenção do pagamento dos exames e da quilometragem cobrado pelos órgãos credenciados no estado para realizar exames de tuberculose e brucelose nos animais.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, recebi no meu gabinete uma solicitação dos agricultores de Santa Catarina, porque o estado faz esse tipo de exame, não cobra o exame em si, mas cobra a quilometragem e

também os anéis dos animais. Ocorre que há realmente pequenos agricultores que não têm condições de pagar nem a quilometragem nem a anelagem e por isso pedem que o governo do estado deixe de cobrar essa taxa.

Trata-se de um documento que chegou às minhas mãos e que eu li, reli e a situação é essa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu não sei se o deputado José Natal solicita ao ministro da Agricultura ou à secretaria estadual da Agricultura. Então, acho que está equivocado este requerimento, porque não é da competência do ministro da Agricultura, mas da secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica o registro, deputado José Natal, que a solicitação é à secretaria da Agricultura e à Cidasc. Que se faça a retificação!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A brincagem, deputado, não é cobrada dos proprietários em função de promessa dos governos federal e estadual. Só o que está sendo cobrada é justamente a quilometragem para o exame de tuberculose e brucelose dos animais. É um problema sério e sabemos o quanto é importante cuidarmos dos rebanhos catarinenses no que se refere à brucelose e à tuberculose, principalmente nas vacas leiteiras. Sabemos que é frequente esse problema no nosso plantel leiteiro, se não houver um cuidado especial e a vacinação correta.

Mais uma coisa me preocupa, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa: estou vendo que a Cidasc está sendo desmantelada. V.Exa., que foi secretário da Agricultura, sabe que houve um cuidado muito grande com o rebanho de animais domésticos de Santa Catarina. E estamos vendo que a Cidasc está sendo diminuída cada vez mais, as contratações estão sendo feitas através de empresas, mas não está sendo executado o trabalho devido. E não é por culpa dos funcionários, mas da falta de estrutura. Os funcionários estão-se revezando, estão-se arrebentando e estamos sujeitos - e Deus nos livre disso - a ver aparecer um foco de febre aftosa em Santa Catarina. Já temos problemas com a exportação de suínos, imagine v.exa. se formos acometidos de um surto de febre aftosa! Esse cuidado temos que ter e essa é a nossa preocupação.

Nesse final de semana, eu estive em Bituruna, no estado do Paraná, onde há proprietários de fazendas de Santa Catarina e do Paraná. Lá fizemos uma pequena reunião tratando do assunto divisa seca, justamente com a preocupação de uma possível entrada no estado de um vírus desses. Isso seria o caos para Santa Catarina!

Da mesma forma, com relação à tuberculose e à brucelose, temos que ter todo cuidado. E o que está acontecendo é o seguinte: está sendo cobrada a quilometragem da sede até a propriedade, e o nosso pequeno produtor já está enforcado, arrebentado, já não ganha mais nada, e só está lá porque consegue plantar para comer.

Eu também recebi esse mesmo apelo que v.exa. recebeu, deputado José Natal, e tenho também essa preocupação. Inclusive, também já fiz uma indicação, que deveria entrar na pauta de amanhã. Mas a sua entrou hoje, uma vez que v.exa. foi mais ágil.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Não é a questão de ser mais ágil, deputado Reno Caramori. A sua preocupação soma-se à de tantos outros deputados e pequenos produtores. E, segundo informações que me passaram, o pequeno produtor não tem condições financeiras de realizar o exame; além disso, as empresas credenciadas estão pressionando-os, chantageando-os, sob a alegação de que vão denunciar.

Então, essa é a solicitação dos pequenos produtores de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Manoel Mota, é sobre o assunto?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É sobre o assunto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu acompanho o trabalho da Cidasc há muito tempo e sei que a empresa presta um trabalho relevante ao nosso estado, prova disso é que estamos exportando carne para todos os cantos do mundo, principalmente em função do certificado de área livre de febre aftosa sem vacinação.

É verdade que as ações da empresa não agradam a todos, como a questão da brincagem. Os agricultores estão chateados, mas é um controle que tem que haver.

Agora, não podemos aceitar, evidentemente, como disse o deputado Reno Caramori, que a Cidasc diminua, encolha. Ela precisa continuar prestando os relevantes serviços que sempre prestou para o nosso estado e que chamam a atenção no país e no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros do Planejamento e da Integração Nacional, manifestando repúdio ao corte no Orçamento da União de verbas destinadas para investimento e reconstrução do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0193/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando pela elaboração de emenda à Constituição Federal estabelecendo um calendário único de forma que as eleições em todos os níveis sejam realizadas a cada cinco ou seis anos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, não podemos, como disse anteriormente, aceitar essas eleições a cada dois anos e ficar omissos. O custo para o Brasil, para a população brasileira é muito elevado se considerarmos que a votação para vereador, prefeito, deputado federal, estadual, governador, senador e presidente da República poderá perfeitamente ser feita em um único ano. Porque a votação é simples, como disse aqui o deputado Joares Ponticelli, o sistema brasileiro, deputado Pedro Uczai, é um sistema moderno, facilitador, não há por que haver esse desperdício de dinheiro público, esse desgaste físico e psicológico dos candidatos e das pessoas envolvidas, tendo que ser abordadas a cada dois anos. É o dinheiro público, é o dinheiro privado, e o nosso Congresso Nacional precisa dar uma resposta à população brasileira, porque esse é o seu anseio.

Então, essa é a nossa proposta! E venho aqui pedir o apoio aos nobres deputados para que possamos sensibilizar o Congresso Nacional em favor dessa alteração na legislação eleitoral.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero dizer que concordo plenamente com o deputado Silvio Dreveck.

Quando do seu segundo mandato, o ex-prefeito da minha cidade, já no sexto ano de administração - e vou furtar-me de dizer o seu nome -, num determinado momento disse que não aguentava mais, que não tinha mais paciência e que não iria mais à prefeitura despachar.

E na verdade, eu tenho percebido que alguns prefeitos, por “n” situações, depois da metade do segundo mandato já estão completamente saturados em função até da falta de recursos, da falta de motivação etc. E quem paga o preço é a população.

Srs. deputados, muitos vereadores já fizeram esse mesmo pronunciamento exatamente em função daquilo que v.exa. colocou, pois tenho certeza de que cinco anos são suficientes, sim, para uma pessoa decente comprometer-se com a administração pública e fazer uma boa administração. Claro que o desenvolvimento depende também dos administradores que se seguirem, que precisam dar continuidade aos bons projetos da administração anterior.

Além disso, já estamos desgastados em todos os níveis devido ao número de eleições existentes neste país. É uma loucura! E há ainda a corrupção: ela continua e continuará toda vida. Lamentavelmente, aquela história do jeitinho brasileiro existe para tudo e com muita tristeza digo isso aqui. Mas nós

precisamos fazer o resgate da situação política brasileira, pois a própria população também acha que há eleições demais. A cada dois anos, praticamente, há uma eleição. Há pessoas, lá em cima, em Brasília, que dizem que essa é a única forma de distribuição de renda neste país. Eu não concordo! Quem diz isso já é uma pessoa mal intencionada. Acho que essa é uma forma inadequada de interpretar a legislação eleitoral.

Então, quero corroborar com o pronunciamento de v.exa., deputado Silvio Dreveck, dizendo que cinco anos é excelente, seis, tudo bem, mas cinco anos é melhor, realmente, para a população brasileira, para resgatarmos a política nacional!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sou favorável a essa moção do deputado Silvio Dreveck e concordo que as eleições devam ser realizadas a cada cinco anos, ou seja, que o mandato de prefeitos, deputados, vereadores, governadores e presidente seja de cinco anos.

Em segundo lugar, quero dizer que sou favor do fim da reeleição. O mandado de cinco anos é suficiente e todos os políticos que se elegerem para um mandato de cinco anos poderão participar das eleições seguintes em outro cargo e não naqueles para os quais foram eleitos democraticamente. Com isso conseguiremos mudar a cultura política do país, pois a rotatividade é salutar e permite o aparecimento de novas lideranças.

Apesar disso, deputado Sílvio Dreveck, acho inócuo fazer este debate neste momento, porque a reforma eleitoral já foi votada no Congresso. E o absurdo é que ainda estão chamando de reforma política o uso da internet nas eleições de 2010! Isso é uma brincadeira! Chamar aquilo de reforma política é uma vergonha para o Brasil, pois não fortalece os partidos políticos, não coloca em discussão a fidelidade partidária, não discute o financiamento das campanhas, não discute o voto em lista, não discute as eleições gerais, não discute o papel do Congresso.

Poderiam, inclusive, ter discutido uma nova configuração: por que ter Senado da República e Câmara Federal? Mas, infelizmente, não discutiram, efetivamente, o fortalecimento da democracia, somente o uso de um instrumento tecnológico legítimo, que eu apoio, que sou a favor, mas considerar que apenas isso representa uma reforma política é uma brincadeira de mau gosto com o povo brasileiro.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, mais uma vez faço coro às manifestações dos deputados que me antecederam e concordo com o deputado Pedro Uczai. Chamar o que foi feito de reforma é uma agressão a quem tem o mínimo de informação sobre esse processo.

Lamentavelmente, o Congresso Nacional vai ficar devendo à sociedade brasileira esta que é a mãe das reformas, que é a principal das reformas, a reforma política.

Eu acho, deputado Moacir Sopelsa, que já não consigo vislumbrar outra saída que não seja a eleição de uma Constituinte específica para fazer a reforma político-partidária neste país, porque, infelizmente, quem está lá vai acabar sempre legislando com o olho no seu projeto político. É isso que está acontecendo! Não adianta mais fazer de conta que o Congresso Nacional está cumprindo com o seu papel.

Srs. deputados, tenho 11 anos de mandato como deputado estadual e em todas as campanhas vejo praticamente a unanimidade dos candidatos a deputado federal e a senador de todos os partidos se comprometerem de, em lá chegando, lutar por uma reforma político-partidária, pela grande reforma que este país precisa, mas as legislaturas vão passando, acabando e nada acontece.

O que foi feito até agora, além de regulamentar essa questão da internet, que ainda foi feita na base do descontentamento, do desentendimento, foi apenas adequar a legislação às resoluções do TSE, que é quem, efetivamente, está legislando sobre eleições. E nós nem podemos mais reclamar do Judiciário porque se o Congresso Nacional não cumpre com o seu papel, a Justiça acaba por fazê-lo, assim como decidiu a questão da fidelidade partidária que todos defendemos. A fidelidade partidária deveria, sim, ter sido restaurada, mas pelas mãos do Congresso Nacional, que não o fez, foi omisso, permitindo que o Poder Judiciário interferisse.

É lamentável, por isso, deputado Silvio Dreveck...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0194/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro dos Transportes, à ministra-chefe da Casa Civil, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao superintendente Regional do DNIT, apelando por medidas administrativas para que no projeto executivo da ferrovia do frango seja incluída a extensão até o município de Dionísio Cerqueira.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, em relação a essa questão não há maiores problemas, pois a resposta já foi dada.

Este deputado coordena a Frente Parlamentar das Ferrovias, que agrega deputados estaduais, deputados federais e senadores de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. E depois de várias audiências públicas que realizamos nas regiões da Amai, da Ammoc, da Amosc, da Amerios e da Ameosc e uma também com o ministério dos Transportes, à qual o ministro Alfredo Nascimento compareceu, e com a Casa Civil, já há decisão tomada, nos seguintes termos: o projeto executivo será licitado agora no mês de outubro, referente ao trecho entre Itajaí e Chapecó. Isso quer dizer que já há viabilidade técnica e econômica. De Chapecó a Dionísio Cerqueira será licitado o estudo de viabilidade técnica e econômica, porque inexiste esse estudo preliminar.

Então, haverá duas licitações distintas. Está contemplado, já há decisão do governo federal, está oficializada e é pública. Mas acho que podemos aprovar até por uma questão de deferência ao deputado Lício Mauro da Silveira, porque s.exa. mostra interesse em ver integrado o nosso estado através de ferrovias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, na última quinta-feira estavam em Brasília este deputado, o presidente desta Casa, o deputado Pedro Uczai e o deputado Sargento Amauri Soares tratando exatamente do que foi colocado pelo deputado Pedro Uczai da tribuna. A questão já foi decidida e a imprensa, inclusive, acabou de noticiar no dia de hoje.

Então, aprovar a presente moção representa reforçar a posição de Santa Catarina a favor das ferrovias. E eu quero testemunhar que, em Brasília, pelo semblante do ministro conversando com a senadora Ideli Salvatti, percebi que essa bandeira levantada por este Parlamento foi entendida como prioritária para Santa Catarina e para o Brasil.

Então, nós tivemos a felicidade de vivenciar, lá em Brasília, o empenho das autoridades para que as ferrovias sejam realmente implantadas, pois isso representa fator de desenvolvimento para o estado e para a própria União.

Portanto, o nosso voto é favorável.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas colaborar, uma vez que o autor da matéria não está presente.

Como acompanhei a audiência com o ministro juntamente com o deputado Pedro Uczai e os demais deputados posso testemunhar que de fato o edital para o projeto do estudo de viabilidade econômica do trecho entre Chapecó e Dionísio Cerqueira será lançado.

Então, a minha sugestão é que façamos uma mudança na redação da matéria, ou seja, onde o autor coloca "[...]projeto executivo da ferrovia do frango, seja incluída a extensão até o município de Dionísio Cerqueira", mude-se para: "[...]projeto de estudo de viabilidade econômica[...]."

Eu penso que dessa forma contempla o que já ocorreu e nós apresentamos a nossa colaboração, uma vez que essa foi a intenção do autor da matéria, deputado Lício Mauro da Silveira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, peço vênia para, antes de continuar com a votação das moções, registrar com muita alegria a presença de Valdir Dacorégio, prefeito de Grão Pará; de Estevão Ghizoni, vice-prefeito, e de Adelício Margotti, presidente do PMDB daquele município.

As nossas boas-vindas e que se sintam bem na nesta Casa!

Moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao ministro do Meio Ambiente, solicitando a retirada dos arts. 2º, 4º e 5º da Portaria Conjunta n. 259.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, como desconheço esses três artigos, como certamente todos os demais srs. deputados não conhecem o teor dessa portaria e como o autor da moção não está presente, nós pedimos que ela seja retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje para ser reapresentada amanhã, pois assim, democraticamente, teremos a possibilidade de conhecer melhor a matéria e até de votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a concordância dos srs. líderes, retiramos a matéria da pauta, que retornará na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Moção n. 0196/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, a ser enviada ao diretor-geral da ANTT e ao ministro dos Transportes, solicitando informações sobre a transferência de local da praça de pedágio implantada no município de Palhoça, no km-246 da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0197/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao diretor-geral e ao superintendente regional do DNIT, aos senadores catarinenses e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando por medidas urgentes visando solucionar os problemas no acesso principal ao município de Paulo Lopes, localizado às margens da BR-101/sul, km-254, bem como a construção de elevado naquele local.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, bem no início das discussões sobre a praça de pedágio, esta Casa já aprovou matéria de minha autoria transferindo a praça do local em que está para a divisa com o município de Palhoça, exatamente a mesma proposta que está sendo colocada pelo deputado Reno Caramori.

Então, quem sabe se insistirmos pode ser que eles transfiram, mas a Alesc já aprovou uma proposição nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, nós já nos pronunciamos a respeito desse assunto, mas a minha preocupação e de todo o povo de Paulo Lopes e da região é que insistentemente estamos alertando para o problema que poderá ser criado lá no km-254 da BR-101/sul, porque houve modificações no projeto, segundo informações da própria comunidade. Além disso, não foram apresentados em momento algum, de acordo com as licitações, assuntos referentes ao trecho nas audiências públicas realizadas à época.

Então, a qualquer momento pode ocorrer um problema, uma vez que qualquer chuva além do limite vai tirar todas as condições de acesso à cidade, porque vai alagar grande parte do acesso. Tecnicamente já foi mostrado isso.

Nós estamos alertando mais uma vez e fizemos esta moção para que se tome uma atitude, porque se não houver uma modificação, o processo vai ser muito mais grave do que nós podemos pensar. Inclusive, o deputado Manoel Mota já requereu uma audiência pública em Paulo Lopes para discutir o assunto, mas eu vejo que com o cancelamento das audiências públicas, tendo em vista o problema da gripe A (a pretensa gripe suína, que não tem nada ver o porco com a gripe, mas tinham que culpar alguém e então culparam o coitadinho do porco), as coisas podem sair do controle e por isso a nossa preocupação com esse problema no município de Paulo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0198/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura, solicitando a instalação de uma escola naval no município de Penha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0199/2009, de autoria da bancada do PT, a ser enviada à governadora e à secretária da Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, manifestando repúdio pela violação dos direitos humanos ocorrida durante a ação policial de despejo de trabalhadores rurais sem terra no município de São Gabriel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0200/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e aos deputados federais e senadores de Santa Catarina, pedindo urgência na votação do Projeto de Lei n. 137/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0201/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Justiça, apelando pela regulamentação do § 2º do art. 1º da Lei Federal n. 7.102, de 20 de junho de 1983.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, esta solicitação visa regulamentar a lei federal que trata da situação dos bancos e cooperativas de crédito que está em aberto e que cria confusões que, inclusive, vivenciamos há duas semanas.

É uma solicitação para que o governo federal regulamente a quem a lei faculta a não-exigência de todos aqueles critérios para segurança e vigilância em espaços como cooperativas de crédito, associações de poupança.

Obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro da Integração Nacional e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a revisão do remanejamento dos recursos das emendas apresentadas pela bancada ao Orçamento da União de 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0203/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, ao ministro do Meio Ambiente, ao presidente do Ibama e ao presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, solicitando medidas urgentes visando estudos para a suspensão da Portaria Conjunta n. 259, de 7 de agosto de 2009.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o deputado Nilson Gonçalves não está presente para podermos estabelecer um bom diálogo democrático. Mas da forma como está a moção, vou me manifestar contrário porque se trata de uma política pública do governo federal.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, acredito que em função da ausência do deputado autor deveríamos retirar da pauta esta moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sendo assim, será retirada da pauta a Moção n. 0203/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0204/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro dos Transportes, à ministra-chefe da Casa Civil e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando urgência nos estudos de concretização dos projetos da ferrovia do frango, ligando os municípios de Itajaí e Chapecó.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu sugiro que esta moção seja retirada da pauta para que possamos

conversar com o deputado Nilson Gonçalves porque toda a discussão feita pela Frente Parlamentar Catarinense refere-se ao trecho até Dionísio Cerqueira. Então, para não produzir constrangimento ao nobre deputado, pois contempla apenas o trecho até Chapecó, acho que deveria ser retirada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está retirada da pauta a Moção n. 0204/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0205/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos prefeitos de: Abelardo Luz, Água Doce, Anchieta, Balneário Piçarras, Blumenau, Bom Jesus, Caçador, Campo Erê, Canoinhas, Coronel Martins, Corupá, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Guaraciaba, Guaramirim, Guarujá do Sul, Ipuaçu, Itaiópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lebon Régis, Macieira, Major Vieira, Monte Castelo, Navegantes, Ouro Verde, Papanduva, Passos Maia, Penha, Porto União, Rio das Antas, Rio do Campo, Saltinho, Salto Veloso, Santa Cecília, Santa Terezinha do Progresso, Santa Terezinha, São Bento do Sul, São Bernardino, São Domingos, Schroeder, Tigrinho, Vargeão e Vargem Bonita, manifestando solidariedade em virtude da catástrofe climática que causou grandes danos e colocando-se à disposição para encaminhar aos Executivos estadual e federal providências urgentes para atender as famílias atingidas.

Esta Presidência solicita ao deputado aquiescência para subscrever a referida moção.

(O autor aquiesce.)

Muito obrigado, sr. deputado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0206/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro dos Transportes e à ministra-chefe da Casa Civil, solicitando estudos no projeto para que a ferrovia de Itajaí a Chapecó se estenda até o porto seco, no município de Dionísio Cerqueira.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sugiro que essa moção seja retirada da pauta. Nós vamos conversar com o deputado Jailson Lima para ele subscreva a moção do deputado Lício Mauro da Silveira, na qual fizemos uma correção na redação. Os deputados Nilson Gonçalves e Jailson Lima podem subscrever aquela moção, que fica mais coerente com aquilo que já foi decidido no ministério dos Transportes e não cria nenhum constrangimento aos colegas deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Consulto os srs. líderes, se podemos retirar a matéria.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Da mesma forma, a minha manifestação é para que os deputados Jailson Lima e Nilson Gonçalves subscrevam a primeira moção aprovada, porque senão aprovaremos três moções com o mesmo conteúdo. Então, que todos subscrevam a primeira moção aprovada nesta Casa, que é a da autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

(Os demais líderes aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância dos srs. líderes, fica retirada da pauta a Moção n. 0206/2009, de autoria do deputado Jailson Lima.

Moção n. 0207/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada à diretoria regional do Banco do Brasil em Santa Catarina, solicitando uma maior atenção no atendimento da agência do município de Schroeder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0208/2009, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a ser enviada à ministra-chefe da Casa Civil e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando pela instituição do Conselho Federal e Regional de Técnico de Segurança do Trabalho, visando regulamentar a profissão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0209/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro das Comunicações e ao presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando a abertura das negociações com os trabalhadores dos Correios, envidando esforços para que o governo federal atenda a pauta de reivindicações da categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0210/2009, de autoria das bancadas com assento na Assembleia Legislativa, a ser enviada ao embaixador de Honduras no Brasil e ao ministro das Relações Exteriores, manifestando repúdio ao golpe de estado naquele país e desejando que o legítimo governante retorne imediatamente ao cargo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0211/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara Federal e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a aprovação, com urgência, do PL n. 387/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0212/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a aprovação, com urgência, da PEC n. 308/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, tínhamos alguns assuntos importantes para o dia de hoje, mas quero, em primeiro lugar, responder ao deputado Manoel Mota quanto ao seu não entendimento quando defendemos o trabalho da Cidasc.

Acho que o deputado Manoel Mota não entendeu direito. Talvez nesta Casa, deputado Silvio Dreveck, existam defensores da Epagri e da Cidasc tão grandes como eu, porém não maiores. Eu tenho trazido a esta Casa, inúmeras vezes, a minha preocupação com a Cidasc e com a Epagri. Já procuramos várias vezes muitos colaboradores da Epagri e da Cidasc para colher informações e ver como poderíamos ser mais úteis.

Agora, a verdade é que não podemos, deputado Silvio Dreveck, tapar o sol com a peneira, como se fala comumente, porque a Epagri está com problemas, sim, de pessoal e de equipamento e está atendendo precariamente o nosso produtor. Nós temos reclamações de vários municípios de que o atendimento é lento por falta de pessoal. Nós sabemos muito bem que os técnicos que lá estão são de excelente formação, de excelente qualidade, de uma capacidade profissional muito grande pelo treinamento, pela vivência e pelo desempenho na sua atividade. O que precisamos é ampliar o quadro de funcionários, porque precisamos manter Santa Catarina numa vigilância da sanidade animal efetiva.

Nós temos problema de divisa seca, nós temos problemas de toda sorte e sabemos o quanto é importante mantermos Santa Catarina área livre de aftosa sem vacinação. Os responsáveis por essa condição são os técnicos da Cidasc, não são os homens de escritório, são os vigilantes, são aqueles que mantêm os postos funcionando, mas sabemos que existe deficiência, deputado Silvio Dreveck.

Nós temos passado por alguns desses postos, temos conversado e temos presenciado que, onde há falta de elementos, os caminhões passam; enquanto um funcionário está atendendo um caminhão, não há pessoal para atender o outro, que passa sem fiscalização. Essa é a verdade, deputado Manoel Mota. Agora, defendemos sempre aqueles que trabalham, aqueles que estão lutando.

Quanto à brincagem do gado, parabéns à Cidasc! Várias vezes usei esta tribuna para cumprimentá-la! O deputado Manoel Mota não entendeu que eu estou em defesa da Cidasc e não criticando. Estou criticando, sim, o modelo de governo que não está dando a cobertura necessária a essa empresa pública que tem a grande responsabilidade da vigilância da sanidade vegetal e animal.

Essa é nossa preocupação e entendemos perfeitamente que a moção apresentada nesta Casa trata do custo elevado da quilometragem cobrada pelo trajeto entre o escritório da Cidasc e a propriedade, quando do controle da brucelose e da tuberculose dos rebanhos bovinos.

Nós sabemos o quão importante é a vigilância e o controle dessas duas enfermidades que podem acometer o nosso rebanho, principalmente o rebanho leiteiro, que são a brucelose e a tuberculose. Mas isso tem um custo, e hoje o produtor já tem uma renda pequena na produção de leite. O seu lucro, quando não é prejuízo, já é reduzido, ao passo que o custo para que o técnico vá fazer a coleta do material na sua propriedade é elevado.

Nós temos recebido manifestações de sindicatos rurais, de associações de moradores do interior e de grupos de produtores preocupados, porque não pode ocorrer, de

maneira nenhuma, a falta de exame no gado. Mas é muito fácil de ocorrer: eu tenho um plantel, não ofereço as condições necessárias para manter a sua sanidade e de repente estou com uma vaca com problema de tuberculose ou brucelose e aí não consigo um técnico porque não tenho como pagar a quilometragem para que ele venha à minha propriedade.

Então, é essa, deputado Manoel Mota, a nossa discussão. Jamais seríamos irresponsáveis de vir à tribuna penalizar os técnicos da Cidasc, porque os conhecemos e sabemos o trabalho que desempenham, a atividade que desempenham, em defesa do nosso rebanho. Mas reafirmo mais uma vez a minha preocupação com o desmantelamento que está ocorrendo devagarzinho dos quadros tão importantes da Cidasc.

Deputado Círio Vandresen, quero fazer um registro lamentável. Lá em Caçador ocorreu um brutal crime, de sábado para domingo, quando o padre Evaldo Guedes Martiol, de 32 anos, foi assassinado, por volta das 23h, depois de ter dado carona a um rapaz de 21 anos e a um adolescente de 15 anos. Lá no meio-oeste de Santa Catarina aconteceu isso. Ele voltava de um jantar na casa de um familiar, no bairro Martelo, periferia do município de Caçador. O padre Evaldo exercia o sacerdócio há seis anos e estava em Caçador há um ano.

Segundo o delegado, os rapazes foram detidos e confessaram que anunciaram o assalto e colocaram o padre no porta-malas; liberado na localidade da Granja Três Pinheiros, foi alvejado com quatro tiros pelas costas, pelo rapaz de 21 anos, que portava um revólver calibre 38. Depois, foi colocado numa valeta e abandonado. Os rapazes fugiram com o celular, a carteira com os documentos, o veículo, R$ 11,00 que o padre tinha no bolso e o talão de cheques. Ele morreu por R$ 11,00, talvez.

Conforme o delegado, os suspeitos deram ainda várias voltas de carro. Mas a coisa não para por aí. Eles foram presos, porque mesmo a pé a dupla teria assaltado um pedestre, que comunicou o fato à Polícia Militar. Então, os policiais fizeram ronda no bairro e abordaram um jovem que portava os documentos e as chaves do carro do padre. A verdade é que a Polícia conseguiu descobrir por acaso. Realmente, foram pegos por acaso.

Não dá mais. Caçador está um caos, embora a Polícia Militar tenha feito um trabalho muito grande, são poucos policiais que lá estão e a cidade é muito grande, a migração é muito grande. O desemprego está ocorrendo, está acontecendo. E precisamos mobilizar as autoridades para que se minimize esse tipo de coisa.

Sr. deputados, o que tem ocorrido é um verdadeiro absurdo, e não só na minha terra, como em outros tantos municípios de Santa Catarina. A Polícia terá que montar um esquema diferente, pois o desarmamento foi para desarmar os homens de bem, porque não desarmaram os bandidos. Então, esse é o aviso que estamos fazendo.

Esse padre tem uma família exemplar, é filho de Timbó Grande, irmão do ex-prefeito Argemiro Guedes e tem mais 14 irmãos. Ele era o caçula da família. Era um padre exemplar, um padre muito querido por todos. Um jovem muito ligado à família, que deixou este mundo pelas mãos de um bandido que o alvejou pelas costas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência quer registrar com alegria e com prazer a presença, nesta Casa, do secretário Joel José Tomazi, de Abelardo Luz, do presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, Volnei de Souza, do prefeito de Abelardo Luz, Dilmar Antônio Fantinelli, do prefeito Denilso Casal, do município de Ipuaçu, e do presidente do partido, Nelson Francisco Martini, de Abelardo Luz.

Eu quero desejar que se sintam bem nesta Casa. Esta Casa é a nossa casa! Parabéns a vocês e que alcancem os seus objetivos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. deputado Moacir Sopelsa, da mesma forma, quero, em nome da nossa bancada, dar as boas-vindas às lideranças do oeste, prefeitos, vereadores e lideranças partidárias. Que se sintam bem no Parlamento catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. E também agradeço ao deputado Joares Ponticelli que teve a paciência de nos esperar.

O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente, também me associo às saudações a todas as lideranças do nosso grande oeste que nos visitam na tarde de hoje.

Sr. presidente, eu me comprometi de me manifestar hoje sobre a audiência pública realizada na última sexta-feira, em Braço do Norte, acerca da instalação da fosfateira em Anitápolis, uma importante audiência pública. Mas até em respeito ao deputado Décio Góes, que é o presidente da comissão, que foi quem conduziu aquela audiência, vou deixar esse assunto para tratarmos no dia de amanhã.

Deputado Sargento Amauri Soares, chamo a atenção de v.exa. e também dos catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, porque trago uma notícia extremamente importante para as mais de 150 mil famílias de servidores ativos e inativos de Santa Catarina, servidores públicos de nosso estado. É uma notícia que estamos trazendo em primeiríssima mão, que teve um despacho no dia 25 de setembro e que chegou hoje ao nosso partido, à nossa bancada, dando conta da manifestação favorável do advogado geral da União acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, que o nosso partido impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal.

V.Exas. lembram de que, no ano passado, comunicamos que o nosso partido estava ingressando, no Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, em função de o governador de Santa Catarina não haver cumprido, desde 2003, deputado Moacir Sopelsa, aquilo que estabelece o art. 37 da Constituição Federal, ou seja, que o chefe do Poder Executivo, de qualquer esfera, deve revisar anualmente os salários dos servidores. Explico: anualmente o chefe dos servidores do Poder Executivo, segundo estabelece o art. 37 da CF, precisa promover a reposição das perdas salariais do período.

Essa prática ocorreu em Santa Catarina de 1999 a 2003. Durante o governo do Esperidião Amin repusemos todas as perdas daquela época, em um total de 28,5% nos quatro anos de mandato. A última reposição concedida, em abril de 2002, votada por esta Assembleia Legislativa, se não me falhe a memória, foi de 8,7%. Foi a última revisão que fizemos.

O atual governo, deputado Pedro Uczai, concedeu apenas 1% de revisão anual das perdas salariais no ano de 2003; em 2003 foi a única revisão que o governo Luiz Henrique promoveu, quando o governo federal também concedeu a primeira revisão de apenas 1%. O governo federal, na sequencia, fez as demais, mas o governo de Santa Catarina não promoveu mais nenhuma revisão anual de salários, porque optou pela política dos abonos, uma política sobre a qual já discorremos aqui, em várias oportunidades, uma política salarial, no nosso entendimento, maléfica, porque destrói os planos de cargos e salários dos servidores.

Por isso, o nosso partido ingressou com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Elaboramos essa ação aqui, através da nossa assessoria jurídica, mas foi o diretório nacional do nosso partido que deu entrada, a pedido do diretório de Santa Catarina. A ação foi distribuída, deputado Pedro Uczai, ao ministro Ricardo Levandowski, que solicitou manifestação do governo de Santa Catarina. O governo já se manifestou sem contestar o mérito da ação, apenas dizendo que não havia feito a revisão, mas que havia concedido reajustes diversos aos servidores. E, para nossa alegria, a Advocacia Geral da União, AGU, através do dr. Evandro Costa Gama, advogado geral interino da União, deu manifestação favorável no dia 25 de setembro último, deputado Pedro Uczai, nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

"[...]

Por todo o exposto, o advogado geral da União manifesta-se pela procedência parcial do pedido, para que seja declarada a inconstitucionalidade por omissão do governador do estado de Santa Catarina de desencadear o processo de elaboração da lei de revisão geral anual da remuneração e dos subsídios dos servidores públicos estaduais, sem a fixação de prazo para o envio do respectivo projeto de lei, diante do disposto no art. 103, § 2º, da Constituição da República."

Portanto, deputado Reno Caramori, essa é uma importante vitória que obtivemos no Supremo Tribunal Federal, nessa primeira etapa do julgamento da ação, uma vez, deputado Sargento Amauri Soares, que a Advocacia Geral da União entendeu procedente a nossa ação. E por que ele diz que acolhe parcialmente? Porque ele concorda que se faça a dedução daquelas categorias que eventualmente tiveram reposição, mas sabemos que a maioria esmagadora não teve. Por exemplo, o servidor público aposentado ao longo desses quatro anos recebeu 1% de revisão em 2003 e R$ 100,00 de abono ao longo de sete anos. É claro que R$ 100,00 de abono para uma perda salarial, nesse período, apurada em 32,87%, está muito aquém, está muito abaixo daquilo que representaram efetivamente as perdas salariais.

Então, venho com muita alegria, na tarde de hoje, comunicar, deputado Pedro Uczai, a manifestação favorável do advogado geral da União a essa Adin que o nosso partido impetrou no Supremo Tribunal Federal, esperando que ela tenha julgamento rápido e que o governador Luiz Henrique, antes de ir embora - parece-me que ele vai embora no dia 31 de dezembro, e para mim ele já vai tarde -, pelo menos se manifeste e mande algum projeto de lei para esta Casa, porque senão durante a sua campanha ao Senado, não tenho dúvidas, as 650 mil famílias de servidores vão ficar cobrando. Ele que dê um jeito de mandar alguma coisa nem que seja mais um parcelamento tipo aquele do "magazine do Luizão", como fez com o abono do professor, para deixar o vice Leonel Pavan pagar. Mas é preciso que ele mande esse processo de revisão, porque agora é a maior corte da Justiça brasileira se manifestando, o Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Joares Ponticelli, quero cumprimentar o seu

partido, o PP, pela preocupação central com a política pública dos servidores públicos e por haver entrado com uma Adin, eis que deveria ser uma política normal do governo do estado pelo menos corrigir a inflação, construir uma política pública de carreira para o servidor trabalhar motivado para servir o povo.

Qual é a motivação de um trabalhador? É ver seu horizonte, é ver o futuro a cada ano melhorando. Agora, quando não se corrige nem a inflação, a mesma quantidade de comida que se comprava há ano, não se compra mais. É por isso que os servidores da Cidasc e da Epagri e os demais servidores públicos sofrem neste governo.

Agora o STF, quem sabe, acatando essa Adin possa mostrar para o governo do estado que, pela lei, tem que corrigir e garantir o mesmo direito que tinha há quatro anos, cinco anos.

Lamentavelmente, existe dinheiro para alguns tipos de política, mas não existe para aqueles que efetivamente fazem a política para o povo de Santa Catarina, que são os servidores públicos estaduais.

As SDRs têm aumento. Aumentamos, foi votado o projeto aqui. Foi um aumento enorme nos cargos em comissão das SDRs. Mas os servidores de carreira são desrespeitados em Santa Catarina e, consequentemente, o povo do nosso estado também é desrespeitado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Eu me sinto feliz, deputado Reno Caramori, em nome da nossa bancada, do nosso partido, porque temos essa preocupação. É dessa forma que estamos fazendo oposição ao governo, com coerência, com responsabilidade e com a certeza do dever cumprido, de que no nosso tempo, se não conseguimos elevar os salários do servidor como o servidor merece, no mínimo cumprimos o dispositivo constitucional. Por isso entramos com a Adin e, para nossa alegria e das mais de 150 mil famílias de servidores, temos uma primeira etapa vencida, já, e vitoriosa, que é a manifestação da Advocacia Geral da União favorável à nossa pretensão.

Esperamos que brevemente ela seja julgada e que o governador seja obrigado a remeter o projeto de lei da revisão dos salários a esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até oito minutos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com a benevolência do deputado Sargento Amauri Soares, tenho a honra de anunciar a visita, neste plenário, do prefeito João Rodrigues, da nossa querida Chapecó, juntamente com o vice-prefeito José Cláudio Caramori, coincidentemente meu irmão.

Gostaria de anunciar que teremos a oportunidade, hoje, de assistir, nesta Casa, ao lançamento da Efapi 2009, a grande festa do empreendedor do agronegócio, do empresário, do trabalhador de Chapecó e, por que não, de Santa Catarina e do Brasil.

Sentimo-nos felizes em recebê-los neste plenário. Aliás, o prefeito João Rodrigues já defendeu as cores do oeste como deputado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência também quer registrar e agradecer a presença, nesta Casa, do nosso ex-deputado e prefeito de Chapecó, João Rodrigues, bem como do vice-prefeito José Cláudio Caramori, externando a certeza de que a Efapi será uma grande festa de outubro.

Parabéns, prefeito e vice-prefeito!

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Sr. deputados, cumprimento novamente o prefeito João Rodrigues, da cidade de Chapecó, junto com o vice-prefeito José Cláudio Caramori, que estão aqui anunciando a realização da Efapi 2009.

Gostaríamos também de entrar nos assuntos que foram, de certa forma, debatidos na tarde de hoje, desta tribuna, inclusive essa questão dos salários.

Srs. deputados, se lá em 2003 ou em 2006 tivéssemos feito o compromisso com o governo de que ele iria repor a inflação, ou se esse compromisso tivesse sido assumido lá no passado e tivesse sido cumprido rigorosamente ao longo desses sete anos de mandato do Luiz Henrique, teríamos tido menos traumas do que aquelas propostas que prometeram cumprir e que, porque não cumpriram, criaram uma grande frustração na maioria dos servidores da Segurança Pública de Santa Catarina, especialmente nos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, na base da Polícia Civil e também nos agentes prisionais e nos monitores.

Ainda sobre a questão da Segurança Pública, precisa vir a este plenário, deputado Professor Grando, a realidade de cada região do estado de Santa Catarina, que tem constatado um aumento da criminalidade, um aumento da brutalidade dos crimes cometidos no nosso estado.

O deputado Reno Caramori trouxe aqui um crime bárbaro cometido contra um padre em Caçador. Essa é uma realidade! Esse tipo de fato tem acontecido todos os dias no estado de Santa Catarina e, infelizmente, deputado Reno Caramori, fica-se no discurso oficial de que tudo está melhorando ou de que tende a melhorar.

Eu já falei nesta tribuna que o governador Luiz Henrique vai entregar a Segurança Pública de Santa Catarina, depois de sete anos de governo, pior do que estava quando ele iniciou o seu mandato. E ele prometeu transformar, revolucionar, fazer a coisa mais bonita do mundo. Estava melhorando, e nos últimos três anos tem piorado. Os diversos motivos eu não vou desfilar aqui, mas a falta de respeito aos compromissos assumidos com os servidores da Segurança Pública, especialmente com a base da Segurança Pública, é um dos motivos principais dessa calamidade, dessa situação que estamos vivendo. E até porque aqueles que foram reivindicar o cumprimento dos acordos e da lei estão sendo punidos e perseguidos de forma violenta por parte das autoridades das instituições de Segurança, especialmente, e muito especialmente, por parte do comandante da Polícia Militar, o coronel Eliésio Rodrigues.

Deputado Reno Caramori, v.exa. falou aqui também da Epagri, e alguém disse que estava falando mal dela, quando, na verdade, estava criticando uma política errada para a Epagri. Pois essa é a mesma realidade! Vivem dizendo que estou aqui falando mal da Polícia Militar, que estou falando mal da Segurança Pública. Não é verdade! Estou aqui esperneando, sim, lutando muito, porque gosto da profissão que escolhi. Tenho companheiros que estão sendo expulsos, excluídos da Polícia Militar. E hoje tive a notícia de que excluíram pela terceira vez o sargento Souza, desrespeitando, inclusive, uma determinação do desembargador Luiz Fernando Boller, do Tribunal de Justiça, usando dos mais diversos mecanismos para cumprir esses desígnios vingativos. E são pessoas que tiveram 20, 30, 10, 7 anos de Polícia Militar, sempre com excepcional comportamento, com 20 elogios por terem prendido bandido e apreendido armas de fogo e drogas!

Amanhã iremos homenagear, numa sessão especial, um soldado que foi excluído de Palhoça, com 7 anos de serviço e com 20 elogios; boa parte dos elogios por ter apreendido *crack*, dentre outras drogas. Ele foi excluído da Polícia Militar porque no mês de dezembro reivindicou o pagamento da Lei Complementar n. 254.

Então, por que a Segurança Pública está ruim em Santa Catarina, a não ser na propaganda oficial? Tirem a propaganda oficial e coloquem a sociedade para falar! Daí vamos ver se a Segurança Pública está ruim ou está bem em nosso estado.

Essa é a realidade dramática que temos vivido neste ano, num crescente agravamento, se é que é possível, no segundo mandato do governo de Luiz Henrique da Silveira, que é a negação do primeiro mandato. As promessas do primeiro mandato, ao invés de serem cumpridas no segundo, e que já era tempo demais, andaram para trás. É redundante isso, mas é preciso dizer com toda a redundância. Retroagiram anos na nossa história. O segundo mandato do governador Luiz Henrique é o pior governo que nós já tivemos - nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

E quando falava aqui, na semana passada, da viagem do governador e do vice, com a posse do presidente da Assembléia, até me exaltei porque o vice-governador iria, ou vai, dentre outros vários motivos, ao Canadá e aos Estados Unidos discutir segurança pública!

Eu posso dizer de forma diferente: que bom que ele vai. E isso indica, inclusive, que o vice-governador, que dizem que assumirá em janeiro, já percebeu que a segurança pública em Santa Catarina está muito ruim, inclusive na cidade dele, Balneário Camboriú, onde o comércio, este ano, foi fechado numa determinada manhã por insegurança. Que bom que o vice-governador sabe que o discurso oficial, que a propaganda está buscando esconder a realidade da Segurança Pública em Santa Catarina!

Mas, dizia também que, muito embora seja positivo fazer essa constatação, o sr. Leonel Pavan faz essa constatação de que está ruim, vai para os Estados Unidos e para o Canadá tentar buscar soluções, já que ele vai ser o governador no ano que vem. Dizia também que boa parte da solução pode estar muito perto, na verdade dentro de casa. A solução passa por superar essa situação de intolerância, essa situação de portas fechadas, de porta na cara dos servidores da Segurança Pública ou, para dizer de forma mais específica, dos legítimos representantes dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que aconteceu neste ano aqui. Empurram goela abaixo dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros um projeto dizendo que era bom, um projeto que havia sido discutido lá entre os cargos comissionados.

Então, se o vice-governador, no retorno ou antes mesmo de ir, resolver fazer uma roda de conversa com os servidores da Segurança Pública para ver o que pode ser feito, para estabelecer um diálogo e não a intolerância e a punição...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 297, de 01/10/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1675/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 20 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada de Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2009

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para Impressão de 6.000 (seis mil) Revistas/Relatórios que apresentará o balanço das atividades da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina no ano de 2009.**

DATA: 14/10/2009 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 14 de outubro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 01 de outubro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO
EXTRATO Nº 126/2009

Diante de lapso de secretaria rerratifica-se o Extrato CL nº 126/2009, conforme segue:

EXTRATO Nº 126/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 024/2009-00

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Silitec Equipamentos Eletrônicos e Serviços LTDA-ME

OBJETO: Serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica do sistema de refrigeração central da ALESC, compreendendo o Plenário, Auditório, Foyer, Sala de Reunião das Comissões, Sala de Imprensa e Protocolo, incluindo a mão-de-obra, fornecimento e substituição de peças dos equipamentos e tratamento químico da água.

VALOR MENSAL: R$ 8.998,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 019/2009; e Autorização para o Processo Licitatório n.º 034/2008.

Florianópolis, 22 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC
Luiz Pedro Maciel- Sócio proprietário

*** X X X ***

EXTRATO Nº 127/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 025/2009-00

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Granmeyer Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda-me

OBJETO: Contratação de empresa especializada em reformas de mobiliários, compreendendo o conserto de cadeiras da marca Martinucci, Infoflex, Deluse, Danna, Castofar, Paraná, Primondo, Giroflex, Cequitel, Jobema, Flegma.

VALOR: Dá-se como valor máximo do presente contrato, a ser pago pela ALESC no período compreendido entre a data de sua assinatura e 31/12/2009, o montante de R$ 33.165,47, respeitados os preços unitários dos produtos, totalizados em R$ 10.485,32.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 031/2009; e Autorização para o Processo Licitatório n.º 032/2008.

Florianópolis, 22 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC
Adriana Meyer- Sócia-administradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 128/2009

REFERENTE: 23º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 005/2005 celebrado em 17/12/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Primer Produções e Locações Ltda. ME

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar aumento quantitativo ao objeto inicial do contrato incluindo 01 (um) posto de trabalho de repórter e 01 (um) posto de trabalho de repórter cinematográfico, ambos da categoria de jornalistas, referente a 42 postos de trabalho.

VALOR: O valor mensal do contrato passa de R$ 205.665,97 (duzentos e cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos) para R$ 215.441,13 (duzentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e um reais e treze centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira do Contrato Original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de Setembro de 2009

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC
Ilson Antonio Bettin - Sócio Proprietário

*** X X X ***

RERRATIFICAÇÃO
EXTRATO Nº 129/2009

Diante de lapso de secretaria rerratifica-se o Extrato CL nº 129/2009, conforme segue:

EXTRATO 129/2009

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Alice Ibagy Comércio e Representações

REFERÊNCIA: Apostilamento da Ata Registro de Preço CL nº 028/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 024/2009.

OBJETO: Apostilamento 03/2009 referente acréscimos efetuados na Ata de Registro de Preços nº 028/2009 firmada com a empresa Alçice Ibagy Comércio e Representações Ltda. que teve como objeto à aquisição de uniformes para os servidores da ALESC.

Valor R$ 8.322,40.

Florianópolis, 24 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 130/2009

REFERENTE: Convênio CL s/nº celebrado em 20/08/2009.

CONVENENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

CONVENENTE: **Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE**

OBJETO: O presente Convênio tem por finalidade a formalização de condições básicas para a realização de estágios de estudantes junto à ALESC, que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental (de jovens e adultos), tendo a FEPESE com o Agente de Integração e a Universidade Federal de Santa Catarina como órgão regulador.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008, Dispensa de Licitação 004/2009, Convênio 011/2009-00 firmado isoladamente com a FEPESE e Autorização Administrativa.
PRAZO DE VIGÊNCIA: compreende o período entre a data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado e/ou prorrogado a qualquer tempo.
Florianópolis, 20 de Agosto de 2009
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC
Yara Maria Rauh Muller - Pró-Reitora de Ensino de Graduação UFSC
Altair Acelon de Melo - Superintendente FEPESE

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1959, de 01 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSE FILOMENO NETO,** matrícula nº 1166, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-45, no Gabinete do Deputado Ismael dos Santos.
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1960, de 01 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA DE FATIMA R. SIMON,** matrícula nº 1362, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, desde 1º de setembro de 2009, no Gabinete do Deputado Serafim Venzon.
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1961, de 01 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1841/09,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora CARMELITA LUZIA BACK TURNES**,** matrícula nº 6043, fazendo constar como sendo **CARMELITA LUZIA BACK**, alteração definida nos termos da averbação, na certidão exarada pelo Cartório de Paz Maria Janete Schwinden Lehmkuhl.
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1962, de 01 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 036/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
2170	José das Neves Filho	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1963, de 01 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 037/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 629/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas das redes pública estadual e privada, instalarem filtros de conteúdo pornográficos em seus equipamentos de informática.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Torna obrigatório que todos equipamentos de informática à disposição dos alunos nas escolas das redes pública estadual e privada, possuam filtros de conteúdo pornográficos.

Art. 2º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários para a regulamentação da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 009/08

Institui o pagamento do valor de meia-entrada aos professores estaduais em locais que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos professores estaduais, o pagamento de meia-entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais e musicais, em casas de exibição cinematográfica, em praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para efeito do disposto nesta Lei, consideram-se casas de diversão de qualquer natureza os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento.

§ 2º Serão beneficiados por esta Lei, todos os professores pertencentes ao quadro efetivo e ao quadro de caráter temporário dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para usufruir do benefício a que se refere o art. 1º desta Lei, o professor deverá provar a condição referida no artigo anterior, através de carteira funcional, ou de documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Caberá ao Governo do Estado, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor, e ao Ministério Público Estadual a fiscalização do cumprimento desta Lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes as sanções administrativas e legais cabíveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0025.0/2008, PL/0271.0/2008

Os Projeto de Lei nºs PL/0025.0/2008, PL/0271.0/2008 e PL/0273.2/2008 passam a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0025.0/2008

Altera a Lei nº 7.592, de 13 de junho de 1989, que proíbe o uso de fumo em lugares fechados.

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 7.592, de 13 de junho de 1989, passam a vigorar com a redação:

'Art. 1º Fica proíbido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígero, derivado ou não de tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado, no Estado de Santa Catarina, de conformidade com a Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.018, de 1º do outubro de 1996.

§ 1º Entende-se por recinto coletivo fechado todos os lugares destinados à utilização simultânea de várias pessoas, delimitados por paredes e teto, incluindo-se halls, antecâmaras, escadas, rampas e corredores, tais como:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos e odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, salas de aulas e assemelhados;

III - restaurantes e repartições públicas;

IV - elevadores; e

V - veículos de transporte coletivo municipal e interurbano e táxis.

§ 2º O proprietário ou reponsável pelo recinto deverá zelar pelo cumprimento desta Lei, recomendando sua observância ao infrator.

§ 3º Excluem-se da proíbição determinada neste artigo os locais abertos ou ao ar livre, varandas, terraços e recinto fechados destinados ao fumo, desde que devidamente isolados, e com arejamento conveniente. (NR)'

'Art. 3º Nos recintos discriminados no art. 1º desta Lei é obrigatória a afixação de avisos em locais de ampla visibilidade, indicando a proíbição e as sanções aplicáveis, bem como a autorização do sinal internacional de proíbição de fumar nos recintos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos. (NR)'

Art. 2º Fica acrescido o art. 5º-A à Lei nº 7.592, de 13 de junho de 1989, com a seguinte redação:

'Art. 5-A. Fica instituído o dia 29 de agosto como o dia Estadual de Combate ao Fumo.'

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica Revogada a Lei nº 8.211, de 3 de janeiro de 1991."

Sala de Comissão, em

Deputado Cesar Souza Júnior

Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 30/09/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 30/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 025/08

Altera a Lei nº 7.592, de 1989, que proíbe o uso de fumo em lugares fechados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 7.592, de 13 de junho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado, no Estado de Santa Catarina, de conformidade com a Lei federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto federal nº 2.018, de 1º de outubro de 1996.

§ 1º Entende-se por recinto coletivo fechado todos os lugares destinados à utilização simultânea de várias pessoas, delimitados por paredes e teto, incluindo-se *halls*, antecâmaras, escadas, rampas e corredores, tais como:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos e odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, salas de aulas e assemelhados;

III - restaurantes e repartições públicas;

IV - elevadores; e

V - veículos de transporte coletivo municipal e interurbano e táxis.

§ 2º O proprietário ou responsável pelo recinto deverá zelar pelo cumprimento desta Lei, recomendando sua observância ao infrator.

§ 3º Excluem-se da proibição determinada neste artigo os locais abertos ou ao ar livre, varandas, terraços e recintos fechados destinados ao fumo, desde que devidamente isolados, e com arejamento conveniente. (NR)

.....

Art. 3º Nos recintos discriminados no art. 1º desta Lei é obrigatória a afixação de avisos em locais de ampla visibilidade, indicando a proibição e as sanções aplicáveis, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos recintos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos. (NR)"

Art. 2º Fica acrescido o art. 5º-A à Lei nº 7.592, de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 5º -A Fica instituído o dia 29 de agosto como o Dia Estadual de Combate ao Fumo. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 8.211, de 3 de janeiro de 1991.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0041.0/2008

O Projeto de Lei nº 0041.0/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0041.02008

Institui o Dia Estadual da Cultura Evangélica.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Cultura Evangélica, a ser comemorado anualmente no dia 24 de Novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala de Comissão em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 22/09/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 29/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 041/08

Institui o Dia Estadual da Cultura Evangélica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Cultura Evangélica, a ser comemorado anualmente no dia 24 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 080/08

Dispõe sobre a distribuição gratuita de protetor solar aos portadores de câncer de pele no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica assegurada, aos pacientes portadores de câncer de pele, a distribuição gratuita de protetor solar, com o objetivo de minimizar o agravamento da doença.

Art. 2º Poderão beneficiar-se da assistência prevista no artigo anterior os pacientes oncológicos, especificamente os portadores de câncer de pele e cuja renda familiar seja de até três salários mínimos.

Art. 3º A distribuição dos medicamentos far-se-á mediante a apresentação, pelo paciente, de prescrição médica, juntamente com o comprovante das Secretarias Municipais de Saúde de que o paciente enquadra-se na categoria referida no art. 2º, e será operacionalizada por meio da rede do Sistema Único de Saúde e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º Caberá ao Serviço Social do Estado, com a cooperação dos Serviços Sociais dos municípios, fiscalizar a correta distribuição do produto, com a observância dos requisitos dos arts. 2º e 3º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 101/08

Institui o Projeto Erva-mate, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de erva-mate.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Projeto Erva-mate, com o objetivo de estimular o plantio, preservação e manejo da erva-mate *ilex paraguariensis*, árvore da família *aquifoliaceae*, especialmente quanto ao seu aproveitamento industrial.

Art. 2º O Projeto Erva-mate estabelecerá formas de incentivo ao plantio, a preservação e ao manejo da erva-mate, a partir de um inventário que deverá identificar e quantificar plantios da sua espécie.

Art. 3º O Projeto Erva-mate deverá constituir-se numa ação da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 121/08

Autoriza o Governo do Estado a criar o Selo de Responsabilidade Ambiental para os municípios ecologicamente corretos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e fixa outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a criar o Selo de Responsabilidade Ambiental para identificar os municípios ecologicamente corretos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para obter ou manter o Selo de Responsabilidade Ambiental, entre outros quesitos que serão definidos quando da regulamentação desta Lei, o município deverá comprovar, no mínimo:

I - recuperação das áreas degradadas;

II - tratamento dos esgotos;

III - universalização do atendimento dos munícipes com água tratada;

IV - medidas eficazes aplicadas para os cuidados indispensáveis com as nascentes de rios;

V - preservação das suas matas continentais ainda existentes e das ciliares;

VI - incineração do lixo hospitalar;

VII - preservação da fauna nativa; e

VIII - que a captação de águas, pelas empresas públicas ou privadas do município, realizada diretamente nos cursos d'água locais, é sempre feita à jusante do ponto onde são despejados os esgotos e demais dejetos tratados dessas empresas.

Art. 3º Anualmente, os municípios publicarão todas as medidas realizadas que os credenciam para a obtenção ou manutenção do Selo de Responsabilidade Ambiental.

Art. 4º Avaliadas as medidas adotadas, pelos órgãos competentes estaduais, será publicada a lista dos municípios que obtiveram ou mantiveram o Selo de Responsabilidade Ambiental.

Art. 5º Os municípios que possuem o Selo de Responsabilidade Ambiental terão preferência, nos órgãos competentes estaduais, para obtenção de linhas de financiamento, repasse de créditos, compensações tributárias, entre outros benefícios.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 134/08

Autoriza a instituição do Conselho Estadual da Juventude do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Estadual da Juventude do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 175/08

Denomina Ademir de Brida o Ginásio de Esportes anexo à EEB Vicenzo de Villa, do Município de Urussanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Ademir de Brida o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Vicenzo de Villa, do Município de Urussanga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0202.9/2008

O Projeto de Lei nº 0202.9/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Projeto de Lei nº 0202.9/2008

Institui a Semana Estadual de Valorização da Vida.

Art. 1º Fica instituída a Semana de Valorização da Vida, a ser realizada anualmente na segunda semana de maio.

Parágarfo Único. A Semana Estadual de Valorização da Vida tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre o tema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em

Deputado Jean Kuhlmann

APROVADO EM 1ª TURNO
Em Sessão de 15/08/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 08/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 202/08

Institui a Semana Estadual de Valorização da Vida.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Valorização da Vida, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de maio.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Valorização da Vida tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre o tema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 22 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0356.4/2008

O Projeto de Lei nº PL/0356.4/2008 para a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0356.4/2009

Institui o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo e dá outras providências.

Art. 1º Institui o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo para o controle Social da saúde e da segurança dos consumidores dos produtos e serviços colocados no mercado.

Parágrafo Único. No Cadastro será registrados as informações sobre acidentes de consumo, sem prejuízo de registros e da alimentação de sistemas próprios dos órgãos setoriais.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação, no sentido de que:

§ 1º Os hospitais e Prontos-Socorros das redes públicas e privada encaminharão, trimestralmente, ao Cadastro, o registro específico dos atendimentos decorrentes de acidentes de consumo.

§ 2º As informações sistematizadas serão encaminhadas ao órgãos públicos competentes e aos respectivos representantes dos consumidores e das categorias dos fornecedores de bens e serviços, a fim de subsidiá-los na atuação preventiva e dirigida à educação dos consumidores e na adequação de produtos e serviços.

§ 3º Os órgãos públicos competente poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência e independentementeda responsabilidade civil e criminal, os fornecedores prestem informações sobre questões relativas à periculosidade e novicidade dos produtos ou dos serviços oferecidos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala de Comissão, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 29/09/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 29/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 356/08

Institui o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Institui o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo para o controle social da saúde e da segurança dos consumidores de produtos e serviços colocados no mercado.

Parágrafo único. No Cadastro serão registradas as informações sobre acidentes de consumo, sem prejuízo do registro e da alimentação de sistemas próprios dos órgãos setoriais.

Art. 2º Os hospitais e prontos-socorros das redes pública e privada encaminharão, trimestralmente, ao Cadastro o registro especificado dos atendimentos decorrentes de acidentes de consumo.

Art. 3º As informações sistematizadas serão encaminhadas aos órgãos públicos competentes e aos respectivos representantes dos consumidores e das categorias dos fornecedores de bens e serviços, a fim de subsidiá-los na atuação preventiva e dirigida à educação dos consumidores e na adequação de produtos e serviços.

Art. 4º Os órgãos públicos competentes poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência e independentementeda responsabilidade civil e criminal, os fornecedores prestem informações sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos ou dos serviços oferecidos.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 29 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***